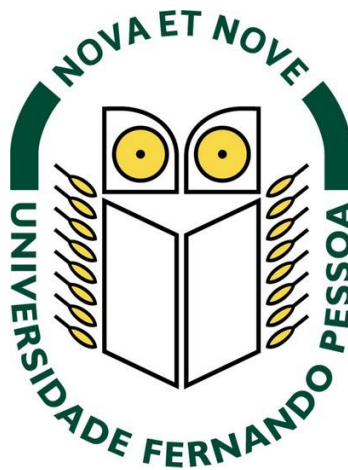


RUTE PATRÍCIA DA SILVA DIAS LOPES

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E DESEMPENHO  
LINGUÍSTICO EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTO, 2014



RUTE PATRÍCIA DA SILVA DIAS LOPES

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E DESEMPENHO  
LINGUÍSTICO EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTO, 2014

**Título:** Práticas Educativas Parentais e Desempenho Linguístico em Crianças Vítimas de Negligência.

**Nome do aluno:** Rute Patrícia Da Silva Dias Lopes.

**Nº de aluna:** 17855

**Curso:** Terapêutica da Fala.

**Data:** Dezembro de 2014.

**Docente orientadora:** Mestre Vânia Peixoto.

**Assinatura da aluna:** \_\_\_\_\_  
(Rute Patrícia da Silva Dias Lopes)

Trabalho apresentado à UFP,  
como parte dos requisitos para  
a obtenção do grau de licenciatura  
em Terapêutica da Fala.

## RESUMO

Este trabalho de investigação tem como objectivo relacionar as Práticas Educativas Parentais (PEP) e o Desempenho linguístico (DL) em crianças negligenciadas (i.e., Grupo Experimental – GE) *versus* crianças não negligenciadas (i.e., Grupo de Controlo – GC). A amostra total foi constituída por 346 participantes. Foram criados dois grupos distintos de crianças em idade escolar (6-10 anos). Fizeram parte do GE 173 crianças - 97 (56.1%) do género masculino e 76 (43.9%) do género feminino. Estas crianças foram referenciadas como negligenciadas e eram seguidas no Centro Hospitalar do Porto, na Consulta Externa de Pediatria e Nutrição. Fizeram parte do GC 173 crianças não referenciadas como negligenciadas - 101 (58.4%) do género masculino e 72 (41.6%) do género feminino. Estas crianças, frequentavam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, na região norte. Nos dois grupos de investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos: para a caracterização da amostra – Ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco (Pires-Lima, et al., 2006); Questionário Sócio-demográfico e a Escala de Avaliação da Negligência Familiar-Versão Técnicos de Intervenção (Lopes, et al., 2009) - esta última apenas usada no GE. Foram ainda usados instrumentos padronizados destinados a avaliar as variáveis “*práticas educativas*” e a “*linguagem*” nomeadamente o Inventário de Práticas Educativas-I.P.E. (Gonçalves, et al., 2000) e a Grelha de Observação da Linguagem Nível Escolar – GOL-E (Sua Kay, & Santos, 2003).

Os dados sugerem que o GE apresentou scores mais baixos e diferenças em relação às estruturas que compõem a linguagem, quando comparados com o GC. Encontrou-se também diferenças significativas em todas as dimensões avaliadas pelo IPE, sendo que os cuidadores de crianças negligenciadas têm maior ocorrência de práticas educativas inadequadas do que os cuidadores das crianças do GC. Quando analisadas as PEP e o DL no GC, verificou-se uma relação entre Práticas Educativas Desadequadas, do tipo: Fisicamente Abusivas e à Punição Física e scores mais baixos em algumas das componentes da linguagem. Por último, verificou-se que a adopção de Práticas Educativas Adequadas estão relacionadas com bons scores linguísticos. No final, foram analisadas questões relevantes, no âmbito da prevenção, intervenção e da problematização acerca da negligência infantil, dando sugestões para futuro.

**Palavras-chave:** negligência infantil; desempenho linguístico, componentes da linguagem, práticas e educativas parentais, estilos educativos, tipologias de negligência.

## ABSTRACT

This research aims to relate the Parental Educational Practices (PEP) and the Linguistic Performance (LP) in neglected children (ie, Experimental Group - EG) versus non-neglected children (ie, Control Group - CG). The total sample consisted of 346 participants. It has been created two distinct groups of school age children (6-10 years): 173 children from EG - 97 (56.1%) were male gender and 76 (43.9%) were female (children referred to as neglected and followed in the Hospital Centre of Porto, in Outpatient Paediatrics and Nutrition); 173 children from CG (not referred as neglected) - 101 (58.4%) male gender and 72 (41.6%) were female. These children attended the 1st cycle of basic education in the northern region. In the two research groups, were used the following instruments to characterize the sample - Medical Record of Children and Youth at Risk (Pires-Lima, et al., 2006); Socio-demographic questionnaire and Evaluation Scale of Familiar Negligence - Intervention Technicians version (Lopes, et al., 2009) - the latter only used in the EG. Were also used standardized instruments to assess the variables "educational practices" and the "language" including the Inventory of Educational Practices-IPE (Gonçalves, et al., 2000) and the Observation Grid of School Language Level - GOL-E (Sua Kay, & Santos, 2003).

The data suggest that the EG had lower scores in the structures which comprise the language compared to the CG. We also found significant differences in all dimensions evaluated by the IPE, the neglected children's caregivers have a higher incidence of inadequate educational practices than the children's caregivers of CG. When were analysed the PEP and the LP in the CG, was verified a relationship between inadequate educational practices (like Physically Abusive and Physical Punishment) and lower scores in some of the language components. Finally, it was found that the adoption of Appropriate Educational Practices is related with good language scores. At the end, were analysed relevant issues in the context of prevention, intervention and problematization about child neglect, giving suggestions for the future.

**Keywords:** child neglect; linguistic performance, language components, parental childrearing practices, educational styles, negligence typologies.

## **AGRADECIMENTOS**

Este estudo contou com a generosidade de muitas pessoas. Por isso, gostaria de expressar o meu reconhecimento a todas elas, em particular:

Aos pais e crianças com quem me cruzei no decorrer deste estudo e que tão prontamente acederam em colaborar na sua realização, permitindo-me conhecer melhor esta problemática.

À minha orientadora, Mestre Vânia Peixoto, pelo apoio, disponibilidade e dedicação que demonstrou no decorrer deste processo e pelos conhecimentos que me transmitiu, assim como disciplina e capacidade de trabalho que me levou a adquirir.

Quero igualmente expressar todo o meu apreço à Dr. Eva Antunes, pela disponibilidade, interesse. Possibilitando desta forma, a concretização deste trabalho de investigação.

À Dr. Camila Gesta e à Dr. Helena Ferreira, responsáveis pelo Projeto de “Adesão ao Tratamento de Crianças Obesas-Fatores Subjacentes”, no Centro Hospitalar do Porto, pela receptividade e disponibilidade demonstrada.

À Prof.<sup>a</sup> Doutora Raquel de Sousa pela disponibilidade demonstrada ao longo deste projeto.

Aos órgãos dirigentes do Centro Hospitalar do Porto e do Agrupamento de Escolas de São Romão do Coronado, pelo apoio concedido no acesso à recolha da amostra.

Agradeço igualmente aos Professores e Auxiliares de Ação Educativa das Escolas: Escola Fontelete, Escola Feira Nova e por último a Escola Portela, por terem apoiado na organização de informação, relativamente aos participantes que se prontificavam a colaborar no estudo. Facilitando e informando desta forma, quais os participantes que estavam interessados em participar no estudo.

Ao meu filho Afonso, razão pelo meu esforço e motivação para a vida. Estou igualmente grata ao meu marido João, pelo amor, carinho, compreensão e apoio, que me tem dado ao longo deste longo percurso.

Aos meus pais por terem apostado na minha formação, por todo o apoio, força e segurança que me proporcionaram ao longo da vida, incentivando-me para que não desistisse dos objectivos que me propus concretizar.

À minha irmã por me acompanhar ao longo da minha vida académica.

A todos os meus amigos, em especial à Andreia e à Sónia, que me apoiaram ao longo deste trabalho e que me incentivaram nos momentos de maior desânimo.

Obrigada a todos.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>I.ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	3
1.NEGLIGÊNCIA INFANTIL .....	3
<i>i. O Conceito de Negligência Infantil e Juvenil</i> .....	3
<i>ii. Incidência e Prevalência</i> .....	9
<i>iii. Repercussões da Negligência nas Crianças e Jovens</i> .....	12
<i>iii. Padrão Linguístico em Crianças Negligenciadas</i> .....	15
2. PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS .....	20
<i>i. Distinção entre Estilos e Práticas Educativas Parentais</i> .....	20
<i>ii. Estilos Parentais</i> .....	21
<i>iii. Práticas Educativas Parentais</i> .....	24
<i>iv. Práticas Educativas Parentais em Lares Negligentes</i> .....	27
<i>v. Influência das Práticas Educativas Parentais no Desenvolvimento da Linguagem dos Filhos</i> .....	29
<b>II. ENQUADRAMENTO METODOLOGICO</b> .....	33
1. OBJETIVOS DO ESTUDO .....	33
<i>i. Questão de Investigação</i> .....	33
<i>ii. Objectivos Específicos</i> .....	33
<i>iii. Hipóteses</i> .....	34
2.TIPO DE ESTUDO .....	35
3. IDENTIFICAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	35
4.PARTICIPANTES .....	36

5.CRITÉRIOS DE INCLUSÃO .....	39
6. INSTRUMENTOS .....	39
i. <i>Questionario Socio-Demográfico</i> .....	40
ii. <i>Ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco</i> .....	40
iii. <i>Escala de Avaliação da Negligência Familiar</i> .....	41
iv. <i>Inventário de Práticas Educativas</i> .....	42
v. <i>Grelha de Observação da Linguagem Nível Escolar</i> .....	43
7.PROCEDIMENTOS.....	44
8.ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO.....	45
<b>III.RESULTADOS</b> .....	46
1. OBJECTIVO do TRABALHO 1 e 2.....	46
2.OBJECTIVO do TRABALHO 3.....	48
i. <i>Correlações entre a Idade, o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E</i> .....	48
ii. <i>Correlações entre o Género, com o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E</i> .....	49
iii. <i>Correlações entre o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E</i> .....	49
iv. <i>Correlações entre as Diferentes Tipologias de Negligência no Grupo Experimental, com as Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E</i> .....	50
<b>IV.DISSCUSSÃO</b> .....	50
<b>V.CONCLUSÃO</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	66

## ÍNDICES DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Caracterização da idade dos participantes ( $n=346$ ), por gênero e por grupo .....	37
<b>Tabela 2-</b> Grelha de cotação dos diferentes graus de Severidade da Negligência.....	42
<b>Tabela 3-</b> Resultados obtidos no IPE e no Desempenho Linguístico – GOL-E, em ambos os grupos. ....	47
<b>Tabela 4-</b> Distribuição Percentílica do Desempenho Linguístico tendo em conta a faixa etária nos diferentes grupos estudados. ....	48

## ÍNDICES DE ANEXOS

<b>Anexo I-</b> Questionário Socio-Demográfico .....	xiii
<b>Anexo II-</b> Ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco. ....	xviii
<b>Anexo III-</b> Carta Dirigida ao Encarregado de Educação e Respetivo Consentimento Informado. ....	xxi
<b>Anexo IV-</b> Estatística Descritiva dos Participantes. ....	xxiv
<b>Anexo V-</b> Gráficos dos Valores Descritivos da Mediana (i.e. P50; P75; P25).....	xxxiii
<b>Anexo VI-</b> Resultados Obtidos nas Correlações de <i>Sperman</i> .....	xl

## ÍNDICES DE TABELAS DE ANEXOS

<b>Tabela i-</b> Caracterização sociodemográfica da criança. ....	xxv
<b>Tabela ii-</b> Caracterização clínica da criança. ....	xxvi
<b>Tabela iii</b> -Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, no total dos participantes do grupo Experimental. ....	xxvii
<b>Tabela iv</b> -Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, com o género no grupo Experimental. ....	xxviii
<b>Tabela v-</b> Estatística descritiva do questionário de Negligência Familiar, relativamente à severidade e frequência de negligência. ....	xxix
<b>Tabela vi-</b> Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, relativamente ao género e o grau de Severidade Moderada no Grupo Experimental. ....	xxx
<b>Tabela vii</b> -Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, relativamente ao género e o grau de Severidade Grave no Grupo Experimental. ....	xxxi
<b>Tabela viii</b> -Caracterização sociodemográfica da família. ....	xxxii
<b>Tabela ix-</b> Correlações da Idade com a Grelha de Observação da Linguagem – GOL-E.....	xli
<b>Tabela x-</b> Correlações da Idade com o Inventário de Práticas Educativas – IPE.....	xlii
<b>Tabela xi-</b> Correlações do Género com a Grelha de Observação da Linguagem – GOL-E...xliii	
<b>Tabela xii-</b> Correlações do Género com o Inventário de Práticas Educativas – IPE .....	xliv
<b>Tabela xiii-</b> Correlações entre o Inventário de Práticas Educativas e a Grelha de Observação da Linguagem GOL-E. ....	xlv
<b>Tabela xiv-</b> Correlações entre as diferentes Tipologias de Negligência no Grupo Experimental, com o IPE e a Grelha de Observação da Linguagem GOL-E .....	xlvi
<b>Tabela xv-</b> Associações entre as diferentes dimensões que compõem o questionário de Negligência Familiar –QNF, no Grupo Experimental.....	xlvii

## ÍNDICE DE GRÁFICOS DE ANEXOS

<b>Gráfico 1-</b> Resultados obtidos no Inventário de Práticas Educativas (IPE), em ambos os grupos, tendo em conta a <i>Mediana</i> (i.e., <i>Percentil P 50</i> ). .....	xxxiv
<b>Gráfico 2-</b> Resultados obtidos no desempenho linguístico GOL – E em ambos os grupos, tendo em conta a <i>Mediana</i> (i.e., <i>Percentil P 50</i> ). .....	xxxv
<b>Gráfico 3-</b> Resultados obtidos no Inventário de práticas Educativas (IPE) em ambos os grupos, tendo em conta a <i>Mediana</i> (i.e., <i>Percentil P 25</i> ). .....	xxxvi
<b>Gráfico 4-</b> Resultados obtidos no Desempenho Linguístico GOL – E em ambos os grupos, tendo em conta a <i>Mediana</i> (i.e., <i>Percentil P 25</i> ). .....	xxxvii
<b>Gráfico 5.</b> Resultados obtidos no Inventário de Práticas Educativas (IPE), em ambos os grupos, tendo em conta a <i>Mediana</i> (i.e., <i>Percentil P 75</i> ). .....	xxxviii
<b>Gráfico 6.</b> Resultados obtidos no desempenho linguístico GOL – E em ambos os grupos, tendo em conta a <i>Mediana</i> (i.e., <i>Percentil P 75</i> ). .....	xxxix

## **ABREVIATURAS**

CNPCJR -Comissão Nacional de Protecção das crianças e Jovens em risco.

DGS -Direção Geral de Saúde.

ARS -Administração Regional de Saúde.

CPCJ- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.

PEP -Práticas Educativas Parentais.

GOL-E - Grelha de Observação da Linguagem Nível Escolar.

PFA-Práticas Fisicamente Abusivas.

PEA-Práticas Emocionalmente Abusivas.

PF -Punição Física.

PINA-Práticas Inadequadas mas não Abusivas.

PEAD-Práticas Educativas Adequadas.

S-Semântica.

M-Morfossintaxe.

F-Fonologia.

GE -Grupo Experimental.

GC- Grupo Controlo.

GE + GC – Total dos Participantes da Amostra.

NAFC-Núcleo de Apoio á Criança e à Família.

NE-Negligência Emocional.

NS- Negligência Cognitiva.

NC-Negligência Supervisão.

NF- Negligência Física.

IPE – Inventário de Práticas Educativas.

SPSS- Statistical Package for Social Sciences Versão 22.

## **INTRODUÇÃO**

No decorrer dos últimos anos tem-se constatado que existe um aumento, cada vez mais evidente, de casos de abuso e negligência infantil, estando estas crianças susceptíveis a apresentar um aumento de perturbações desenvolvimentais, nomeadamente ao nível da fala e linguagem (Law, & Conway, 1992; Spratt, et al, 2012). Não obstante, sinalizar as relações existentes entre os diferentes tipos de negligência e diferentes perturbações da linguagem tem sido particularmente difícil (Spratt, et al., 2012).

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender a influência das práticas educativas parentais no desempenho linguístico, em crianças vítimas de negligência. Para além disso, uma vez que os estudos que analisam as questões da linguagem não determinam qual a componente da linguagem que se encontra mais afetada neste tipo de população, pretendeu-se com este estudo fazer face a esta limitação.

Os estudos, especialmente nacionais, que analisam de que forma as práticas educativas parentais influenciam o desenvolvimento da linguagem escasseiam. Por este motivo, na tentativa de esclarecer esta questão, delineou-se este objetivo da presente investigação.

Em suma, com este trabalho espera-se contribuir para uma maior compreensão acerca da temática em estudo, e conseqüentemente promover uma reflexão para futuras investigações. Para além disso, pretende-se ainda, elucidar os diferentes profissionais que se deparam com esta problemática diariamente, pertencentes às mais variadas esferas profissionais.

Quanto à organização da presente dissertação, esta encontra-se organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, é composto pela introdução, na qual se refere qual a pertinência do presente estudo, tendo como base a revisão da literatura. A revisão da literatura aborda os seguintes temas: 1) Negligência infantil - O conceito de negligência infantil e juvenil; 2) Incidência e prevalência; 3) Padrão linguístico em crianças negligenciadas; 4) Práticas educativas Parentais e estilos educativos; 5) Práticas educativas parentais em lares negligentes; 6) Influência das Práticas Educativas Parentais no desenvolvimento da linguagem dos filhos. O segundo capítulo, clarifica a metodologia que sustentou o presente estudo, recorrendo as suas diferentes etapas.

Fundamentação da pertinência do estudo, definição da questão geral de investigação, objectivos específicos e delineação das hipóteses. Tipo de estudo, identificação e operacionalização das variáveis, participantes, critérios de inclusão, instrumentos, procedimentos e análise e tratamento estatístico adoptado. Relativamente ao capítulo três, este é composto pela apresentação e análise dos resultados. O quarto capítulo, é composto pela discussão de resultados, nesta parte será feita uma reflexão entre os resultados obtidos no nosso estudo e a literatura existente. Por fim, o capítulo cinco, é composto pelas conclusões obtidas, tais como: apresentação dos principais resultados, limitações do estudo e sugestões para futuros trabalhos de investigação.

## **I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. NEGLIGÊNCIA INFANTIL**

#### **i. O Conceito de Negligência Infantil e Juvenil**

Os registos históricos da humanidade refletem incidentes onde foram praticados atos de violência e de más práticas contra as crianças (Canha, 2003). Já no século XIX, a opinião pública dá início à abordagem acerca da temática dos maus-tratos infantis, tendo dado origem ao aparecimento da *Society for Prevention for Cruelty to Children* (i.e., Sociedade para a Prevenção da Violência para com a Criança). Esta sociedade surge na sequência de um caso de maus-tratos severos ocorridos com uma criança de quatro anos de idade. Este acontecimento, potenciou a regulamentação e a produção de medidas legislativas referentes à violência infantil nos Estados Unidos da América e no Reino Unido (Reis, 2009).

Em Portugal, o sistema de proteção à infância e juventude tem vindo a ser reforçado, através da legislação de defesa dos direitos da criança. Convém salientar, que os direitos das crianças estão contemplados na Constituição da República Portuguesa, no Código Civil Português, na Organização Tutelar de Menores, e mais recentemente, com a publicação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (i.e., Lei 147/99 de 1 de Setembro) e na Lei Tutelar Educativa (i.e., Lei 166/99 de 14 de Setembro), (Centeno, 2013).

Em Portugal, temos assistido a um desenvolvimento gradual nesta temática, verificando-se um esforço no sentido de acompanhar os estudos e diretrizes que têm vindo a ser implementadas internacionalmente (i.e., diretrizes Europeias e das Nações Unidas) e por outro lado, tem existido um esforço no sentido de consciencializar para as necessidades e direitos das crianças (Centeno, 2013). Contudo, convém referir que Almeida (2011) chama a atenção de um aspeto muito importante, este autor menciona que Portugal foi um dos países pioneiros a elaborar legislação sobre a população infantil.

A partir da análise histórica do termo mau trato, é possível constatar que esta designação surge após a publicação do artigo intitulado “*The Battered-child Syndrome*”

(Kempe, et al., 1962, *cit. in* Calheiros, & Monteiro, 2000, p.145) numa revista médica, tendo sido a partir desta fase que emergiu o interesse científico por esta área de investigação (Calheiros, & Monteiro, 2000).

Segundo Calheiros e Monteiro (2000), desde aproximadamente a data de publicação do artigo mencionado no parágrafo anterior, e até aos finais da década de 70, a investigação tinha como objeto de estudo essencialmente o mau trato físico. No entanto, no início da década de 80, apesar do mau trato físico prevalecer em relação a outras formas de mau trato, começam a surgir as primeiras tentativas de definição do mau trato psicológico e da negligência, tendo dado ainda início à investigação acerca do constructo de mau trato, em especial nos meios técnicos e institucionais. Será na década de 90 que a comunidade científica, começa a debruçar-se sobre a operacionalização e avaliação dos diferentes tipos de práticas parentais abusivas.

Relativamente ao conceito de mau-trato, Magalhães (2012) refere que este é, geralmente, conceptualizado como qualquer ação ou omissão, por um cuidador (i.e., pais, representantes legais, ou quem tenha a guarda da criança) de forma não acidental e inadequado, e que conduza ao risco eminente ou efetivo de danos emocionais e/ou físicos, pondo em causa as necessidades físicas e psicológicas básicas das crianças e jovens.

No que concerne à forma dos maus-tratos, Lopes dos Santos (1994 in Lombo, 2000) chama-nos à atenção que os maus-tratos podem ter duas grandes formas. Assim, o autor descreve maus-tratos como condutas dirigidas intencionalmente, que englobam atos de cometimento e de omissão e salientou que os atos de cometimento dizem respeito a situações de abuso (físico, psicológico ou emocional), enquanto os atos de omissão, ausência da prestação dos cuidados mínimos essenciais, dizem respeito a situações de negligência.

Quanto à negligência, esta surge como uma das quatro categorias que compõem o conceito de maus-tratos, a par do abuso físico, do abuso sexual e do abuso emocional (Canha, 2003; English, 1998; Figueiredo, 1998; Magalhães, 2012; Wekerle, & Wolfe,

2003<sup>1</sup>). Os maus-tratos são ainda extensíveis a outros fenómenos adjacentes como o abandono, a rejeição e o síndrome de Munchausen (Canha, 2003). As tipologias dos maus tratos existentes são várias e a sua categorização permite que diferentes profissionais utilizem uma linguagem comum.

A tipologia de maus tratos a ser analisada neste trabalho centra-se na negligência. No que diz respeito à definição de negligência, existem várias definições, podendo umas serem mais abrangentes do que outras. Então, entende-se por negligência a incapacidade de proporcionar à criança ou ao jovem a satisfação das suas necessidades de cuidados básicos de higiene, alimentação, afeto e saúde, indispensáveis para o seu crescimento e desenvolvimento saudável (Calheiros, 2013; Dubowitz, 2009; Hornor, 2014).

A negligência infantil é largamente reconhecida como uma grave e delicada questão social, extremamente complexa, tendo em conta a sua natureza, tipologia, extensão, fatores preditivos e devido às graves consequências que podem advir do mau trato, tais como: repercussões de índole física, emocional, comportamental, social, cognitiva, entre outros (Catarino, 2007; Dubowitz, 2009; Dubowitz, et al., 2002; Honor, 2014; Monteiro, 2010).

O conceito de negligência é difícil de definir (Boyce, & Maholmes, 2013; Dubowitz, et al., 2002; Hornor, 2014; Kotch, et al., 2008) uma vez que as diferenças culturais e as práticas dos cuidados empregues às crianças, podem ter uma variabilidade enorme (Alberto, 2008; Monteiro, 2010; Oliveira-Formosinho, & Araújo, 2002). Na verdade, o conceito de maltrato/negligencia, ainda nos dias de hoje, continua a ser objeto de discussão entre profissionais e académicos, esta situação é devida à diversidade de

---

<sup>1</sup> O **abuso físico** é definido como quaisquer atos suscetíveis de colocar a criança em risco de dano físico e/ou psicológico. Embora tipicamente se incluam aqui ferimentos, equimoses, hematomas, fraturas, traumatismos, sufocação, afogamento e intoxicação (Canha, 2003), é de notar que a delimitação entre abuso físico e emocional é mais académica do que real dado que, além de tenderem a ocorrer em simultâneo, as ações materiais conduzem a danos psicológicos e vice-versa (Figueiredo, 1998). O **abuso sexual**, dependente do Código Penal em vigor (Knutson, 1995), inclui normalmente a intrusão ou a penetração, a moléstia com contacto genital, ou outras formas de ato sexual em que a criança é usada como instrumento de gratificação sexual (English, 1998), independentemente de esta compreender a natureza do ato, isto é, de ser capaz de se autodeterminar (Machado, 2003) ou de se verificar o recurso a meios coercivos (Berliner, & Elliott, 1996). O **abuso emocional** - Comissão Nacional de Protecção e Jovens em Risco (2010), o abuso emocional poderá ser entendido como situações a que a criança esteja exposta pelos pais/cuidadores. Exemplo disso, ato de rejeição, isolar, ignorar ou aterrorizar, que originem repercussões graves no seu desenvolvimento, nomeadamente a nível emocional e sexual.

modelos teóricos existente, nos quais cada um tenta decodificar esta problemática (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco - CNPCJR, 2011).

São vários os autores que consideram a negligência como o tipo de mau trato mais frequente nas crianças e jovens (Allin, et al., 2005; Appleton, 2012; Dubowitz, 2009). Landy (2004) refere que a negligência co-ocorre frequentemente com o abuso. Porém, a negligência tem 50 % de probabilidades mais de reocorrer que o abuso, para além de provocar sequelas mais graves a longo prazo. Na revisão da literatura, Dubowitz et al. (2002) também constataram que a negligência é o tipo de mau trato que mais consequências nefastas traz para as suas vítimas.

Para além disso, English, et al. (2005), referem que o comportamento negligente tem vindo a aumentar nas últimas décadas e que este é considerado um problema grave de saúde pública (Appleton, 2012). Porém, a escassez de investigações acerca deste tema é considerável (Boyce, & Maholmes, 2013).

A negligência consiste num fenómeno bastante complexo, passível de assumir várias formas. Não existindo congruência na literatura quanto ao número de subtipos que esta poderá adotar. A título de exemplo, Dubowitz, et al. (2004) sugerem três subtipos: negligência física, psicológica e a negligência ambiental. Já Kaufman-Kantor, et al. (2004) sugerem: negligência emocional, cognitiva, supervisão e negligência física. Apesar de existirem mais exemplos, focaremos por fim, Erickson e Egeland (2002) propõe cinco subtipos: negligência física, emocional, médica, saúde mental e negligência educacional.

Na verdade o que se tem feito, tem sido agregar diferentes tipos de negligência (Mennen, et al., 2010). Assim sendo, são formas possíveis de negligência os exemplos que seguidamente apresentamos.

*Negligência Físico-Biológicas* – esta diz respeito às questões de higiene (i.e., higiene pessoal, alimentação, vestuário, sono e atividade física), cuidados de saúde incluindo a dieta alimentar (Calheiros, 2006; CNPCJR, 2011; Fullerton, et al., 2011; Hlady, 2004; Hornor, 2014; Stoltenborgh, et al., 2013; Taussig, et al., 2012)

*Negligência Educacional/Cognitiva* – Esta envolve ausência ou carência da estimulação sensorial, estimulação física e socialização assim como, compreensão do mundo que os rodeia. (CNPCJR, 2011). Esta ainda contempla as omissões parentais relativamente ao acompanhamento escolar, permissão do absentismo escolar e de necessidades educativas especiais (Calheiros, 2006; Dubowitz, 2009; Fullerton et al., 2011; Hlady, 2004; Stoltenborgh et al., 2013).

*Negligência Emocional* – Esta é a mais difícil de avaliar, uma vez que ocorre habitualmente na esfera privada (Hlady, 2004). Envolve as necessidades emocionais da criança e a incapacidade dos cuidadores em providenciar cuidados psicológicos. A negligência emocional é aquela que acarreta consequências mais severas e prolongadas no tempo (CNPCJR, 2011; Dubowitz, 2009; Fullerton et al., 2011; Stoltenborgh et al., 2013).

*Negligência de Supervisão* – refere-se aos cuidadores permitirem que a criança permaneça sozinha ou com supervisão desadequada (i.e., outras crianças, cuidadores com comportamentos de adição ou abusadores declarados), (Fullerton et al., 2011). Nesta categoria também estão contempladas as situações referentes: ausência de cadeiras auto e de cintos de segurança, presença de armas, atos de violência na presença da criança, ingestão de medicamentos, detergentes, entre outros exemplos possíveis (Calheiros, 2006; Hornor, 2014).

*Negligência Médica* – este contempla o atraso ou negação do cuidador na prestação de cuidados médicos (Dubowitz, 2009; Fullerton et al., 2011; Hornor, 2014; Hlady, 2004).

*Negligência Intra-uterina* – diz respeito à falta de cuidados no decorrer da gravidez, sejam eles intencionais (i.e., não frequentar as consultas de acompanhamento da gravidez) ou de cariz não intencional (Delgado, 2006).

Será ainda importante focar que a etiologia da negligência não é homogênea (Dubowitz, 2009; Mennen et al., 2010), pois uma multiplicidade de fatores podem intervir, inclusivamente simultaneamente. Assim sendo, existem alguns fatores potenciadores da ocorrência da negligência ou seja, fatores de risco. Porém, também existem fatores que

podem funcionar como atenuantes, ou seja, fatores de proteção (Camilo, & Garrido, 2013; CNPCJR, 2011).

Os fatores de risco referem-se à presença ou ausência de determinadas condições de vida ou do contexto da criança e do jovem, que potenciem ou mantêm as situações negligentes. Desta forma, deverá ser sempre considerado o contexto global de vida da criança e aos múltiplos fatores que possam ter um papel determinante nas suas vidas (Calheiros, et al., 2012; CNPCJR, 2011; Reis, 2009).

O modelo ecológico desenvolvido por Bronfenbrenner (1979) diz-nos que a realidade familiar, económica, social e cultural constituem um todo interdependente como um sistema, que se interliga em subsistemas. Assim, o abuso familiar acontece quando os sistemas de rede de apoio à família, geralmente presentes no meio-ambiente, não funcionam (CNPCJR, 2011; Figueiredo, 1998; Morrissey, 2010).

A título informativo, para uma análise mais detalhada acerca da revisão dos principais modelos teóricos explicativos do maltrato infantil vide o trabalho de revisão da literatura de Moreno (2006).

Convém referir que certas famílias/cuidadores experimentam o risco de serem negligenciadoras associada ao fator pobreza (Camilo, & Garrido, 2013). A pobreza poderá colocar em causa a capacidade dos cuidadores proporcionarem uma supervisão adequada (e.g., quando os pais têm que trabalhar e não têm dinheiro suficiente para pagar a uma instituição ou pessoa que providencie os cuidados necessários, na sua ausência, ficando as crianças sozinhas sem supervisão), (Calheiros, 2006, 2013; Camilo, & Garrido, 2013; Dubowitz, 2009; Hlady, 2004; Jonson-reid, et al., 2013; Nikulina, & Widom, 2014; Widom, et al., 2012).

A pobreza acarreta também questões habitacionais relacionadas, pois uma habitação adequada que permita a prevenção de doenças (e.g., asma, entre outras), espaço próprio para a intimidade (i.e., evitando determinados tipos de conduta promiscua de cariz sexual); realização dos trabalhos de casa e do seu estudo (Dubowitz, 2009; Fullerton et al., 2011), poderá erradicar ou diminuir a recorrência da prática negligente.

No que concerne a outros fatores de risco possível, temos o acesso aos cuidados de saúde (e.g., consultas de medicina dentária, material ortodôntico); alimentação adequada, roupas adequadas á estação; questões relativas à segurança (e.g., segurança automóvel, recorrendo ao uso de equipamentos adequados), (Hornor, 2014; CNPCJR, 2011).

Ao falarmos de negligência não podemos ficar indiferentes com as taxas de pobreza infantil em Portugal. Segundo dados de 2009, Portugal tinha uma das taxas mais elevadas da Europa, sendo que a incidência era cerca de 35% mais elevada, quando comparada com a população global (Bastos & Nunes, 2009). Estes dados, associados à conjuntura atual do nosso país, remetem-nos para uma especial atenção ao risco que correm as nossas crianças e jovens de serem vítimas de negligência ou serem reincidentes.

Por fim, não menos importante, será ainda referir o abuso de substâncias por parte dos cuidadores e a psicopatologia dos progenitores, enquanto fatores de risco (Dubowitz, 2009; Hornor, 2014). Neste sentido, a conduta negligente, poderá ser continuada no tempo, podendo existir intenção de causar dano à vítima, ou decorrer de forma “passiva”, isto é, quando tem origem na incompetência ou incapacidade dos pais ou cuidadores de cumprirem essa missão. (Direcção Geral de Saúde - DGS, 2008; Figueiredo, 1998; Hornor, 2014; Magalhães, 2012).

De forma geral, se compreendermos os fatores de risco e os fatores protetores, conseguiremos implementar medidas de intervenção mais eficazes (Camilo, & Garrido, 2013; Fullerton, et al., 2011).

## **ii. Incidência e Prevalência**

Tentar responder à seguinte questão “Quantas crianças têm sido negligenciadas no nosso país e no mundo?” trata-se de um objetivo praticamente impossível (Fallon, et al., 2010). Em primeiro lugar, não existem dados, pelo menos suficientes, que possam responder a esta questão; e em segundo lugar, muitos comportamentos tidos como negligentes, não são assumidos por aquele que pratica tal conduta. Outro aspeto diz respeito às situações em que o praticante deste tipo de comportamentos tem consciência

da sua conduta, omitindo-a. Quanto aos dados referentes à prevalência e incidência dos maus tratos em Portugal a informação é muito escassa (Calheiros, 2013; Nunes, & Raminhos, 2010).

Relativamente aos maus tratos sinalizados em Portugal a Direção Geral de Saúde – DGS (2012) refere que, quanto à caracterização e tipificação das suspeitas/casos de maus trato detetados e sinalizados nos Núcleos, a negligência continua a ser o tipo de problema com maior incidência nas diferentes Administrações Regionais de Saúde – ARS. Assim sendo, a negligência representa 68% dos casos, à semelhança do ano anterior; seguida dos maus tratos psicológicos (13%); dos maus tratos físicos 9%, do abuso sexual 7%; e das outras formas de maus tratos (3%), (DGS, 2011). Continuando a caracterização e tipificação anterior, verificou-se um predomínio acentuado de casos de negligência, nas diferentes ARS, variando entre 81% (i.e., na ARS Norte) e 51% (i.e., na ARS Algarve), (DGS, 2012).

Genericamente, Figueiredo et al. (2004), no seu estudo encontraram uma grande prevalência, independentemente do tipo de abuso praticado. Um outro estudo nacional, levado a cabo por Vale et al. (2006) que teve como objetivo caracterizar as crianças em risco ou maltratadas que tivessem sido identificadas nos hospitais da região Norte de Portugal. Participaram no estudo 804 crianças, com idades inferiores a três anos, sendo que, 53,2% eram do género masculino. Quanto aos motivos de sinalização: 79.4% devido ao risco; 20.5% negligência; 5.4% mau trato físico; 3.7% mau trato psicológico; 5.6% abandono e 3.5% abuso sexual (i.e., tendo sido este mais frequente no sexo feminino e perpetrados por desconhecidos). Os casos de risco ou maus tratos foram mais frequentemente perpetrados pela mãe 88.2% - 55.2% pai.

No que diz respeito ao relatório de atividades apresentado pela CNPCJR (2007), foram instaurados 15051 casos em 2005. Sendo a problemática mais demarcada a negligência (34.1%), o abandono escolar (18,4%) e os maus tratos físicos e psicológicos (17.1%).

Torres et al. (2008), constataram que o número de processos instaurados pela CPCJ tem vindo a aumentar. Quanto ao fator idade verificaram que as crianças mais jovens são as maiores vítimas, especialmente no que se refere a negligência, tendo sido sinalizadas pela CPCJ dos 0-5 (52.1%) dos casos e dos 6-10 anos (39.7%) dos casos. As questões

relacionadas com o abandono escolar (27%) e exposição a modelos de comportamento desviante, sobressaem mais nas crianças mais velhas, em idades compreendidas entre os 11-14 anos.

No que respeita ao estudo, de Nunes e Raminhos (2010) este estudo que decorreu em 2008 numa unidade hospitalar distrital em Setúbal. Foram estudadas variáveis como: género, idade, tipologia do mau trato, entre outros parâmetros. Amostra constituída por 65 crianças, sendo que existia um ligeiro predomínio do género masculino (i.e., 65 = amostra total/ 35 = género masculino). Notou-se um discreto predomínio no género masculino 35 crianças (54%) e 30 crianças do género feminino (46%). Quanto à idade, 39 crianças tinham menos de um mês; 8 crianças entre os 6-menos de 12 anos; e 7 com idade igual a superior a 12 anos; as restantes crianças ficaram diluídas pelos restantes grupos etários. Em 30,8% verificou-se mais que um tipo de mau trato praticado. Quanto aos fatores de risco, 27.7% dos casos, pelo menos um dos progenitores era toxicodependente; e 13.8% eram mães adolescentes.

Num estudo levado a cabo por quinze hospitais nacionais, no qual participaram 804 crianças, 53.2% indivíduos do género masculino e 68.3% género feminino, os quais tinham idade inferior a três anos, verificou-se que os motivos que levaram à sinalização destes casos foram: em primeiro lugar surgem as crianças previamente sinalizadas pelo serviço social do hospital, por se encontrarem em risco<sup>2</sup> (79.4%), logo seguido pela negligência (20,5%). Os casos de maus tratos ou risco foram mais frequentemente perpetrados pelas mães (88.2%), (Vale, et al., 2006).

Relativamente aos estudos internacionais, Hua, et al. (2014) estudaram 2044 crianças com idades entre 6-9 anos, recrutadas a partir da escola primária em Suzhou. Os autores verificaram que a prevalência de qualquer tipo de negligência era de 32.0%. Sendo que a negligência de Supervisão era de 20.3%; seguida pela emocional (15.2%); física 11.1%; e educacional 6.0%. Os autores constataram ainda que as características da

---

<sup>2</sup> A situação de risco, como definida por Ruivo e Sani (2002, p. 146), remete para *uma multiplicidade de quadros em que a criança é exposta a um conjunto de fatores que têm implicações negativas no seu processo de desenvolvimento*, constituindo-se aqueles como facilitadores da precipitação de determinados acontecimentos. A noção de risco não traduz portanto uma relação de causalidade linear nem remete para uma probabilidade individual, pelo que não constitui uma característica diretamente aplicável a um indivíduo concreto; trata-se antes de um descritor grupal de carácter probabilístico (Serra, 2006).

escola, pertencer ao género masculino, crianças com necessidades especiais (i.e., saúde física ou mental) nível socio-económico, mães jovens e desempregadas são fatores que se encontram relacionados com algum tipo de negligência.

No ano de 2010, segundo o departamento de serviços humanos e saúde dos Estados Unidos, mais de 2 milhões de crianças Americanas, foram vítimas de maus tratos, destas mais de 75% foram negligenciadas. Em 2008 tinham sido cerca de 6 milhões de crianças vítimas de abuso e negligência, sendo mais uma vez, 71.1% dos casos vítimas de negligência (Jonson-Reid, et al., 2013).

Assim, podemos constatar que são vários os estudo que referem a negligência como tipo de mau trato mais prevalente: DePanfilis e Dubowitz (2005; 2009); Hornor (2014); e Nikulina e Widom, (2014). O estudo de Hua, et al. (2014) refere que a prevalência da negligência varia de país para país. Em congruência, Stoltenborgh et al. (2013) alertam-nos para o facto de na literatura a prevalência variar entre 1.4% e 80.1%. Esta variação tão díspar faz com que haja necessidade de fazer meta-análises e determinar os fatores determinantes da prevalência.

A título de conclusão, e de acordo com a bibliografia consultada, a negligência é o tipo mais frequente de mau trato. Esta tipologia é habitualmente perpetuada pela mãe. A sua incidência é mais frequente em crianças, inclusivamente antes dos três anos de idade.

### **iii. Repercussões da Negligência nas Crianças e Jovens**

As consequências da negligência têm sido outro alvo de estudo, salientando o impacto da negligência física na saúde, ameaça à integridade física decorrente da falta de supervisão, assim como a relação entre o absentismo escolar, abandono escolar, dificuldades de aprendizagem e a negligência educacional (Camilo, & Garrido, 2013; Roberts, & Anderson, 2014).

A literatura ainda refere que, as crianças que sofreram abuso/e ou foram negligenciadas têm uma maior incidência de psicopatologia, quando comparadas com crianças não abusadas / negligenciadas (Dubowitz, 2009; Rogeness, et al., 1986). Dubowitz (2009)

refere que a negligência provoca a longo prazo repercussões físicas, mentais, cognitivas e psicossociais nas crianças e jovens vítimas deste tipo de mau trato.

Relativamente às questões emocionais, a ausência ou escassez de comportamentos de vinculação face às necessidades das crianças fará com que estas sejam vedadas a uma salutar aprendizagem na gestão e estratégias dos seus estados emocionais (Jungmeen, & Dante, 2010).

Desta forma, estas crianças e jovens terão uma maior predisposição para desenvolver psicopatologia, no decorrer do seu desenvolvimento: quadros de ansiedade e depressão; problemas de atenção: hiperatividade, comportamento opositor; conduta violenta, entre outras manifestações possíveis (Jungmeen, & Dante, 2010). Moreno e García-Baamonde (2009) ainda referem as seguintes manifestações nas crianças negligenciadas: baixa auto-estima, insegurança, medos, sentimentos de culpa, tristeza, inibição e somatização. A literatura refere também que crianças negligenciadas estabelecem um menor número de interações (Dubowitz, et al., 2002; Prino, & Peyrot, 1994; Rogeness et al., 1986).

Num estudo levado a cabo por Dubowitz et al. (2002) que teve como objetivo analisar o impacto de diferentes tipologia de negligência: física, psicológica e ambiental, no estado de saúde da criança, fizeram parte da amostra crianças dos 3-5 anos de idade. Os autores constataram que a negligência psicológica foi aquela que mais comportamentos disruptivos provocava. Os autores ainda constataram que a multiplicidade de diferentes tipos de negligência faz aumentar o número de conflitos internos. Numa linha idêntica, Young e Widom (2014) levaram a cabo um estudo que teve como objetivo analisar no decorrer do tempo o impacto da negligência nas emoções destes indivíduos quando adultos. Os autores constataram que a negligência traz repercussões no processamento das emoções (i.e., o comportamento emocional, está diretamente relacionado com o processamento emocional) quando adultos.

Na mesma linha de pensamento, convém ter presente a ideia de que as crianças negligenciadas nos primeiros dois anos de vida, terão mais predisposição para sofrerem agressões físicas e acumularem nas suas vivências vários tipos de negligência, em qualquer faixa etária do seu desenvolvimento (Kotch, et al., 2008).

Egeland, et al. (1983) constataram que crianças da pré-escola vítimas de negligência física, apresentavam menor controlo emocional, menor criatividade e menor desempenho académico (Oliveira-Formosinho, & Araújo, 2002). Convém mencionar que também o desenvolvimento físico poderá estar comprometido. Um estudo longitudinal de sete anos levado a cabo por, Oliván (2003) com crianças fisicamente negligenciadas e emocionalmente abusadas em fase pré-escolar, constatou que em ambos os casos apresentavam um ligeiro índice crónico de má nutrição e comprometimento do crescimento físico.

Para além disso, a literatura ainda refere que a saúde mental das mães negligentes é habitualmente menor, quando comparada inclusivamente, com mães de crianças vítimas de abuso (Dubowitz, et al., 2002; Rogeness, et al., 1986). E de acordo com Cicchetti, et al. (1997) o estado depressivo das mães está intimamente relacionado com os estados depressivos e estados comportamentais agressivos em crianças dos 3-5 anos (Dubowitz, et al., 2002).

Os autores Boyce e Maholmes (2013) verificaram que o desenvolvimento neurológico das crianças negligenciadas apresenta alterações ao nível cerebral e défices neurocognitivos, para além de pouca regulação emocional.

Podemos concluir que a negligência infantil e juvenil é considerada um problema sério que abrange várias áreas do saber. O acesso à informação e intervenção é delicado, pois entra na esfera privada das famílias, e complexo, pois geralmente necessita de equipas multidisciplinares de acompanhamento (Dubowitz et al., 2002; Hanson, et al., 2013; Hlady, 2004; Mennen et al., 2010; Oliveira-Formosinho, & Araújo, 2002; Waxman, et al., 2014).

#### **iv. Padrão Linguístico em Crianças Negligenciadas**

São vários os milhões de crianças negligenciadas em todo o mundo. Comportamentos de negligência são sinais da existência de família disfuncional. Sendo no meio desta (i.e., meio social), que a criança irá habitualmente adquirir a sua linguagem (Owens, et al., 2007).

Já na década de 90 as investigações realizadas, comprovavam um aumento ao nível das sequelas do desenvolvimento infantil, em crianças negligenciadas ou abusadas, no que diz respeito à linguagem. Uma vez que a linguagem está interligada com a função do desenvolvimento cognitivo, não será de estranhar que estas crianças tenham condicionadas estas áreas para além, do seu desenvolvimento físico (Law, & Conway, 1992; Skuse, 1992).

Assim sendo, uma vez que os problemas ao nível da linguagem podem acompanhar o indivíduo no decorrer do percurso da sua vida, podendo condicioná-lo a vários níveis do desenvolvimento: ao nível vocacional, realização económica, realização pessoal, auto-estima, entre outras esferas possíveis, não estaremos apenas perante um problema individual/familiar, mas sim perante um problema social (Reed, 2005) mais concretamente, um problema de saúde pública.

São vários os estudos que têm referido a existência de défice linguístico em crianças maltratadas (Magalhães, 2012; Moreno, et al., 2013; Moreno, et al., 2006; Westby, 2007). Para além disso, as crianças vítimas de maus tratos (i.e., genericamente) têm uma performance mais pobre, menos motivação e dificuldades de adaptação à escola, quando comparadas com crianças não vítimas de maus tratos (Coohey, et al., 2011; Manly, et al., 2013).

Segundo Moreira (2007) as interações entre vítimas e abusador, habitualmente não são facilitadoras do desenvolvimento da linguagem, estando afetadas as competências associadas à comunicação não verbal, mais concretamente à expressão facial e alteração da linguagem corporal.

Genericamente, Lowenthal (2001, *cit in* Moreira, 2007) refere que as crianças maltratadas, independentemente da tipologia identificada, tendem a apresentar scores mais

baixos ao nível da linguagem, quando comparados com a população geral, usando com mais frequência, nomes do que tempos verbais, e pronomes e proposições adequadas à sua idade. As crianças negligenciadas parecem ser aquelas que mais consequências nefastas têm ao nível da aquisição e desenvolvimento da linguagem, grande parte devido à redução significativa nos momentos de interação (Moreira, 2007; Stacks, et al., 2011).

Num estudo realizado por Moreno (2003) cujo objetivo consistiu em estudar as repercussões linguísticas do maltrato e abandono emocional infantil em crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos, constatou que a totalidade das crianças apresentavam dificuldade em expressar-se verbalmente, apresentando alguns conceitos imaturos. A capacidade verbal era deficitária, especialmente, nas seguintes áreas: vocabulário oral (i.e., definição de palavras), memória verbal (i.e., especialmente a repetição de frases, a partir de um conto do examinador); fluidez verbal (i.e., agilidade oral) e capacidade para estabelecer relações (i.e., opostos).

Garbarino (1986) e Gaudin (1993) verificaram que as crianças maltratadas/abandonadas emocionalmente apresentam dificuldades ao nível do emprego da linguagem comum; dificuldade de abstração e generalização de conceitos; nas relações interpessoais (i.e., o que acaba por interferir no desenvolvimento e aquisição do vocabulário). Já para Moreno, et al. (2008), num estudo realizado com crianças e jovens, dos 6 aos 18 anos, que se encontravam institucionalizadas, verificaram que todos os domínios linguísticos se encontravam afetados, sendo contudo, a pragmática e a morfologia que se encontravam mais afetadas. Apresentavam dificuldades em antecipar as ações e intenções dos adultos (i.e., imaginar o que dirão ou farão) face a determinadas situações. Relativamente à morfologia, as dificuldades residiram no uso de pronomes de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoa, possessivos, reflexivos e em função do objeto, como na utilização das formas verbais passadas e futuras.

Um outro estudo converge com o estudo anteriormente mencionado, onde os autores concluíram que existe uma maior dificuldade ao nível da pragmática (i.e., apresentam dificuldades em colocar-se no lugar do outro, especialmente com os adultos); e da morfologia (as formas irregulares passadas e futuras) (Moreno, et al., 2008).

Relativamente à sintaxe, as crianças têm dificuldade em usar a voz passiva e as orações subordinadas temporais, causais, adversativas e de relativo. Relativamente à semântica, verificou-se dificuldade ao nível dos locativos, e nas noções de quantidade utilizadas (Moreno et al., 2008; Moreno, et al., 2010). Constataram ainda, dificuldade na formulação de ordens específicas, utilizando pronomes interrogativos; dificuldades quando o enunciado se apresenta extenso, para além de dificuldades na utilização dos advérbios de lugar e de tempo, assim como, no uso das palavras: “ de quem, para quem, a quem, de que forma, por quê” (Moreno, et al., 2010).

Já Hoffman-Plotkin e Twentyman (1984), no seu estudo, constataram que as crianças negligenciadas tendem a reduzir as suas interações com as outras crianças, são mais imaturas, mais agressivas e menos preparadas para adquirirem conhecimento.

Outra perspetiva, os estudos de Coohy et al. (2011) e Moreno et al. (2010), constataram que as crianças maltratadas, quando comparadas com crianças não maltratadas, eram menos atenciosas, menos motivadas na escola, os resultados nos testes eram mais baixos e tinham maior número de suspensões escolares (Coohy et al., 2011; Fantuzzo, & Perlman, 2007) maior número de absentismo escolar, sendo o abandono escolar mais frequente (Manly et al., 2013). As crianças revelam inadaptação escolar, que se traduz pela relutância em adquirir conhecimento, indisciplina, baixa motivação e interesse, para o estudo, aversão ao professor e insatisfação geral escolar (Moreno et al., 2010). Mallet (2012) ainda refere que estes possuem menores hábitos de trabalho, menos envolvimento escolar o que irá amentar a prevalência, em alguns casos, de recorrer ao ensino especial.

No que respeita ao estudo de Manly et al. (2013), os autores constataram que as crianças negligenciadas tinham scores mais baixos quer na adaptação à pré-escola e no 1º ano do primeiro ciclo, verificando também uma correlação entre a gravidade da negligência e o desempenho cognitivo. As crianças negligenciadas têm mais dificuldade em fazer e manter uma tarefa. Os casos mais graves de negligência foram associados a baixa competência ao nível da linguagem recetiva e expressiva.

Na mesma linha de pensamento, o estudo de Spratt et al. (2012) refere a negligência como o tipo de mau trato que mais se encontrava associada aos atrasos da linguagem, quer ao nível da expressividade como da recetividade.

Com a mesma perspetiva Stacks et al. (2011) referem que as crianças maltratadas, quando comparadas com crianças que não sofreram maus tratos, apresentam múltiplos aspetos de atraso na linguagem expressiva: semântica, sintaxe, pragmática, e na fluência do discurso. Já Westby (2007) também referiu atrasos na linguagem recetiva.

Os autores Gersten, et al. (1986) consideram que as crianças negligenciadas, têm na sua maioria dificuldades ou défices na estruturação das frases e ainda, dificuldades na compreensão da sintaxe.

Já Repetti, et al. (2002) consideram que determinadas atitudes familiares, tais como: falta de comunicação, falta de cuidados de saúde, hostilidade, abandono, intolerância e o bloqueio da autonomia, incidem de forma significativa sobre os distúrbios da linguagem.

Podemos concluir que são diversos os estudos que têm analisado as repercussões da negligência na aquisição e desenvolvimento da linguagem: Os estudos apontam consequências psicológicas devidas a comportamentos negligentes, tais como: importantes deficits na aquisição e desenvolvimento da linguagem, baixa autoconfiança, atraso no desenvolvimento, impulsividade, dificuldades ao nível das relações interpessoais, deficiência ao nível do uso corrente da linguagem, incapacidade para fazer generalizações e pensar de forma abstrata, dificuldade no controlo dos seus impulsos, perante dificuldades ou pressão social, instabilidade psico-afectiva, entre outras disfunções possíveis (Allen, & Oliver, 1982; Culp, et al., 1991; Fernández, & Fuertes, 2000; Fox, et al. 1988; Moreno, 2003; Moreno, 2005; Moreno, et al., 2010; Moreno, et al., 2010a; Moreno, et al., 2007; Moreno, et al., 2006).

Esta questão é até antiga. Já em 1988, o estudo de Crittenden mostra-nos como as questões da linguagem e maus tratos eram um assunto pertinente na época. A autora comparou o *input* da linguagem entre as mães e seus filhos, em três grupos de vinculação entre mães-filhos: abusadas, negligenciadas e as crianças cujas relações

eram tidas como adequadas com as suas progenitoras. Conclui que, as mães de crianças negligenciadas falam muito menos com as suas crianças, quando comparadas com as mães cuja relação é adequada com os seus filhos. Para além disso, as mães cuja conduta é tida como adequada, usam mais expressões gramaticais e usam mais imperativos indiretos. Por fim, constataram que as mães de crianças abusadas rejeitam mais os filhos, quando comparadas com as restantes.

Assim, compreendemos que o estudo da relação entre desenvolvimento linguístico e negligência não pode, ou não deve alienar-se do estudo ao nível da interação mãe-criança. Eigsti e Cicchetti (2004) analisaram a complexidade sintática na díade de 19 crianças mal tratadas e 14 não maltratadas, na fase pré-escolar. Os resultados apontam para que as crianças mal tratadas apresentam atrasos ao nível da produção da estrutura sintática e no vocabulário, mesmo aos cinco anos de idade. Uma vez que os maus tratos se iniciam antes dos dois anos de idade, depende-se como esta situação irá condicionar o desenvolvimento de linguagem destas crianças.

De acordo com Moreno (2003, 2005) e tendo em conta a literatura que este autor produz acerca do tema abuso/negligência, o autor constatou que de todas as formas de abusos, a negligência emocional é aquela que mais danos provoca ao nível do desenvolvimento da linguagem.

Na verdade, Moreno tem realizado vários estudos sobre o tema abordado no presente trabalho, e para finalizar este assunto apresenta-se o estudo de Moreno (2005) que teve como objetivo, analisar diferentes tipos de maus tratos e suas repercussões para a linguagem. A amostra era constituída por 39 menores (i.e., 7 – maltrato físico, 13 – maltrato emocional, 10 abandono físico e, 9 – abandono emocional), com idades compreendidas entre os 5-9 anos. O autor constatou que todas as tipologias de mau trato afetam a linguagem, estando estas crianças abaixo do que seria de esperar para a sua faixa etária. Quanto à tipologia do mau trato, a linguagem encontra-se afetada tendo em conta a seguinte ordem: abandono emocional, maltrato emocional, abandono físico e maltrato físico. As crianças que sofreram abandono e mau trato emocional, manifestam graves problemas ao nível: da sintaxe, morfologia e pragmática. Quando analisado genericamente toda a tipologia dos maus tratos, será a morfologia seguida da sintaxe, que se encontram mais afetadas.

A título de conclusão, apesar da criança nascer com uma base que lhe permita adquirir a linguagem, os mecanismos de interação utilizados por ela e pelos adultos que lhes estejam próximos, irão influenciar a sua maturação linguística. Desta forma, sem uma adequada estimulação da linguagem não haverá uma evolução correta (Moreno et al., 2008). Um desenvolvimento adequado da linguagem, em crianças maltratadas, será fundamental. Caso contrário, estaremos perante um problema de saúde pública. Uma vez que, quanto mais cedo adquirir a linguagem adequada, melhor será o preditor da literacia, competências de leitura, e sucesso académico a longo prazo (Stacks, et al., 2011).

## **2. PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS**

### **i. Distinção entre Estilos e Práticas Educativas Parentais**

As relações entre pais e filhos e suas repercussões no desenvolvimento socioafectivo e cognitivo das crianças e adolescentes têm sido objeto de estudo no decorrer dos tempos (Benetti, & Balbinotti, 2003). Desde os trabalhos iniciais de Sears, et al. (1970) acerca do tema como os pais educam os seus filhos, nomeadamente as repercussões no desenvolvimento da criança e diferentes aspetos das relações parentais.

Para além disso, as mudanças que vão ocorrendo no decurso do ciclo de vida, conseqüentemente no seio da família, também têm levado a um crescente questionamento sobre o papel dos pais na educação dos seus filhos (Costa, et al., 2000).

Sabe-se porém, que a relação entre pais-filhos e as práticas de socialização utilizadas para a promoção do desenvolvimento psicossocial da criança são complexas, estando sujeitas a vários fatores (Benetti, & Balbinotti, 2003).

No que diz respeito ao conceito de parentalidade, este poderá ser definido como o conjunto de atividades intencionais, no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, destacando-se as dimensões cuidado, disciplina e desenvolvimento (Barroso, & Machado, 2010).

Particularmente, Darling e Steinberg (1993) focaram três aspetos major na relação pais e filhos: os objetivos e valores familiares que orientam os pais no processo de

socialização da criança; as práticas parentais efetivamente usadas na educação dos seus filhos; e o estilo parental ou clima emocional no qual a socialização decorre, mais concretamente as crenças (i.e., valores), que orientam os pais na sua conduta e o estilo parental (i.e., clima emocional) fazendo desta forma, a distinção entre prática e o estilo parental.

Neste sentido, estilo parental consiste no conjunto de atitudes dos pais para com a criança, os quais manifestam o clima emocional em que expressam as várias práticas parentais (Darling, & Steinberg, 1993; Oliveira, et al., 2004; Laukkanen, et al., 2014). No que diz respeito às práticas educativas parentais (i.e., comportamentos socializadores, de disciplina, apoio e comportamentos interativos pais-criança) estas vão variar face a diferentes situações (Oliveira et al., 2004).

## **ii. Estilos Parentais**

O estilo parental está relacionado com a forma como os progenitores gerem as questões de poder e hierarquia na relação com os seus filhos, incluindo as posições por estes adotadas face a questões de índole disciplinar, ao controle do comportamento e à tomada de decisões (Pacheco, et al., 1999), numa prática cujo contexto é de índole familiar (Baumrind, 1966). Vários estudos têm demonstrado que o estilo parental tem significativa influência em diversas áreas do desenvolvimento psicossocial das crianças e dos adolescentes, tais como: ajustamento social, psicopatologia e desempenho escolar (Costa, et al., 2000; Bassett, & Snyder, 2013).

No decorrer dos anos, muita literatura se tem produzido acerca das repercussões do desenvolvimento da criança em função do estilo parental empregue (Baumrind, 1971, 1983; Lewis, 1981). Foi o trabalho de Baumrind em 1966 que veio impulsionar o estudo dos estilos parentais, quando este integrou os aspetos comportamentais e afetivos que se encontram envolvidos no processo educacional dos filhos. Esta autora, enfatizou a autoridade que os pais exerciam sobre seus filhos, vendo-a como uma forma de expressão de crenças e valores parentais (Costa, et al., 2000; Weber, et al., 2004).

Baumrind propôs a existência de tipos parentais, sem que estes fossem analisados holisticamente ou seja, tendo em conta outras possíveis dimensões que possam estar

subjacentes ao estilo parental (Cecconello, et al., 2004; Costa, et al., 2000). Convém referir que o modelo de estilos parentais de Baumrind (1966, 1971) foi posteriormente reformulado por Maccoby e Martin (1983), tendo estes autores proposto duas dimensões ortogonais, são elas: *Exigência* (i.e., supervisão e disciplina) e *Responsividade*<sup>3</sup> (i.e., atitudes de apoio que favorecem a auto-afirmação), cuja combinação resultou nos quatro estilos parentais.

Assim, a literatura refere a existência de quatro grandes tipos de estilo parental (Wentzel, 1994): 1) Autoritário - i.e., reflete controlo firme, mas baixos níveis de adaptabilidade; 2) Autoritativo ou Democrático - i.e., termo adaptado do inglês *authoritative*, que descreve a prática autoritária assertiva, competente e adotada por quem de direito (Pacheco, et al., 1999), refletindo ainda, altos níveis de adaptabilidade e controlo firme; 3) Indulgente ou por vezes chamado de permissivo - i.e., em que os pais respondem aos pedidos dos filhos de forma não punitiva, são carinhosos e não são exigentes (Assis, & Luca, 2009); 4) Negligente - i.e., reflete controlo relativamente baixo e indiferença.

De forma a ser possível tipificar os estilos parentais, Lamborn, et al. (1991) propuseram a utilização de instrumentos de responsividade. Tais instrumentos avaliavam as atitudes parentais que favorecem a individualidade e auto-afirmação dos filhos a partir do apoio e da aquiescência (i.e., aprovar, concordância e consentimento) e de exigência (i.e., diz respeito às atitudes parentais que possam requerer supervisão e disciplina, sendo passíveis de gerar confronto diante de desobediência), (Maccoby, & Martin, 1983).

Assim sendo, será a combinação das duas dimensões ou seja, *responsividade* e *exigência*, que irão determinar os quatro estilos parentais. Pais com elevados índices de responsividade e exigência, são apelidados de autoritativos. Por outro lado, quando os índices obtidos são baixos, estes pais são apelidados de negligentes. Dentro da mesma linha de pensamento, pais com índices elevados em exigência, mas com baixos índices em responsividade, são apelidados de autoritários; Por sua vez, índices elevados em responsividade e baixos em exigência são classificados como indulgentes (Costa, et al., 1998; Pacheco, et al., 1999; Watabe, & Hibbard, 2014).

---

<sup>3</sup> O termo responsividade é utilizado para substituir a designação inglesa *responsiveness* que se refere ao grau de resposta às necessidades da criança (i.e. Demonstram atenção, percepções consistentes, resposta contingente e adequada aos sinais fornecidos pela criança (Pacheco, et al., 1999; Alvarenga, & Piccinini, 2007).

Relativamente ao estilo indulgente, este consiste na combinação entre baixo controle e alta responsividade. Pais indulgentes, em oposição aos autoritários, não estabelecem regras nem limites para a criança, estabelecendo poucas exigências relativamente à responsabilidade e maturidade. Habitualmente são excessivamente tolerantes, permitindo que a criança monitorize o seu próprio comportamento. São afetivos, comunicativos e recetivos com seus filhos, tendendo a satisfazer qualquer desejo dos mesmos (Baumrind, 1966; Glasgow, et al., 1997; Hibbard, & Walton, 2014).

Quanto ao estilo negligente, este irá resultar da combinação entre controle e responsividade em baixos níveis. Pais negligentes não são nem afetivos nem exigentes. Demonstram pouco envolvimento com a tarefa de socialização da criança, não monitorando o seu comportamento. Tendem a manter os seus filhos à distância, respondendo somente às suas necessidades básicas. Enquanto os pais indulgentes estão envolvidos com os seus filhos, já os pais negligentes estão frequentemente, centrados nos seus próprios interesses (Glasgow, et al., 1997; Hibbard, & Walton, 2014).

Os pais tidos como autoritários, tentam controlar e moldar as atitudes e comportamento dos seus filhos, tendo em conta o padrão exigido. Por norma, este estilo parental não estimula o diálogo e esperam que as regras sejam seguidas sem que exista grande espaço para se fazerem questões. Os pais autoritativos, em contraste com os pais autoritários, determinam e fazem cumprir as regras firmemente. Usam métodos não punitivos. São pais afetivos e que incentivam o diálogo (Glasgow et al., 1997; Uji, et al., 2014).

O estudo de Baumrind e Blauk (1967) realizado com crianças em idade pré-escolar verificou que os filhos de pais tidos como autoritativos, mostraram ser crianças mais assertivas, com mais maturidade, conduta independente e empreendedora, e com responsabilidade social. Por outro lado, filhos de pais negligentes não apresentam padrões de conduta tidos como os esperados e adequados, o que sugere que não fazem uma avaliação crítica acerca do seu próprio pensamento (Pacheco et al., 1999). Os estilos autoritário, indulgente e negligente parecem estar relacionados com uma maior incidência de resultados negativos no desenvolvimento infantil, problemas de comportamento, abuso de substâncias, fracasso escolar e baixa auto-estima (Bassett, & Snyder, 2013; Steinberg, et al., 2006; Steinberg et al., 1994).

### iii. Práticas Educativas Parentais

As práticas educativas parentais têm sido objeto de estudo de um elevado número de investigações nas últimas décadas. Muitas das investigações realizadas abordaram as prováveis repercussões das práticas educativas utilizadas pelos progenitores no desenvolvimento e comportamento dos seus filhos (Alvarenga, & Piccinini, 2001; Finzi, et al., 2000; Valentini, & Alchieri, 2009). Na tentativa de colocarem em prática, enquanto agentes do processo de socialização dos seus filhos, a conduta ideal a adotar os progenitores socorrem-se de um conjunto de técnicas de forma a ser possível orientar os seus comportamentos. A estas estratégias de socialização utilizadas pelos pais, alguns autores denominam por *Práticas Educativas Parentais* (Mussen, et al., 1990; Marin, et al., 2011; Valentini, & Alchieri, 2009).

Relativamente ao cariz disciplinar introduzido na vida das crianças, este só será possível, caso se estabeleça interação entre pais ou cuidadores e os filhos. A criança no decorrer das relações estabelecidas começa a ser confrontada com as regras e padrões morais da sociedade através das práticas educativas parentais (Hoffman, 1975, 1994).

Relativamente ao conjunto de *Estratégias Disciplinares*, passíveis de serem adotadas pelos progenitores, podem ser divididas em duas categorias distintas: as *estratégias indutivas* e as *estratégias de força coercitiva*. Em qualquer um destes tipos de estratégias a adotar, têm como objetivo comunicar à criança o desejo que os pais têm de alterar o comportamento assim como, exercer uma certa pressão no sentido da criança obedecer (Hoffman, 1975, 1994; Piccinini, et al., 2007).

No que concerne à *Estratégia Indutiva*, esta é caracterizada por colocar em prática o objetivo disciplinar, dando referências à criança acerca das consequências que o seu comportamento provoca nas outras pessoas, através da chamada de atenção e esclarecimento lógico acerca das suas atitudes. Desta forma, pretende-se munir a criança de ferramentas, através das quais esta consiga compreender as implicações das suas ações, e possa passar a controlar o seu próprio comportamento (Hoffman, 1975, 1994; Marin, & Piccinini, 2011).

Por outro lado, as *Estratégias de Força Coerciva*, caracterizam-se pela aplicação direta da força, incluindo punição física, privação de privilégios e afeto, ou pelo uso de ameaças dessas atitudes. Através desta estratégia, o comportamento da criança é controlado, em função das reações punitivas dos pais. O seu uso provoca emoções intensas, tais como: medo, raiva, e ansiedade. Por outro lado, através desta forma, a criança não irá ter a capacidade para compreender as implicações das suas ações. Salienta-se ainda, que existe correlação entre a estratégia punitiva e a crítica e as práticas parentais negativas e problemas de comportamento nos seus filhos (Keller, 2008; Bolsoni-Silva, et al., 2010).

Comprendemos então que a utilização da punição física ou o uso excessivo da força são métodos disciplinares pouco efetivas e surgem como uma prática disciplinar descrita na literatura como prejudicial ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, associados a elevados níveis de agressão, baixos níveis de interiorização moral e pobre saúde mental nas crianças e adolescentes (Hart, et al., 1990; Hart, et al., 1998; Larzelere, & Kuhn, 2005; Gershoff, 2002; Weber, et al., 2004).

Num outro estilo parental, foi realizado um estudo com 264 estudantes de ensino superior, os autores constataram que o estilo autoritativo influencia a performance académica dos estudantes, confere-lhes motivação e eficácia no desempenho escolar (Turner, et al., 2009). No sentido oposto, Besharat, et al. (2011) constataram numa amostra com 371 estudantes do ensino superior, que o estilo autoritário está associado negativamente com a performance escolar.

Por outro lado, Ratner (2014) estudou o estilo parental e a vinculação numa amostra com 264 estudantes do ensino superior. Os dados sugerem que a figura materna, associada a carinho e amor, faz com que os jovens se sintam seguros e é determinante para se sentirem motivados a explorar o meio.

As diferenças culturais também têm sido investigadas como um importante moderador do efeito das práticas educativas sobre o comportamento infantil (Alvarenga, & Piccinini, 2001; Cheah, et al., 2009). Por exemplo, os pais Afro-Americanos, têm mais predisposição para aprovar e usar a punição física. Assim sendo, nestes casos será necessário a implementação de medidas educacionais, tendo como objetivo reduzir e se

possível erradicar tais condutas (Giles-sims, et al., 1995). Straus e Stewart (1999) no seu estudo encontraram resultados semelhantes, para além de referirem a questão étnica, também existia uma relação entre ser afro-americano e com dificuldades económicas. Convém apenas referir que estes autores compararam ainda os Afro-Americanos como os Euro-Americanos, apesar de ambos usarem a punição física, foram os Afro-Americanos aqueles que a usavam de forma mais consistente.

Quanto à punição física, Duarte (2011) no seu estudo cuja amostra foi de 106 pais de crianças com idades compreendidas entre os 2 e os 6 anos, constatou que as práticas educativas mais utilizadas eram aquelas que são tidas como as mais adequadas. Porém, aquando das birras das crianças, os pais recorriam à punição física e às práticas educativas inadequadas. A autora verificou ainda que o género das crianças e o estado civil dos pais não influenciou as práticas educativas utilizadas, no entanto observou-se que quanto mais velhos os filhos, menos os pais recorrem à punição física.

Num outro estudo, procurou-se verificar a existência de diferenças significativas no uso das práticas educativas parentais entre famílias sinalizadas como sendo de risco, acompanhadas pela CPCJ, negligentes e/ ou abusivas ( $n=30$  famílias) e de famílias da população geral ( $n= 30$  famílias), sendo que não foram encontradas diferenças significativas (Magalhães, 2012).

No entanto, e felizmente a cultura do castigo físico encontra-se em fase de transição, uma vez que a tradição associada à interdição está gradualmente a cair em desuso (Donoso, & Ricas, 2009; Oliveira, & Simões, 2014). A utilização inadequada do poder dos pais, presente nas medidas coercivas, também está presente noutras formas de interação parental. O controle excessivo do comportamento dos filhos pelos pais ilustra um desequilíbrio de poder na relação, sendo um entrave à autonomia e à auto-estima. O controle também faz parte das tipologias de estilos parentais, conforme proposto por Baumrind (1966, 1971).

A título de conclusão, as práticas educativas indutivas são sugeridas na literatura como as mais adequadas, na medida em que transmitem à criança o desejo de mudança, sem a utilização de recurso de medidas de coação.

#### **iv. Práticas Educativas Parentais em Lares Negligentes**

De acordo com o que foi abordado anteriormente, as práticas educativas parentais no espaço do seu ambiente familiar, processam-se tendo em conta o estilo parental, (Veldhuis, et al., 2014). Apesar da relação entre estilo parental meio familiar ser um tema pouco conhecido, uma vez que entra na esfera privada das famílias (Loprinzi, et al., 2012), sabe-se que o estilo parental irá variar mediante a estrutura familiar (Chan, & Koo, 2011). Os pais têm uma grande influência no comportamento das crianças, e esta influência é provável que surja a partir do estilo e prática educacional adotada (Jago, et al., 2011).

Um estudo que contemplou crianças adotadas vítimas de negligência evidenciou que, apesar de aprenderem a regular o seu comportamento, estas crianças não deixavam de apresentar um comportamento agressivo e desorganizado, que provocava o afastamento de outras pessoas (Zilberstein, 2011). Para além disso, as crianças tendem a reproduzir na relação com os outros, os seus modelos educacionais, o que irá dificultar a aprendizagem e o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis com os colegas e professores no caso das crianças negligenciadas (Patias, et al., 2012).

Como sabemos as crianças negligenciadas, não tiveram o adequado trato, seja a nível físico, intelectual, ou viram as suas necessidades emocionais satisfeitas (Dubowitz, et al., 1993) ou seja, os cuidadores não exerceram as suas tarefas e responsabilidades parentais (Minty, & Pattinson, 1994), adotando então práticas parentais desadequadas. Será importante focar que as crianças negligenciadas trazem imensos custos sociais (Blanchard, et al., 2002), sendo um problema de saúde pública significativo (Jouriles, et al., 2010).

Se por um lado, os estudos sobre pais negligentes são escassos (Dufour, et al., 2008), Também são escassos aqueles que visam as famílias monoparentais negligentes (Gaudin, et al., 1996). Desta forma, a falta de atenção acerca desta temática, traz inúmeras repercussões ao nível da prevenção dos maus tratos das crianças e jovens (Dubowitz, 2006; Lee, et al., 2009).

A literatura tem demonstrado que as práticas parentais, e o suporte parental (i.e., conjunto de práticas educativas) serão determinantes no desenvolvimento da criança e terão um efeito no desenvolvimento adaptativo desta. A proximidade afetiva de apoio/suporte terão um efeito protetor no aparecimento de condutas disruptivas (Ruivo, & Sani, 2002).

As questões parentais variam significativamente, quanto à negligência, tendo em conta o género e a estrutura familiar. Num estudo com 1266 famílias negligentes, que analisou os principais problemas das mães e pais, constataram que as mães (i.e., biológicas ou substitutas) revelam mais problemas que os pais (i.e., biológicos ou substitutos). Genericamente, as mães solteiras estão mais vulneráveis a problemas sociais e psicológicos, já os pais apresentam menos problemas que as mães nestes domínios (Dufour, et al., 2008).

Dentro da mesma linha de investigação, Edwards, et al. (2005) após analisar a relação entre 24 mães de crianças negligenciadas e mães não negligentes, verificaram que as mães negligentes fornecem menos suporte em resposta às necessidades emocionais dos seus filhos, envolvem-se menos emocionalmente com estas, e tendem a expressar maior número de emoções negativas. Contudo, convém dizer que os companheiros de mães negligentes não são muitas das vezes fonte de suporte para estas (Polansky, et al., 1981), este estilo de conduta poderá fazer aumentar ainda mais o risco de maus-tratos (Daly & Wilson, 1996).

Berger, et al. (2009) usaram 2.297 famílias, cujas crianças estavam protegidas por um serviço de proteção de menores. Os resultados indicaram que nos casos em que as mães viviam com um companheiro, que não era o pai biológico, e nos casos em que estabeleciam uma relação de namoro, tinham mais predisposição para serem contactadas pelos serviços de proteção de menores.

Convém ainda focar um estudo bastante pertinente de Kelleher et al. (2008) que relacionou a associação entre a agressão física sofrida pela mulher e as práticas disciplinares relatadas pelas mesmas, enquanto mães e cuidadoras, onde foram entrevistadas mais de 3000 cuidadoras. Os dados obtidos referem que qualquer tipo de exposição à violência conjugal está relacionada com o aumento de taxas de agressão

psicológica, agressão física e disciplina negligente à criança, quando comparadas com mulheres não vítimas de violência doméstica. Assim, ser vítima de violência conjugal correlaciona-se com a conduta agressiva e prática negligente.

Relativamente ao papel do pai, Dubowitz, et al. (2001), assim como Coley (1998) referem que aqueles que têm a figura do pai presente sentindo suporte por parte dos mesmos, têm maior competência social, redução de sintomas depressivos, e resultados académicos.

Todavia, devemos acrescentar que alguns estudos referem que as crianças vítimas de negligência têm uma imagem otimista do seu funcionamento familiar (Gable, 1998; Milan, & Pinderhughes (2000). Pelo contrário, estudos como o de Ruivo e Sani (2002) não corroboram esta ideia.

Neste sentido, não será demais lembrar que as crenças parentais são desenvolvidas por meio de vivências e experiências sociais e culturais ao longo da vida. Desta forma, a maneira como os progenitores interpretam o comportamento dos seus filhos e, conseqüentemente as estratégias educativas que irão utilizar, as condições de vida (i.e., divórcio, desemprego, entre outras), variáveis familiares (i.e., extensão da família e qualidade da relação afetiva), rede de apoio social, características de temperamento e personalidade, abuso de substâncias químicas, presença de doenças psiquiátricas e/ou físicas, vão influenciar determinadamente as estratégias educativas (Patias, et al., 2013).

#### **v. Influência das Práticas Educativas Parentais no Desenvolvimento da Linguagem dos Filhos**

As relações parentais em idade escolar parecem diminuir a partir dos 6 anos. A criança em idade escolar passa a ter mais autonomia, e um maior contacto com outros adultos fora da esfera familiar, sendo este motivo uma das causas da diminuição da interação direta com os pais (Collins, & Russell, 1991). No fundo, à medida que a criança cresce, a influência parental, vai declinando gradualmente (Holt, et al., 2009).

Não obstante, como foi possível verificar na revisão da literatura anteriormente efetuada, o envolvimento parental nas atividades escolares e a proximidade emocional na escola têm efeitos positivos na realização académica dos alunos, aumentando as suas competências sociais e diminuindo os comportamentos disruptivos.

Para além disso, o estilo comunicativo associado às práticas educativas desempenha um papel determinante em algumas tipologias de maus tratos, mais concretamente em algumas tipologias da negligência (Moreno, et. al., 2006).

Porém, a linguagem e o desenvolvimento da capacidade comunicacional, nos primeiros anos da criança, estará dependente não apenas das suas experiências e capacidades, ao nível da audição, fala, leitura e escrita mas também, na motivação em usar vocabulário e uma variedade de palavras novas. Como se sabe, as capacidades para a aquisição da linguagem, estão dependentes de fatores inatos (e.g., idade, entre outros) e ambientais (e.g., o nível de literacia da família, entre outros). O estudo de Shin e Kim (2008) verificou que o nível de literacia existente no meio familiar, irá ter um papel fundamental no desenvolvimento da linguagem.

Dentro da mesma linha de pensamento, Lee e Kim (2012) realizaram um estudo longitudinal onde analisaram o estilo parental, variáveis económicas e ambientais, e sua influência na aquisição da leitura e escrita em crianças com cinco anos. Então, na fase da pré-escolar, os autores constataram que o estilo parental e as variáveis socioeconómicas influenciam diretamente a existência de um pobre vocabulário. Especificamente, o estilo parental das mães influencia os resultados obtidos nos teste de avaliação da linguagem revelando um grande impacto ao nível da aquisição da linguagem (Lee, & Kim, 2012).

Para além disso, e no decorrer da revisão da literatura deste trabalho, verificou-se ainda, que crianças cuja relação com os seus progenitores é próxima e saudável terão um vocabulário mais enriquecido e menos predisposição a distúrbios da linguagem, uma vez que estes são mais estimulados e quando necessários corrigidos, através das relações que estabelecem com os seus cuidadores. A literatura também nos sugere que as vivências familiares saudáveis, equilibradas e cujos estilos parentais adotados sejam os mais adequados, são fatores que irão contribuir para crianças mais motivadas nos

seus estudos, maior capacidade para adquirir conhecimento, maior auto-estima, menos agressivas, ou seja potencializará uma panóplia de fatores motivadores para a aquisição e desenvolvimento das capacidades linguísticas. (Coley, 1998; Costa, et al., 2000; Chan, & Koo, 2011; Ratner, 2014; Veldhuis et al., 2014).

Divergentemente, se os cuidadores não interagirem, ou se estes interagirem de forma desadequada (e.g., incongruentemente) as crianças ficarão inseguras e não compreenderão os sinais. Este tipo de desorganização afetiva é frequente nos casos de negligência. Muito destes cuidadores não expressam afeto. Ao existir uma interpretação incorreta ou uma deturpação do significado da comunicação e da ação da criança, estes fatores podem afetar seriamente a aquisição da linguagem da criança (Lyon-Ruth, et al., 1999, *Cit. in* Moreno, et al., 2010, p. 1029; Moreno, & García-Baamonde, 2009; Wilkerson, & Johnson, 2008).

Os autores Sullivan, et al. (2010) estudaram em 42 crianças negligenciadas em fase pré-escolar e a forma como o estilo parental punitivo afetava a capacidade para discriminar as expressões emocionais e o contexto nas quais estas são apropriadas (esta capacidade discriminativa irá permitir prever o comportamento dos outros, compreender o vocabulário associado às emoções, perceber as expressões faciais e associar as emoções aos contextos). Os autores notaram que a aprendizagem emocional poderá estar relacionada com baixos scores ao nível do quociente de inteligência e estar dependente de ser vítima de negligência.

Neste sentido, segundo os trabalhos de Moreno, et al. (2012), os autores constataram que, as crianças e jovens vítimas de negligência apresentavam dificuldades na morfossintaxe, estas por sua vez, percecionavam um estilo parental mais punitivo. Relativamente à pragmática, estas crianças e jovens, cujos scores linguísticos são baixos, percecionavam um estilo parental mais restritivo, punitivo e elevada rejeição afetiva (Moreno, et al., 2010b).

Foi possível constatar após a análise da literatura, a existência de uma relação entre práticas educativas parentais e o desenvolvimento da linguagem (Lee, & Kim, 2012; Moreno, et al., 2012; Wilkerson, et al., 2008).

Ainda dentro da mesma linha de pensamento, Milot et al. (2010) e Sylvestre e Mérette (2010) alertam-nos para o facto do estilo parental empregue, inclusivamente desde a fase pré-linguística, poder trazer repercussões graves na fase linguística propriamente dita, podendo estas acompanhar o indivíduo no decorrer da sua fase adulta.

Assim, e a título de síntese, existe uma relação positiva entre pais com um estilo mais assertivo e responsivo e um desenvolvimento de linguagem mais favorável. Pelo contrário, estilos parentais marcados por características como diretividade e punição estão associados a um desenvolvimento linguístico mais pobre (Besharat, et al., 2011; Hebert, et al., 2004; Hoff, 2006; Tamis-Lemonda, & Rodriguez, 2009; Wadsby, et al., 2001).

## **II. ENQUADRAMENTO METODOLOGICO**

A revisão bibliográfica realizada na fase inicial deste trabalho permitiu aferir algumas das noções presentes na literatura que circundam o tema da negligência.

Após a análise da literatura, verificou-se a pertinência da realização deste trabalho de investigação. Apesar de serem referidas algumas perturbações da linguagem nas crianças negligenciadas, os estudos na sua maioria não analisam ou descrevem detalhadamente em que componentes ocorre concretamente tais dificuldades (Moreno, et al., 2009; 2012). Assim sendo, pretende-se com este estudo colmatar esta lacuna.

### **1. Objectivos de Estudo**

#### **i. Questão de Investigação**

Como são as práticas educativas parentais e o desempenho linguístico em crianças referenciadas como vítimas de negligência?

#### **ii. Objectivos Específicos**

- 1) Comparar as Práticas Educativas Parentais (PEP) de crianças referenciadas como negligenciadas (grupo experimental) com crianças não referenciadas como negligenciadas (grupo de controlo), relativamente às variáveis:
  - a) Total de práticas educativas parentais;
  - b) Práticas fisicamente abusivas;
  - c) Práticas emocionalmente abusivas;
  - d) Punição física;
  - e) Práticas inadequadas mas não abusivas;
  - f) Práticas educativas adequadas.
  
- 2) Comparar o desempenho linguístico (resultados do teste GOL-E) de crianças referenciadas como negligenciadas (grupo experimental) com crianças não referenciadas como negligenciadas (grupo de controlo), relativamente às variáveis:
  - a) Total de pontuação linguística;
  - b) Semântica;
  - c) Morfossintaxe;
  - d) Fonologia.
  
- 3) Verificar as relações entre a idade, o género, as práticas educativas parentais (PEP) e o desempenho linguístico na GOL-E, relativamente aos resultados totais e pelas respetivas variáveis:

a)Práticas fisicamente abusivas; b)Práticas emocionalmente abusivas;  
c)Punição física; d) Práticas inadequadas mas não abusivas; e) Práticas educativas adequadas; f)Semântica; g)Morfossintaxe; h)Fonologia.

4) Associar as diferentes tipologias de negligência no grupo experimental, com as práticas educativas parentais (PEP) e o desempenho linguístico na GOL-E, relativamente aos resultados totais e pelas respetivas variáveis:

a)Práticas fisicamente abusivas; b)Práticas emocionalmente abusivas;  
c)Punição física; d) Práticas inadequadas mas não abusivas; e)Práticas educativas adequadas; f)Semântica; g) Morfossintaxe; h)Fonologia.

### **iii. Hipóteses**

**As hipóteses colocadas para estudar o primeiro objetivo foram:**

**1.1.H0:**A distribuição do Total das PEP, Práticas Fisicamente Abusivas, Práticas Emocionalmente Abusivas, Punição Física, Práticas Inadequadas mas não Abusivas, e Práticas Educativas Adequadas, são iguais entre o grupo experimental e o grupo de controlo.

**1.2.H1:**A distribuição do Total das PEP, Práticas Fisicamente Abusivas, Práticas Emocionalmente Abusivas, Punição Física, Práticas Inadequadas mas não Abusivas, e Práticas Educativas Adequadas, não são iguais entre o grupo experimental e o grupo de controlo.

**As hipóteses colocadas para estudar o segundo objetivo foram:**

**2.1.H0:**A distribuição do Total da GOL-E, Semântica, Morfossintaxe, e Fonologia são iguais entre o grupo experimental e o grupo de controlo.

**2.1.H1:**A distribuição do Total da GOL-E, Semântica, Morfossintaxe, e Fonologia não são iguais entre o grupo experimental e o grupo de controlo.

## **2. Tipo de Estudo**

A presente investigação é um estudo transversal, quantitativo, descritivo e correlacional. No que diz respeito à caracterização de um estudo descritivo, este consiste na exploração de possíveis relações entre variáveis, com o intuito de as descrever (Fortin, 2009) e de indagar as características de determinada população (Carmo, & Ferreira, 2008). Neste estudo optou-se por um estudo do tipo descritivo, uma vez que este tipo de estudos descrevem a realidade, não tendo propriamente como objetivo a explicação ou intervenção em determinada realidade. Convém ainda referir que os estudos descritivos são fundamentais, quando pouco se sabe sobre determinado assunto. Relativamente às características de um estudo transversal, são estudos que analisam uma situação particular de uma determinada população, num período específico de tempo (Aragão, 2011).

No que concerne à observação quantitativa esta tem como objetivo verificar, com ajuda de instrumentos de medida, sem recorrer à experimentação (e.g., laboratório), determinada situação ou população (Coutinho, 2004; Deshaies, 1992). A realidade a avaliar é “objetiva” na medida em que existe independentemente do sujeito. Nestes casos, diferentes observadores perante os mesmos dados devem chegar às mesmas conclusões (Coutinho, 2004).

Por fim, o presente estudo é correlacional uma vez que é utilizado no estabelecimento e quantificação de relações entre diferentes variáveis. Permite estudar/estabelecer relações entre variáveis e prever de que forma determinadas variáveis influenciam o comportamento de outras (Sousa, et al., 2007).

## **3. Identificação e Operacionalização das Variáveis**

As variáveis de um estudo dizem respeito às características passíveis de serem medidas, controladas ou manipuladas numa investigação. Estas podem ser de dois tipos, variáveis independentes e variáveis dependentes. No que diz respeito às variáveis independentes estas são passíveis de serem manipuladas, neste sentido elas são independentes das características e intenções dos sujeitos (Fortin, 2009). Neste estudo, a variável independente criada foi a Negligência Infantil. Relativamente as variáveis dependentes

estas são apenas qualificadas ou registadas, estas dependem da ação do sujeito ou resposta do mesmo (Fortin, 2009). Neste estudo, as variáveis dependentes criadas foram as Práticas Educativas Parentais e o Desenvolvimento da Linguagem.

#### 4. Participantes

Os participantes de uma amostra em estudo, dizem respeito à população alvo do mesmo. Na verdade, será uma parte representativa e com características próprias de determinados indivíduos. Assim sendo, a população alvo irá contemplar os indivíduos cujas características satisfaçam os critérios de inclusão previamente definidos na seleção dos mesmos (Fortin, 2009).

Neste estudo foi utilizada uma amostra de conveniência e não probabilística. Uma vez que a nossa amostra se encontrava disponível de forma a podermos proceder à recolha da mesma (Mattar, 2006). Para além disso é uma amostra não probabilística, uma vez que esta possuía características próprias do nosso interesse (Fortin, 2009; Hill, & Hill, 2008).

Neste estudo participaram crianças em idade escolar (i.e., Primeiro Ciclo do Ensino Básico), cuja faixa etária se encontrou compreendida entre os 6-10 anos de idade. Destas, não participaram 13 indivíduos, uma vez que não entregaram o consentimento informado. No total participaram 173 crianças cuja proveniência da amostra foi contexto escolar (i.e. tivemos uma adesão ao estudo de 93%). Quanto à restante amostra, esta proveniente de contexto hospitalar, não aceitaram colaborar 17 participantes. Assim sendo, no seu total este grupo foi composto por 173 elementos (i.e., tivemos uma adesão ao estudo de 91%). Em suma, participaram no total do estudo 346 crianças e respetivos cuidadores. Seguidamente, apresenta-se a constituição dos grupos formados nesta investigação.

Segundo a amostra geral, foram criados dois grupos distintos de investigação ou seja, um grupo denominado por *Grupo Experimental – GE* (i.e., GE N= 173). Fizeram parte deste grupo crianças referenciadas como *Vítimas de Negligência* que se encontravam a ser acompanhadas na Consulta Externa de Pediatria e Nutrição, no Centro Hospitalar do Porto - Hospital Maria Pia e ainda no Núcleo de Apoio à Criança e à Família - NAFC- a

intervir junto de crianças em risco, do mesmo hospital. No que diz respeito ao segundo grupo criado ou seja, **Grupo de Controlo – GC** (i.e., GC  $N= 173$ ) fizeram parte crianças que nunca foram referenciadas como vítimas de negligência, que frequentavam o 1º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de S. Romão do Coronado – Trofa, distrito do Porto. Relativamente às características demográficas dos participantes de ambos os grupos, estas podem ser visualizadas na tabela 1 que seguidamente se irá apresentar.

**Tabela 1** – Caracterização da idade dos participantes ( $n=346$ ), por género e por grupo.

	Idade									
	Grupo Experimental Crianças referenciadas como negligenciadas					Grupo de Controlo Crianças não referenciadas como negligenciadas				
	<i>N</i>	<i>Mediana</i> ( <i>P50</i> )	<i>P25</i>	<i>P75</i>	<i>Mín- Máx</i>	<i>N</i>	<i>Mediana</i> ( <i>P50</i> )	<i>P25</i>	<i>P75</i>	<i>Mín- Máx</i>
<b>Feminino</b>	76	7,0	6,0	8,0	6-9	72	8,0	7,0	8,0	6-10
<b>Masculino</b>	97	7,0	6,0	8,0	6-10	101	8,0	7,0	9,0	6-10
<b>Total</b>	173	7,0	6,0	8,0	6-10	173	8,0	7,0	8,5	6-10

No que diz respeito às *Características Sociodemográficas e Clínicas*, as crianças do GE têm um predomínio do género masculino ( $n= 97$ ) e frequentavam na sua maioria o 3.º ano de escolaridade (34.1%). Quanto ao aproveitamento escolar, na sua maioria (90.2%), nunca tiveram retenção escolar (Vide tabela i no anexo IV).

Estes participantes foram sinalizados essencialmente na Consulta Externa de Pediatria e Nutrição (63.6%). Quanto à severidade do tipo de negligência sofrida, 11% foram sinalizados como correndo risco de vida. Foram sinalizadas como vítimas de negligência, na sua maioria pela primeira vez (86.7%), ou seja não recorrentes. Convém salientar, que a negligência foi em grande parte perpetuada por ambos os progenitores (60.7%) (Vide tabela ii no anexo IV).

Quanto à tipificação do tipo de negligência sinalizada, apesar de ser possível a co-ocorrência de mais do que um tipo de negligência, os dados apontam que o sub-tipo de negligência mais frequente neste estudo para ambos os géneros e para a amostra total do GE, foram: a *Negligência de Supervisão -NS*, seguida da *Negligência Emocional - NE*, da *Negligência Física- NF* e finalmente, da *Negligência Cognitiva-NC*. Para uma análise mais detalhada vide Tabelas iii e iv no anexo IV.

Relativamente ao grau de severidade verificada no **GE**, os dados sugerem um predomínio de **Grau Moderado** em 75.1%, seguida de **Grau Grave** em 24.9%. Convém referir que não existiu nenhum caso de **Grau Leve** (Vide tabela v no anexo IV). O Grau de severidade, tendo em conta o Género, poderá ser analisado nas Tabelas vi e vii que se encontram no anexo IV.

No que diz respeito às características do agregado familiar do GE, 79 famílias (45.7%) apresentam um rendimento mensal entre os 401-1000 euros porém, convém referir que 69 (39.9%) destas famílias, auferem um rendimento mensal inferior a 400 euros. Quanto à situação de emprego, estes progenitores encontram-se na maioria empregados, os pais representam 49.1% e as mães empregadas 42.8%. Relativamente à tipologia familiar, na sua maioria são casados ou têm uma união de facto (49.1%), vivem na sua maioria em famílias nucleares (34.1%), e o número do agregado familiar máximo existente é composto por 9 elementos. Por fim, estes pais completaram na sua maioria o 1.º Ciclo do Ensino Básico (i.e., 44.5% dos pais e 41.6% das mães). Para uma análise mais detalhada, vide Tabela viii no anexo IV.

No que diz respeito às *Características Sociodemográficas*, as crianças do GC têm um predomínio do género masculino ( $n= 101$ ) e frequentavam na sua maioria o 3.º ano de escolaridade (34.7%). Quanto ao aproveitamento escolar, na sua maioria (94.2%), nunca tiveram retenção escolar (Vide tabela i no anexo IV).

No que diz respeito às características do agregado familiar do GC, 83 famílias (48%) apresentam um rendimento mensal entre os 401-1000 euros porém, convém referir que 52 (30.1%) destas famílias, auferem um rendimento mensal entre 1001-2000 euros. (Vide tabela 10 em anexo). Quanto à situação de emprego, estes progenitores encontram-se na maioria empregados, os pais representam 70.5% e as mães empregadas 67.1%. Relativamente à tipologia familiar, na sua maioria são casados ou têm uma união de facto (67.6%), vivem na sua maioria em famílias nucleares (59%), e o número do agregado familiar máximo existente é composto por 6 elementos. Por fim, estes pais completaram na sua maioria o 3.º Ciclo do Ensino Básico (i.e., 39.3% dos pais e 32.9% das mães). Para uma análise mais detalhada, vide Tabela viii no anexo IV.

## 5. Critérios de Inclusão e Exclusão

No que diz respeito aos critérios de inclusão na seleção da amostra deste estudo, estes foram os seguintes: ambos os grupos teriam que ter idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, frequentar o 1º ciclo do ensino básico e serem residentes no distrito do Porto. Quanto aos critérios de exclusão para ambos os grupos, estes não podiam padecer de patologia do foro mental; nem surdez.

No que concerne às particularidades dos critérios de inclusão do grupo GE, estes tinham que ser referenciados como sendo vítimas de negligência, que se encontravam a ser acompanhadas na Consulta Externa de Pediatria e Nutrição e no NAFC do serviço hospitalar anteriormente referido (i.e., na rubrica deste trabalho intitulada por Participantes). Quanto ao GC, para além dos critérios comuns ao GE, estes participantes tinham que pertencer a famílias sem estarem referenciadas como sendo famílias negligentes.

## 6. Instrumentos

Neste estudo foram utilizados três instrumentos de amostragem que permitem a caracterização da amostra e operacionalização das variáveis independentes, são eles:

- **Questionário Sócio- Demográfico** – Para o GE e o GC (Vide anexo I).
- **Ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco** (Pires-Lima, et al., 2006) – Para o GE (Vide anexo II).
- **Escala de Avaliação da Negligência Familiar- Técnicos de Intervenção** (Lopes, et al., 2009) – Para o GE.

Relativamente à operacionalização das variáveis dependentes, estas foram operacionalizadas através de dois instrumentos de avaliação, são eles:

- **Inventário das Práticas Educativas** (Machado, et al., 2003) - Para o GE e o GC.
- **Grelha de Observação da linguagem GOL-E** (Sua Kay, & Santos, 2003) - Para o GE e o GC.

### **i. Questionário Socio-Demográfico**

Relativamente ao questionário **socio-demográfico** este foi utilizado para caracterizar a nossa amostra. É um questionário breve e de auto-preenchimento. Este é composto pelas seguintes variáveis: idade, género, fratria, ano de escolaridade e número de retenções na escola. No que diz respeito aos progenitores, este é composto pelas seguintes variáveis: número do agregado familiar, habilitações literárias, estatuto profissional, estado civil, tipologia familiar e o rendimento mensal do agregado familiar.

Quanto à tipologia de resposta, não existem respostas corretas ou incorretas, o sujeito apenas tem de assinalar em cada item a opção que melhor se aplica.

### **ii. Ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco**

A ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco, é utilizada e preenchida pelos diferentes Técnicos de Saúde (i.e., técnicos do Serviço Social, Psicóloga e Pediatra) da Consulta Externa do Serviço de Pediatria e Nutrição e no NAFC do Hospital no qual decorreu a recolha da amostra. Este instrumento tem como objetivo identificar e sinalizar as crianças que se encontram em situação de maus-tratos ou em risco. Convém referir, que esta ficha de consulta, é uma ficha clínica de recolha de anamnese utilizada pelo hospital, tendo sido já utilizada num estudo anterior de Pires-Lima, Lopes e Gesta (2006) e demora cerca de 15 minutos a ser preenchida. Neste projeto apenas foi utilizado os dados referentes à situação clínica do utente isto é, a primeira parte do instrumento.

No que diz respeito à informação clínica recolhida, esta versou os seguintes aspetos: local do atendimento no hospital (i.e., Serviço de Urgência, Consulta Externa, entre

outras possibilidades), motivo da sinalização, técnico que sinalizou o caso, situação clínica, motivo que conduziu à sinalização, risco de vida, agente causador do risco, encaminhamento dado ao processo, historial de sinalizações prévias, confirmação/não confirmação da situação de negligência, e responsável pela criança à data da alta hospitalar.

### **iii. Escala De Avaliação Da Negligência Familiar –Técnicos de Intervenção** (Lopes, et al., 2009).

A Escala de Negligência Familiar surge após a revisão da literatura e da análise de diferentes instrumentos, que pretendiam avaliar o conceito de diferentes tipologias de negligência: emocional, cognitiva, de supervisão e física, para além do Grau de Severidade: leve, moderada e grave (Arruabarrena, & Paul, 1998; Cerón, & Cruz, 2002; Harrington et al., 2002; Kantor et al., 2004; Lounds, et al., 2004). No nosso país, esta escala foi elaborada por Lopes, et al. (2009) no âmbito do projeto “Adesão à Intervenção na obesidade – Fatores Subjacentes”, na consulta do Hospital no qual se recolheu a amostra clínica deste trabalho. Convém referir que a presente escala, não se encontra aferida para a população portuguesa até à presente data. Porém, foi nossa opção usar este instrumento de avaliação dada as suas características e o nosso objeto de estudo; e ainda, uma vez que os técnicos de saúde se encontravam familiarizados com o presente instrumento. Esta medida de avaliação, veio permitir operacionalizar a variável independente isto é, Negligência Infantil do nosso estudo.

O questionário foi concebido para ser preenchido pelos profissionais de saúde que acompanham crianças e jovens negligenciados. É uma escala cujo seu preenchimento demora cerca de 15 minutos. No nosso estudo foi usada a versão que contempla as crianças, cuja faixa etária se situa dos quatro - 13 anos.

Quanto à constituição da escala, esta é constituída por 56 itens igualmente distribuídos por quatro dimensões: a **Dimensão Negligência Emocional (NE)** - esta pretende avaliar o afeto, o suporte e a qualidade da relação pais-criança; a **Dimensão Negligência Cognitiva (NC)** - pretende avaliar aspetos relativos à estimulação cognitiva por parte dos progenitores; a **Dimensão Negligência de Supervisão (NS)** – (envolve aspetos como o conhecimento do local onde a criança se encontra ou a garantia de que ela é

supervisionada por um adulto adequado); a **Dimensão Negligência Física (NF)** – (avalia a nutrição, a habitação, o vestuário, a higiene, e cuidados de saúde).

No que diz respeito à tipologia de resposta, a escala é de tipo Likert de cinco pontos. Quanto à determinação da existência ou não de sinais de negligência familiar, este dado será obtido através do somatório do total da escala:

**Tabela 2** – Grelha de cotação dos diferentes Graus de Severidade da Negligência.

<b>Grelha de cotação</b>	
<b>Graus de Severidade da Negligência</b>	
56-111	Não existe Negligência
112-168	Severidade Leve
169-224	Severidade Moderada
225-280	Severidade Grave

#### iv. Inventário de Práticas Educativas (IPE)<sup>4</sup>

O **Inventário de Práticas Educativas – IPE** (Machado, et al., 2003) permite tipificar as práticas educativas utilizadas pelos progenitores e analisar a sua regularidade (Machado, et al., 2008). Este inventário é constituído por duas partes distintas e com 29 itens cada uma delas. Relativamente à primeira parte, solicita-se aos sujeitos que se pronunciem quanto à adoção de diversos comportamentos, de acordo com uma escala de Likert. Na segunda parte da escala, é solicitado aos sujeitos que façam uma auto avaliação do seu comportamento, classificando-o como sendo “adequado” ou “inadequado”.

No que diz respeito aos domínios avaliados por este instrumento, estas são cinco: 1) **Práticas Fisicamente Abusivas – PFA**; 2) **Práticas Emocionalmente Abusivas – PEA**; 3) **Punição Física – PF**; 4) **Práticas Inadequadas mas não Abusivas – PINA**; e 5) **Práticas Educativas Adequadas – PEAD** (Machado, et al., 2003). Relativamente à

<sup>4</sup> No decorrer desta investigação os sujeitos completaram as duas partes do IPE, no entanto, apenas foram utilizados os dados correspondentes à primeira parte deste instrumento. Uma vez que esta parte era a mais pertinente, para o objetivo deste estudo.

cotação das questões aos diferentes itens, esta é efetuada mediante a atribuição do valor correspondente ao tipo de resposta, que irá variar entre um e quatro. Assim, a soma dos valores obtidos para cada item permite aceder ao total de cada dimensão. O valor das práticas educativas fisicamente abusivas pode variar entre 10 e 40 pontos; as práticas emocionalmente abusivas e a punição física variam de entre cinco e 20 pontos; as Práticas Inadequadas mas não Abusivas, variam de quatro a 16 pontos; por fim, Práticas Educativas Adequadas, poderá variar entre cinco e 20 pontos. Contudo, neste último domínio, a cotação é efetuada na ordem inversa. Para o cálculo do resultado total obtido mediante a aplicação do IPE é efetuada a soma dos resultados dos 29 itens referente aos cinco domínios.

**v. Grelha de Observação da Linguagem Nível Escolar –GOL-E (Sua Kay, & Santos, 2003)**

Neste trabalho de forma a ser possível avaliar o desempenho linguístico da população em estudo, foi usada a versão experimental para a população portuguesa da GOL-E de Sua Kay e Santos (2003). Este instrumento de avaliação é indicado para crianças em idade escolar, cuja faixa etária se encontre entre 5 anos e 7 meses e os dez anos de idade.

A escolha deste instrumento para a realização deste trabalho, deveu-se em primeiro lugar ao facto de este se encontrar validado para a população portuguesa; apresenta uma boa consistência interna nas diferentes estruturas que a compõem e nos resultados globais da mesma, uma vez que se encontram todos acima de  $\alpha.70$ ; ser específico para a população em estudo; avaliar as **três estruturas linguísticas (Semântica, Morfossintaxe e Fonologia)** e por fim, ao identificar as possíveis perturbações de linguagem existentes, permitirá, sempre que necessário, encaminhar ou apoiar a criança relativamente as áreas de linguagem que se encontram deficitárias ou ausentes, sendo possível encaminhar para a Terapia da Fala.

Quanto à duração da aplicação deste instrumento, este demora aproximadamente 30 minutos. O valor total da GOL-E obtém-se através do somatório das diferentes estruturas que compõem esta grelha.

Por último, na cotação da GOL-E foram por nós criados novos percentis, a partir dos percentis linguísticos originais tendo em conta a faixa etária da população estudada e tendo em conta a versão portuguesa da GOL-E (Sua Kay, & Santos, 2003) Os dados foram agrupados, mediante as diferentes estruturas da linguagem: semântica, morfossintaxe e fonologia; e tendo em conta os seguintes percentis:  $\leq 25$  (Score Baixo);  $> 25 \leq 50$  (Score médio); e  $\geq 50$  (Score Elevado).

## 7. Procedimentos

Numa primeira fase foram contactadas as instituições que se pretendiam envolvidas para a realização deste projeto de investigação. Assim sendo, foi contactado para o *Grupo Experimental a Psicóloga responsável pelo projeto de Adesão ao Tratamento de Crianças Obesas – Fatores Subjacentes*, uma vez que esta investigação se encontrava agregada aos objetivos do projeto anteriormente referido. O responsável do projeto em questão, tratou de todas as questões éticas e respetiva autorização da Comissão de Ética do Hospital envolvido. Quanto ao consentimento informado do GE foi utilizado o referente ao projeto de “Adesão à intervenção na obesidade-Fatores Subjacentes”, aprovado e contendo os critérios exigidos pela Comissão de Ética do Hospital anteriormente referido neste trabalho.

No que diz respeito ao preenchimento dos instrumentos do GE, a “Ficha de Consulta de Crianças e Jovens em Risco” e o “Questionário de Avaliação da Negligência Familiar”, foram preenchidos por vários técnicos de saúde: Pediatra, assistente Social e Psicóloga.

Quanto à informação socio-demográfica e ao Inventário de Práticas Educativas Parentais, no GE, a estes era solicitado após a Consulta de Pediatria, e depois de uma breve explicação acerca dos objetivos do estudo e eventual esclarecimento de dúvidas, a assinatura do Consentimento Informado, e preenchimento dos respetivos instrumentos. Relativamente às crianças do GE que participaram neste estudo, estas foram avaliadas entre os meses de Janeiro- Fevereiro de 2010.

Analogamente, o grupo de controlo, numa primeira fase foi contactado o agrupamento de Escolas a que pertenciam. Após autorização do mesmo, foram contactadas as Escolas que estariam envolvidas e solicitadas as respetivas autorizações. Convém referir que foi o

Presidente do Agrupamento das Escolas que autorizou a realização do estudo, e definiu quais as escolas a participar. A cada diretora de turma foi dada, previamente, uma explicação relativa aos objetivos da investigação, tendo ainda sido garantido o cariz confidencial e anónimo dos dados a serem obtidos, para posterior tratamento estatístico.

Em seguida foi enviada uma breve carta dirigida ao encarregado de educação de cada aluno, explicando a finalidade deste estudo e suas fases, tendo sido anexado o Consentimento Informado (vide anexo III), questionário socio-demográfico e o Inventário de Práticas Educativas Parentais, para que fosse preenchido pelos mesmos. Posteriormente, após o preenchimento do IPE, os pais deveriam de forma anónima (i.e., uma vez que foi atribuído um número de código para cada participante) entregar à professora da respetiva turma o mesmo.

Relativamente à GOL-E, esta grelha foi aplicada de forma individual, pela investigadora, conforme a disponibilidade referida por cada professor. No que diz respeito as crianças do GC que participaram neste estudo, estas foram avaliadas entre os meses de Dezembro de 2013- Fevereiro de 2014.

Convém reforçar a ideia de que a recolha de dados decorreu mediante as normas de confidencialidade, uma vez que foi salvaguardada a identificação dos participantes, e ainda que a participação dos envolvidos foi voluntária. Por fim, salienta-se que a investigadora se mostrou sempre solícita para esclarecer qualquer questão relativa à investigação.

## **8. Análise e Tratamento Estatístico**

Os dados recolhidos foram posteriormente analisados, através de procedimento estatístico, com recurso ao *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 22 do programa IBM® SPSS® Statistics. Para a descrição e caracterização da amostra, aplicaram-se os procedimentos da estatística descritiva.

Como não foi possível assumir a normalidade da distribuição dos dados recolhidos, constatada a partir do teste *Shapiro – Wilk*, foram feitas análises não paramétricas, nomeadamente o teste de *Mann-Whitney para amostras independentes* e a *Correlação*

de *Spearman*. Pelo facto da amostra não apresentar uma distribuição normal, ainda se utilizou como medida de tendência central a mediana *P50* (i.e., percentil 50); e como medidas de dispersão o mínimo e o máximo, e os percentis *P25* e *P75*. Relativamente ao nível de significância considerada, este foi de  $p < 0.005$ . A análise e interpretação dos resultados efetuados tiveram em conta os objectivos previamente delimitados, as hipóteses delineadas, bem como a conceptualização teórica previamente elaborada.

### III. RESULTADOS<sup>5</sup>

#### 1. Objetivo do Trabalho 1 e 2

Os resultados obtidos permitem tomar a decisão de rejeitar as hipóteses nulas, visto que há diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (i.e., experimental e de controlo) relativamente ao Inventário de Práticas Educativas (IPE) e ao Desempenho Linguístico avaliado pela Grelha de Observação da Linguagem – Nível Escolar (GOL-E), com um valor de  $p=0,01$  para a variável Práticas Fisicamente Abusivas, e de  $p<0,01$  para as outras variáveis do IPE e da linguagem (Vide Tabela 3). Contudo, será ainda possível analisar na tabela 3, os resultados obtidos entre os grupos estudados e respetivas medidas, tendo em conta os valores obtidos referentes à mediana (i.e., e respetivo Percentil *P 50*).

Estes dados também podem ser visualizados em formato de gráfico, no que diz respeito aos valores obtidos referentes à *Mediana* (i.e., e respetivo Percentil *P 50*), parece-nos que a leitura destes dados será mais compreensível (Vide Gráficos 1 - 6 no anexo V).

---

<sup>5</sup> Uma vez que o número de dados analisados é grande, e tendo em conta o limite de páginas do presente trabalho, serão apenas apresentados os resultados mais significativos, optando-se por colocar a restante informação em anexo.

**Tabela 3** – Resultados obtidos no IPE e no Desempenho Linguístico – GOL-E, em ambos os grupos.

		Grupo	N	Mediana (P50)	P25	P75	Mín.	Máx.	P***	
<b>*IPE</b>	<b>P. Fisicamente Abusivas</b>	GE	173	11.0	10.0	12.0	5	22	0.01	
		GC	173	10.0	10.0	11.0	9	19		
	<b>P. Emocional. Abusivas</b>	GE	173	5.0	5.0	6.5	5	11	<0.01	
		GC	173	5.0	5.0	5.0	5	14		
	<b>P. Física</b>	GE	173	10.0	8.0	13.0	5	18	<0.01	
		GC	173	8.0	6.0	9.0	5	15		
	<b>P. I. Não Abusivas</b>	GE	173	9.0	8.0	11.0	4	16	<0.01	
		GC	173	8.0	6.0	10.0	4	16		
	<b>P. Educativas<sup>6</sup> Adequadas</b>	GE	173	15.0	11.0	17.0	5	20	<0.01	
		GC	173	8.0	6.0	10.0	5	21		
	<b>Total –IPE</b>	GE	173	49.0	43.0	54.0	13	70	<0.01	
		GC	173	40.0	36.0	43.5	29	60		
	<b>**GOL -E</b>	<b>Semântica</b>	GE	173	14.0	8.0	22.0	0	48	<0.01
			GC	173	27.0	22.0	29.0	3	40	
<b>Morfossintaxe</b>		GE	173	10	6.0	16.0	0	44	<0.01	
		GC	173	35	28.0	40.5	0	50		
<b>Fonologia</b>		GE	173	20.0	12.0	32.0	2	40	<0.01	
		GC	173	39.0	36.0	40.0	7	40		
<b>Total-GOL-E</b>		GE	173	47.0	27.5	67.5	2	126	<0.01	
		GC	173	100.0	83.5	107.0	20	127		

**\*PEP:** Práticas Educativas Parentais; **\*\*GOL-E:** Grelha de Observação da Linguagem – Idade Escolar;

**\*\*\*** Teste de Mann-Whitney. **Nota:** Correlação significativa para  $P. <.01$ .

Para cada uma das três estruturas linguísticas da GOL-E e relativamente a cada uma delas, analisou-se a existência de diferenças entre o GE e o GC. Para tal, foi analisada a distribuição percentilica das pontuações obtidas em cada estrutura linguística considerando a faixa etária dos mesmos, tendo como referência os valores determinados pelos autores da versão portuguesa da GOL-E. Para uma análise mais detalhada, vide a tabela que a seguir se apresenta (vide tabela 4).

Práticas Educativas Adequadas – Quanto menor a cotação obtida neste item do IPE, maior a ocorrência de práticas educativas adequadas. Assim sendo, este dado deverá ser interpretado de forma inversa, ou seja, as Práticas Educativas Adequadas, são o tipo de práticas menos utilizadas neste grupo.

**Tabela 4** – Distribuição Percentilica do Desempenho Linguístico tendo em conta a faixa etária nos diferentes grupos estudados.

		Grupo	N	F	** P ≤ 25 (Baixo)	F	** P >25 e ≤50 (Moderado)	F	** P ≥50 (Elevado)
*GOL –E	Semântica	GE	173	110	63.6%	55	31.8%	8	4.6%
		GC	173	38	22.0%	66	38.2%	69	39.9%
	Morfossintaxe	GE	173	164	94.8%	9	5.2%	0	0%
		GC	173	116	67.1%	31	17.9%	26	15.0%
	Fonologia	GE	173	124	71.7%	46	26.6%	3	1.7%
		GC	173	24	13.9%	22	12.7%	127	73.4%

**Legenda:** \*GOL-E: Grelha de Observação da Linguagem – Idade Escolar - \*\* P ≤ 25 (Score Baixo); P > 25 e ≤ 50 (Score médio); P ≥ 50 (Score Elevado); Percentis de Desempenho Linguístico.

## 2. Objetivo do Trabalho 3

### i. Correlações entre a Idade, o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E.

Através da correlação não paramétrica de *Spearman*, analisamos o nosso terceiro objetivo do estudo, ou seja de que forma a idade da criança, o IPE e o desempenho linguístico se associam entre si.

Os resultados revelaram que a **idade** teve fortes correlações **positivas** e estatisticamente significativas em ambos os grupos para todas as **dimensões da linguagem**, avaliadas pela **GOL – E**. Quando analisados os dois grupos em conjunto (i.e.: GE+GC- total dos participantes da amostra) também foram observadas correlações **positivas** entre a **idade** e o **desempenho linguístico** (Vide tabela ix no anexo VI).

No que concerne às correlações obtidas entre a **idade** da criança e o **Inventário de Práticas Educativas**, encontraram-se correlações estatisticamente significativas e **negativas** no **total dos participantes** (i.e., GE+GC), quanto à **Punição Física**  $r(346) = -.14, p < .011$ . (Vide tabela x no anexo VI).

**ii. Correlações entre o Género, com o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E.**

Não foram encontradas associações entre o **género** e o Inventário de **Práticas Educativas (IPE)** assim como, entre o **género** e a **Linguagem (GOL-E)**, nos diferentes grupos estudados (GE, GC e GE+GC). (Vide tabelas xi e xii no anexo VI).

**iii. Correlações entre o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E.**

Relativamente às correlações obtidas entre o **IPE** e a **GOL-E**, no **Grupo Experimental**, não se encontraram correlações estatisticamente significativas (Vide tabela xiii no anexo VI).

Encontraram-se correlações **negativas** e estatisticamente significativas no **Grupo de Controlo** para as seguintes dimensões e respetivas variáveis: para a Dimensão do **IPE** variável **Práticas Fisicamente Abusivas**, esta correlacionou-se negativamente com a dimensão Linguagem variável **Semântica**  $r(173) = -.22; P < .004$ ; e com o **total da dimensão** que avaliou a **Linguagem – GOL – E**,  $r(173) = -.23; P < .003$ . No que diz respeito à Dimensão do **IPE** variável **Punição Física**, esta correlacionou-se **negativamente** com a dimensão Linguagem variável **Semântica**  $r(173) = -.19; P < .011$ ; e com a **Morfossintaxe**  $r(173) = -.16; P < .032$ . Por fim, a **Prática Educativa Adequada** avaliada pela Dimensão do IPE, correlacionou-se positivamente com o **Total da GOL-E**  $r(173) = .15; P < .048$  (Vide tabela xiii no anexo VI).

No que concerne à **amostra total dos participantes** (i.e., GE+GC), foram obtidas correlações **negativas** e estatisticamente significativas entre o **Total da GOL-E** e todas as variáveis avaliadas pelo **Inventário de Práticas Educativas**. Para além disso, correlacionaram-se **negativamente** todas as variáveis avaliadas pelo **IPE** e as diferentes variáveis avaliadas pela **GOL-E** (i.e., semântica, morfossintaxe e fonologia). Contudo, houve uma exceção, na variável **Práticas Fisicamente Abusivas**, avaliadas pelo **IPE** e a **Fonologia**, avaliada pela **GOL-E**. Neste caso específico não houve diferenças estatisticamente significativas (Vide tabela xiii no anexo VI).

**iv. Correlações entre as Diferentes Tipologias de Negligência no Grupo Experimental, com o Inventário de Práticas Educativas (IPE) e o Desempenho Linguístico, avaliado pela GOL-E.**

Relativamente às associações entre as **Diferentes Tipologias de Negligência** do grupo experimental e a **GOL-E**, não se verificaram correlações significativas. Porém, verificaram-se correlações **negativas** entre a **Negligência Cognitiva** e a **Prática Fisicamente Abusiva**  $r(173) = -.17; P < .029$ . Por outro lado, verificaram-se correlações positivas entre a **Negligência Física e Punição Física**  $r(173) = .17; P < .030$ , e o **Total do IPE**  $r(173) = .21; P < .007$ . Por fim, verificaram-se ainda associações **positivas** entre o **Total do Questionário de Negligência Familiar** com o **Total do Inventário de Práticas Educativas**  $r(173) = .17; P < .030$  (vide tabela xiv no anexo VI).

Apesar de não ter sido nosso objetivo inicial, também se verificou no **Grupo Experimental**, de que forma as diferentes dimensões que compõem o questionário de **Negligência Familiar** se comportam entre si. Desta forma, verificou-se que as **diferentes tipologias de negligência**, se correlacionam **positivamente** com o total avaliado pelo questionário de negligência familiar (Vide tabela xv no anexo VI).

#### **IV. DISCUSSÃO**

Os resultados apresentados na secção anterior vão permitir a discussão e aprofundamento de algumas evidências que se consideram mais significativas.

Antes de mais, importa fazer referência a alguns dados da análise das características sociodemográficas e clínicas da amostra estudada.

Assim sendo, e apenas fazendo referência ao GE, isto é vítima de negligência, os elementos do Género Masculino, foram aqueles que se encontraram em maior número. Estes dados convergem com os demais da literatura, uma vez que a literatura nacional (Vale et al., 2006; Nunes & Raminhos, 2010) e internacional (Hua, et al., 2014; Chen, et al., 2010; Algood, et al., 2011; Damashek, et al., 2013) consideram que o género masculino é mais frequentemente vítima de negligência, apesar de ambos os géneros

estarem de igual forma sujeitos a tais práticas. Este dado não pretende fazer generalizações, pois a literatura nem sempre é congruente com este fator, uma vez que a incidência da negligência, em função do género, estará dependente da tipologia da negligência a que foi sujeito (Algood et al., 2011; Hlady, 2004).

No que diz respeito à sinalização de negligência nesta amostra, esta foi sinalizada em contexto hospitalar. Convém referir, que a sua maioria foi sinalizada pela primeira vez (86.7%) e 11% foram sinalizados como correndo risco de vida. Estes dados sugerem-nos alguma preocupação, face ao risco que estas crianças correm e perpetuação do comportamento negligente, caso não tenham um adequado acompanhamento. Os autores Damashek, et al. (2013) constataram no seu estudo que o tipo de mau trato que originava com mais frequência, inclusivamente a morte das crianças, era o fator negligência isoladamente, quando estas eram comparadas com a variável abuso, ou negligência e abuso. Também já Hlady em 2004 referia que a negligência poderia ser fatal.

Por outro lado, Landy (2004) ainda refere que as crianças negligenciadas, quando comparadas com as abusadas têm 50% mais probabilidades de serem vítimas de re-ocorrência do que as abusadas, assim como, as repercussões tendem a ser mais graves nas negligenciadas do que nas abusadas.

Quanto aos perpetradores da negligência identificados, os dados desta amostra apontam que na sua maioria são ambos os progenitores. Os nossos dados divergem dos demais da literatura, uma vez que habitualmente é a mãe aquela que é referenciada como negligente (Vale et al., 2006; Hua, et al., 2014). Porém, a literatura refere que as questões parentais vão variar de forma significativa, no que diz respeito à negligência, tendo em conta o género e a estrutura familiar (Dufour, et al., 2008). Existe uma variedade enorme de possíveis factores que podem contribuir para a conduta negligente por parte dos progenitores (Dubowitz, 2009; Lee, et al., 2009).

Por fim, provavelmente os nossos dados divergem dos demais da literatura, se tivermos em atenção a tipologia familiar, pois no nosso estudo a maioria encontra-se casada ou a viver em união de facto, logo, uma tipologia diferente da que habitualmente é considerada como fator de risco individual para ter conduta negligente (e.g., ser mãe

solteira, ser muito jovem, não ter emprego, entre outros exemplos possíveis), (Dubowitz, 2009; Lee et al., 2009). Convém referir, algumas investigações que consideram que os companheiros nem sempre são uma fonte de suporte para as mães negligentes, podendo até potenciar o risco de maus tratos (Mayer, et al., 2003).

Quanto ao rendimento do agregado familiar do GE, referido anteriormente, 69 famílias auferem um rendimento mensal inferior a 400 euros. Apesar da literatura nem sempre ser congruente acerca da relação direta entre escassez económica e a negligência (Jonson-Reid et al., 2013) existem diversas referências quanto ao facto de a vivência económica, social e familiar, interagirem como um todo, apresentando implicações independentes que se interligam entre si (Brofenbrenner, 1979; Calheiros, 2006, 2013; Dubowitz, 2009; Hua, et al., 2014; Garrido, & Camilo, 2012; Hornor, 2014).

Apesar disso, a literatura é praticamente unânime quando refere que a pobreza poderá colocar em causa a capacidade dos cuidadores proporcionarem uma supervisão adequada (e.g., quando os pais se encontram a trabalhar e não têm recursos para que os seus filhos frequentem os prolongamentos escolares, ou instituições que prolonguem os horários escolares; habitação precária; dificuldades no acesso à saúde), (Dubowitz, 2009).

Noutra perspetiva, convém referir que em 2009 Portugal tinha uma das taxas mais elevadas da Europa no que diz respeito à pobreza infantil (Bastos, & Nunes, 2009) e, paralelamente, não podemos ficar alheios à conjuntura económica atual do nosso país. Desta forma, a população da nossa amostra sugere-nos que se encontram em risco, caso não tenham um acompanhamento adequado. Poderão ver a severidade da negligência a que foram submetidos ser agravada, a acumular novas tipologias de negligência e por fim, esta situação reforça a importância da necessidade de uma intervenção individualizada (Boyce, & Maholmes, 2013; Mennen et al., 2010), na tentativa de eliminar ou reduzir os potenciais fatores de risco (DePanfilis, & Dubowitz, 2005) e favorecer os fatores protetores existentes (CNPCJR, 2011; Camilo, & Garrido, 2013).

A título de conclusão deste ponto, os níveis socioeconómicos familiares afetam a literacia do meio ambiente das crianças, o que irá depender não apenas do nível educacional dos pais, mas também das atividades de literacia em casa, ou em locais

próprios para atividades escolares. Não nos podemos esquecer que a literatura refere que crianças cujas famílias têm melhores recursos económico, têm um vocabulário mais rico, quando comparadas com crianças cujas vivências sejam o oposto, sendo o ambiente familiar determinante no desenvolvimento da linguagem (Lee & Kim, 2012).

Quanto à tipificação do tipo de negligência sinalizada, os dados apontam que o sub-tipo de negligência mais frequente neste estudo para ambos os géneros e do GE, foram: a *Negligência de Supervisão*, seguida da *Negligência Emocional*, da *Negligência Física* e finalmente, da *Negligência Cognitiva*. Os nossos dados convergem, com alguns estudos existentes na literatura, como exemplo: Kantor, et al., 2004; Hua, et al., 2014; Sedlak, et al., 2010; Jonson-Reid et al., 2013; Ruiz-Casares, et al., 2012; Taussig, et al., 2012).

Contudo, convém referir que outros estudos existentes divergem do nosso, uma vez que encontraram a negligência física como sendo o tipo de mau trato que ocorre com mais frequência (Moreno, 2005). Por outro lado, Kantor et al. (2004) constataram no seu estudo, quando analisaram a sua amostra cuja idade estava compreendida entre os 6-9 anos, que a negligência Física era aquela que ocorria com mais frequência, não se tendo verificado o mesmo na população com idade compreendida entre os 10-15 anos, cuja negligência que ocorria em maior número era a de supervisão. Como se pode constatar, a literatura nem sempre é congruente acerca desta temática, sendo que uma das possíveis justificações para este fato se centre na dificuldade em operacionalizar e definir o conceito de negligência. Taussig et al. (2012) referem que a maioria das crianças que sofreram negligência física, também vivenciaram negligência de supervisão.

Em suma, quanto à tipificação do tipo de negligência sinalizada, devemos ter sempre em atenção que pode existir em simultâneo a co-ocorrência de mais do que um tipo de negligência. Exemplo disso, o trabalho de Taussig et al. (2012) verificaram no seu estudo que a maior parte das crianças que tinham sofrido negligência física, também tinham experienciado negligência de supervisão. Na mesma linha de pensamento, Waxman et al. (2014), verificaram no seu estudo que das diferentes tipologias de negligência estudadas, todas se associavam significativamente entre si. Por este motivo, sugere-se que investigações futuras controlem as diferentes variáveis, de forma a ser possível compreender o efeito que cada uma tem, de forma isolada.

No que diz respeito ao Grau de Severidade da negligência encontrado, os nossos resultados apresentam a existência de evidência da prevalência da negligência com um Grau de Severidade Moderado, sugerindo que esta tende a evoluir para Grau Grave, de acordo com o que foi encontrado por Trocmé, et al. (2003). Os resultados do presente estudo vem de encontro com os existentes na literatura, que referem que a inexistência de intervenções adequadas, individualizadas, tendem a manter e/ou perpetuar assim como, agravar o Grau de Severidade nestas populações (Law, & Conway, 1992; Mennen et al., 2010; Boyce & Maholmes, 2013; Roberts, & Anderson, 2014). Por isso é crucial conhecermos os fatores de risco e possíveis fatores protetores, que constituem uma mais valia para delinear medidas de intervenção mais eficazes (Fullerton, et al., 2011; Camilo, & Garrido, 2013).

De seguida passaremos à discussão dos resultados encontrados para cada um dos nossos objetivos de estudo.

### **Objetivo 1 e Respetivas Hipóteses**

Em relação à primeira hipótese criada, de forma a indagar o primeiro objetivo, os dados atestam diferenças significativas entre os grupos em estudo, em todas as dimensões e respetivas variáveis do Inventário de Práticas Educativas – IPE.

Constatou-se que as crianças vítimas de negligência apresentam genericamente maior número de Práticas Educativas Inadequadas, quando comparadas com as crianças não negligenciadas. A Prática Fisicamente Abusiva, surge em segundo lugar, como a prática mais frequentemente utilizada nas crianças negligenciadas. Sendo porém, nas crianças não negligenciadas a Prática Fisicamente Abusiva, aquela que mais frequentemente é usada. Já a Punição Física surge em terceiro lugar, como a prática mais frequentemente usada nas crianças vítimas de negligência. Relativamente às crianças não negligenciadas, a Punição Física e a Prática Inadequada não Abusiva, ocorrem de igual forma. Já a Prática Emocionalmente Abusiva raramente ocorre em ambos os grupos estudados.

Os resultados obtidos mencionados anteriormente, vão de encontro com os dados divulgados pela literatura. Segundo Belsky (1993) existem diferenças estatisticamente

significativas nas Práticas Educativas Parentais, entre pais não maltratantes e pais maltratantes. Para além disso, os pais maltratantes são tidos como mais agressivos e severos, recorrendo a estratégias de controlo com base em castigos físicos e atos comportamentais negativos (Vasta, 1982).

No entanto, também foi possível constatar que as Práticas Fisicamente Abusivas, enquanto estratégia educativa, é usada em ambos os grupos, apesar das crianças não negligenciadas estarem sujeitas a Práticas Educativas mais Adequadas, como referido anteriormente nesta rubrica, o que vai de encontro com a literatura. Na verdade, as Práticas Fisicamente Abusivas e a Punição Física integram um conjunto de agressões físicas que são perpetradas nas crianças, tidas como “educativas” (Machado, et al., 2000). As práticas educativas coercivas envolvem técnicas disciplinares cujo uso da força e poder dos progenitores é frequente (i.e., incluem a punição física, ameaças, privação de privilégios e afectos) (Silva, 2013; Straus, & Stewart, 1999).

A título de conclusão desta hipótese, não poderemos deixar de falar das questões culturais, no que diz respeito às Práticas Educativas, uma vez que as diferenças culturais são um importante moderador do efeito das Práticas Educativas adotadas com as crianças (Algood, et al., 2011; Alvarenga, & Piccinini, 2001), podendo considerar este um dos fatores para justificar a presença de Práticas Fisicamente Abusivas em ambos os grupos do nosso estudo. Já Straus (1990, *cit in* Ateah, 2003) refere que as culturas aceitam e toleram a violência, permitem a prevalência destes fenómenos e a sua perpetuação de geração em geração, uma vez que consideram as suas crianças como sua propriedade, legitimando a adoção de Práticas Educativas Desadequadas.

### **Objetivo 2 e Respetivas Hipóteses.**

No que diz respeito ao **segundo objetivo**, referente à primeira hipótese, os dados atestam diferenças significativas entre os grupos em estudo, em todas as dimensões e respetivas variáveis da Grelha de Observação da Linguagem GOL-E.

Genericamente as crianças vítimas de negligência do nosso estudo apresentaram scores inferiores quando comparadas com as crianças não negligenciadas. Os nossos resultados vão de encontro com os demais da literatura, uma vez que existem vários estudos que

referem que as crianças negligenciadas apresentam défices linguísticos (Eigsti & Cicchetti, 2004; Magalhães, 2012; Moreno, & Méndez., 2006; Westby, 2007) e scores mais baixos, independentemente da tipologia da negligência, quando comparados com a população geral (Manly, et al., 2013; Moreira, 2007; Moreno,2005; Coohy et al., 2011; Fantuzzo & Perlman, 2007; Dubowitz, et al., 2002; Spratt et al., 2012). Convém ainda referir, que as crianças negligenciadas parecem ser aquelas que mais consequências nefastas têm ao nível da aquisição e desenvolvimento da linguagem (Moreira, 2007; Spratt et al., 2012; Stracks et al., 2011), quando comparadas com outras tipologias de maus tratos.

Relativamente à sequência das estruturas linguísticas afetadas, tendo em conta a *mediana*, as crianças vítimas de negligência apresentaram a maior dificuldade ao nível da Morfossintaxe, seguida da Semântica e por fim, a Fonologia. Por seu turno, as crianças não negligenciadas apresentaram a maior dificuldade ao nível da Semântica, seguido da Morfossintaxe, e por fim, a Fonologia.

Como foi possível constatar, em ambos os grupos, foi a Fonologia a estrutura linguística que melhores scores apresentou. Estes dados são semelhantes aos encontrados pelos autores da versão por nós utilizada da GOL-E (Sua Kay, & Santos, 2003). Convém referir que o presente estudo não contemplou a Pragmática.

Os resultados obtidos nesta investigação, confirmam os achados de Stacks et al. (2011) que concluíram que as crianças vítimas de maus tratos, quando comparadas com crianças da população geral, apresentavam múltiplos défices linguísticos ao nível das diferentes estruturas linguísticas. Moreno, et al. (2008) no seu estudo verificaram que as crianças negligenciadas, apresentavam todas as estruturas linguísticas afetadas, residindo as maiores dificuldades ao nível da pragmática e da morfologia (Moreno et al., 2010), tal como os resultados por nós encontrados, no que respeita à morfossintaxe. Em suma, as crianças negligenciadas apresentam frequentemente atrasos ao nível da linguagem (Allen, & Oliver, 1982; Culp et al., 1991; Moreno, 2003, 2005; Moreno, & Méndez, 2006; Spratt, et al., 2012; Mallet, 2012).

Podemos interpretar este resultados a luz de uma interação comunicacional menos adequada, nomeadamente no que respeita a momentos de interação de um-para-um pouco frequentes nestas crianças, e fundamentais para o desenvolvimento otimizado da linguagem (Moreno, et al., 2008; Moreno & Méndez, 2006; Moreno et al., 2010). Não nos podemos esquecer que o processo de desenvolvimento e de aquisição da linguagem é gradativo e está dependente de uma multiplicidade de fatores: desenvolvimento afetivo, cognitivo, ambiental e contextual, entre outros aspetos possíveis (Acosta, et al., 2003). Sendo ainda de referir, que Moreno et al. (2008; 2009) consideram que a interação entre os cuidadores e a criança têm um fator major na aquisição e desenvolvimento da linguagem (Pancsofar, & Vernon-Feagans, 2006), uma vez que, a quantidade de vocabulário a que esta estará exposta será determinante na aquisição e desenvolvimento da sua linguagem (Huttenlocher et al., 1991).

Se usarmos os dados percentílicos considerados como valores de referência pelas autoras da versão portuguesa GOL-E, os resultados obtidos para cada uma das estruturas linguística mostram-nos, mais uma vez, que as crianças negligenciadas apresentam resultados mais baixos, quando comparados com a população da versão portuguesa da GOL-E. Não podemos deixar de referir, que na nossa amostra, não existem crianças negligenciadas cujo percentil se encontre ao nível do percentil  $P \geq 50$  na estrutura linguística da Morfossintaxe e que a Fonologia apenas é composta por 1.7% (i.e., três crianças) neste mesmo percentil.

Relativamente às crianças provenientes da população geral, estas apresentam uma distribuição mais elevada e heterogénea. Por analogia, as crianças não negligenciadas, apresentam 73.4% (i.e., 127 crianças) no percentil  $P \geq 50$  ao nível da Fonologia, seguida da Semântica 39.9% (i.e., 69 crianças) e por fim, a Morfossintaxe 15% (i.e., 26 crianças). Os dados obtidos com a nossa amostra vão de encontro com os demais existentes na literatura (Magalhães, 2012; Moreno, et al., 2006; Westby, 2007; Manly, et al., 2013; Stack, et al, 2011).

### **Objetivo 3**

No que diz respeito ao **Objetivo 3, alínea a)**, de forma a verificar as relações existentes entre a **Idade** da criança e o **Inventário de Práticas Educativas**, não foram encontradas associações entre as variáveis estudadas e o grupo experimental e de controlo. Este achado, vai de encontro com o que a literatura nos sugere (Duarte, 2011; Silva, 2013; Straus, & Stewart, 1999).

Verificou-se no total dos participantes (i.e., GE+GC) que as Práticas Educativas Parentais desadequadas, especialmente as referentes à Punição Física, tendem a diminuir a sua ocorrência à medida que a idade das crianças avança. De acordo com a literatura também os dados sugerem que quanto mais jovem for, mais predisposição terá para a punição física (Giles-Sim et al., 1995; Silva, 2013; Straus, & Stewart, 1999).

Quanto à relação existente entre a Idade e o Desempenho Linguístico avaliado pela Grelha de Observação da Linguagem GOL-E, os dados comprovam que a Idade da criança relaciona-se com o desempenho linguístico em todos os grupos estudados. Este resultado era expectável, uma vez que, à medida que a idade avança, há uma tendência para adquirir e desenvolver as suas competências linguísticas. A literatura refere que a linguagem se desenvolve de forma gradual, num processo contínuo (Neaum, 2012).

Em relação ao **Objetivo 3 alínea b)**, de forma a verificar as relações existentes entre o **Género**, o **Inventário das Práticas Educativas** e o **desempenho linguístico** avaliado pela Grelha de Observação da Linguagem GOL-E, não foram encontradas associações significativas nos grupos estudados.

No que diz respeito aos resultados encontrados entre o género e as práticas educativas, os resultados do presente estudo vem de encontro aos existentes na literatura, uma vez que, não se verificaram associações significativas entre os mesmos (Duarte, 2011).

Em relação ao **Objetivo 3 alínea c)**, que teve como propósito verificar que relação existia entre as **Práticas Educativas Parentais** e o **Desempenho Linguístico na GOL-E**, um resultado inesperado acabou por ocorrer no GE, pois não foram observadas diferenças estatisticamente significativas quando correlacionadas as variáveis referentes

às Práticas Educativas e desempenho Linguístico, o que vai contra aquilo que a literatura nos sugere (Milot et al.; 2010; Sylvest, et al., 2010). Divergentemente, a literatura constata a existência de uma relação entre práticas educativas parentais e o desenvolvimento da linguagem neste tipo de população (Milot, et. al, 2010; Moreno, et al., 2012; Moreno, et al., 2010b; Sylvestre, & Mérette, 2010)

Porém, estes dados podem ainda ser interpretados de outra forma, pois os pais das crianças do GE poderiam já ter conhecimento prévio das práticas educativas adequadas a serem adotadas, uma vez que já se encontravam a ser acompanhados pelo Núcleo da Criança Mal Tratada, o que de certa forma poderá ter enviesado estes resultados. Não menos importante, será ainda de referir que estes pais podem ter respondido, de acordo com a conduta tida como socialmente esperada, uma vez que não foi usada uma escala de desejabilidade social.

No entanto, os dados sugerem que as crianças não negligenciadas (i.e., GC) quando expostas a Práticas Fisicamente Abusivas, apresentam piores scores linguísticos no total da GOL-E, tendo especial destaque a Semântica. Porém, o mesmo se verifica quando exposto à Punição Física, isto é, quanto mais punição física ocorre pior é o desempenho linguístico, ao nível da semântica e da morfossintaxe. Dados semelhantes foram encontrados na literatura por Moreno, et al. (2012); e Moreno et al. (2010b). Os autores verificaram que a utilização de práticas educativas inadequadas estão associadas a scores linguísticos mais baixos, especialmente ao nível da morfologia e da semântica.

Ainda referindo as crianças não negligenciadas, constatou-se uma relação positiva entre Práticas Educativas Adequadas e um melhor desempenho linguístico. Podemos depreender, então, que existe uma relação bidirecional entre as PEP e o desempenho linguístico, tal como sugerido por diversos autores (Clegg, & Ginsborg, 2006; Hoff, 2006; Sylvestre et al., 2010).

No que diz respeito ao Total dos Participantes (GE+GC), verificou-se que quanto mais práticas educativas inadequadas forem utilizadas, maior será o deficit linguístico, assim como, as crianças cujos scores sejam baixos ao nível da linguagem, mais sujeitos estão a práticas educativas desadequadas. Os nossos dados mais uma vez, convergem com a literatura. Exemplo disso são os estudos de Besharat et al. (2011) e Turner et al. (2009)

que referem que os estilos parentais desadequados influenciam negativamente a performance escolar. Por outro lado, relações positivas com os progenitores potenciam melhores resultados académicos (Coley, 1998) assim como, o envolvimento parental nas atividades escolares (Clegg, & Ginsborg, 2006; Holt, et al., 2009; Hoff, 2006).

Genericamente, os dados obtidos referentes ao total dos participantes, da nossa amostra, demonstram que o conjunto de práticas educativas tidas como inadequadas associam-se com todas as componentes da linguagem, com exceção da fonologia. Os dados obtidos vão de encontro com os demais existentes na literatura (Holt, et al., 2009; Milot, et al., 2010; Wilkerson, et al., 2008).

#### **Objetivo 4**

Pretendeu-se analisar no GE a relação entre as diferentes tipologias de negligência com as Práticas Educativas Parentais (PEP) e o Desempenho linguístico na GOL-E.

No que concerne ao Grupo Experimental, a Negligência Cognitiva associou-se de forma negativa com a PFA; e a Negligência Física associou-se de forma positiva com a Punição Física e ainda com o total de todas as Práticas Educativas. Por outro lado, verificamos que existe uma correlação estatisticamente significativa entre o total de Negligência Familiar (i.e., total das diferentes tipologias de negligência), e o total das práticas educativas avaliadas pelo Inventário de Práticas Educativas. Desta forma, depreende-se que estas variáveis estabelecem uma relação entre si. Não foram encontrados estudos onde se pudesse corroborar com os achados encontrados neste estudo, uma vez que a literatura existente é escassa.

Também no Grupo Experimental, as diferentes tipologias de negligência não se relacionam com o Desempenho linguístico na GOL-E, relativamente aos resultados totais e pelas respetivas variáveis. Estes dados divergem dos resultados encontrados noutros estudos (Moreno, 2003; Young, et al., 2011).

Apesar de não ter sido nosso objetivo inicial, também se procurou indagar, no **Grupo Experimental**, de que forma as diferentes dimensões que compõem o **Questionário de**

**Negligência Familiar** se comportam entre si. A nossa motivação deveu-se ao facto de existirem poucos estudos que relacionem as variáveis em questão.

Após a análise efectuada, podemos constatar que as diferentes tipologias de negligência interagem entre si, em toda a população do grupo experimental estudado. Os dados obtidos convergem com a literatura, especialmente a literatura que analisa a prevalência da negligência. Os nossos resultados vão ao encontro de diversos estudos que referem a dificuldade em analisar uma tipologia apenas da negligência. Pois poderá ocorrer simultaneamente mais do que uma tipologia (Fallon et al., 2010; Dubowitz, et al., 2004).

## V. CONCLUSÃO

A realização deste estudo teve como objetivo contribuir para o conhecimento acerca das práticas educativas parentais e o desempenho linguístico, em crianças referenciadas como vítimas de negligência.

O presente trabalho permitiu a recolha de informação em dois grupos distintos, crianças negligenciadas *versus* não negligenciadas, em relação às quais foram analisadas as práticas educativas parentais e o desempenho linguístico, assim como a associação mútua entre estas dimensões.

Desta forma, reuniram-se resultados estatisticamente significativas que indicam que o género masculino é mais frequentemente vítima de negligência. Quanto aos perpetradores da negligência identificados neste estudo, são os progenitores.

Na nossa amostra, a tipologia de negligência perpetrada com mais frequência foi a negligência de supervisão.

Após a análise do IPE, encontramos diferenças significativas em todas as dimensões avaliadas pelo IPE, sendo que os cuidadores de crianças negligenciadas têm maior ocorrência de práticas educativas inadequadas do que os cuidadores das crianças do GC.

Outro aspecto interessante encontrado diz respeito ao fato que em ambos os grupos as práticas fisicamente abusivas parecem ser usadas, apesar de menos frequente nas não negligenciadas, enquanto estratégia educativa. Assim sendo, os nossos dados sugerem a co-existência de abordagens educativas simultaneamente adequadas e inadequadas em ambos os grupos estudados.

Relativamente ao desempenho linguístico, observou-se que as crianças negligenciadas obtêm scores mais baixos, quando comparadas com as não negligenciadas. Quando analisada a distribuição percentilica, tendo em conta a faixa etária, o nosso estudo mostra-nos mais uma vez que estas crianças apresentam resultados mais baixos. Não menos importante será referir que as componentes da linguagem afetadas apresentam diferenças entre os grupos estudados. Assim, a estrutura linguística, que melhores scores obteve em ambos os grupos foi a Fonologia. No entanto, no GE os piores resultados encontrados verificaram-se na Morfossintaxe, enquanto que no GC os piores resultados foram observados na Semântica.

No que concerne à associação entre as práticas educativas e o desempenho linguístico, nas crianças vítimas de negligência (GE), não se encontraram correlações significativas. Tais dados podem sugerir a existência de outros fatores que se encontrem subjacentes, que possam interferir nas variáveis em estudo.

As crianças não negligenciadas, quando expostas a práticas educativas desadequadas, do tipo Fisicamente Abusivas e à Punição Física apresentam scores mais baixos ao nível do seu desempenho linguístico.

As diferentes tipologias de negligência (Negligência cognitiva, negligência física e no valor total avaliado pelo questionário de Negligência Familiar), estabelecem relações com as Práticas educativas Parentais, especificamente com a Prática fisicamente abusiva, a punição física e no total avaliado pelo Inventário de Práticas Educativas.

Verificou-se ainda, que as diferentes tipologias de negligência interagem entre si, ou seja, todas as tipologias se associam simultaneamente umas com as outras, em toda a população das crianças vítimas de negligência.

Relativamente às limitações deste estudo, podemos salientar que foi usada uma escala de Negligência familiar na caracterização da amostra que não se encontra validada para a população portuguesa. Por este motivo, os dados sugerem alguma cautela na sua interpretação.

No nosso grupo de controlo, não foi aplicada nenhuma escala de negligência familiar. Nada nos garante que não existam, também neste grupo, situações de maus tratos (negligência) ainda que não referenciados. No entanto, na explicação do estudo tivemos o cuidado de definir o nosso GE como crianças referenciadas como vítimas negligência, e o nosso GC como crianças não referenciadas como vítimas de negligência, na tentativa de esclarecer este fator. Convém referir que estudos futuros devem contemplar, todas as componentes da linguagem, uma vez que o nosso estudo não contemplou a pragmática.

Não menos importante será referir que não foi feita uma análise qualitativa no nosso estudo, apenas foi feita análise quantitativa. Logo, não tivemos propriamente acesso, à observação e análise dos contextos ambientais, o que nos parece ser muito importante, uma vez que a maior parte da negligência, ocorre em contexto privado.

Consideramos também que, na tentativa de diminuir o viés na resposta do IPE, deveria ter sido usada uma escala de desejabilidade social, pois sabemos que os pais podem ter respondido de acordo com a conduta tida como socialmente esperada.

Mais importante, com um estudo deste tipo, é conseguirmos encontrar novos dados e delinear novos caminhos na nossa intervenção. Assim, neste âmbito, concluímos a importância do Terapeuta da Fala estar envolvido em equipas multidisciplinares de proteção a crianças vítimas de negligência, no sentido de promover programas preventivos e implementação de intervenção precoce, de forma a fomentar um aumento na qualidade e quantidade da estimulação da linguagem. Parece-nos também fundamental que este estudo seja continuado, desenvolvendo um estudo longitudinal, que nos permita seguir a evolução linguística das crianças, assim como o seu desenvolvimento mais holístico, e repercussão na participação em sociedade. Esta continuidade do estudo permitir-nos-ia, também, analisar os fatores de risco que podem eventualmente condicionar o desenvolvimento linguístico, social e académico da

criança (Boyce, & Maholmes, 2013; Moreno & Méndez, 2006; Sylvestre, & Mérette, 2010).

Será também importante estudar a negligência infantil desde o nascimento até à idade escolar, uma vez que grande parte dos casos sinalizados, ocorrem entre os zero e os cinco anos (Albers, et al., 2010; Nunes, & Raminhos, 2010; Torres et al., 2008).

Convém ainda referir, que as diferentes tipologias de negligência se relacionam entre si. Não sendo pouco usual a co-ocorrência de mais do que uma tipologia. A tipologia e severidade das crianças negligenciadas, podem causar um impacto cujas repercussões poderão ser de variada índole, traduzindo-se em alterações na saúde física, saúde mental, cognitiva, entre outros exemplos (Boyce & Maholmes, 2013; Petrenko et al., 2012). Por este motivo, sugere-se em intervenções futuras, ter em atenção para além da tipologia, a faixa etária, o período crítico (i.e., a fase ideal para determinada competência), severidade, condições de vida, características pessoais da criança, entre outros aspectos. Em suma, diferentes tipologias de negligência, poderão necessitar de distintas intervenções (Petrenko et al., 2012) inclusivamente, as intervenções individualizadas e multidisciplinares (Allin et al., 2005; Mennen et al., 2010).

Sugere-se ainda que estudos futuros contemplem para além das estruturas linguísticas afetadas, a análise ao nível de cada estrutura, onde se encontra deficit linguístico e desenvolvam programas de intervenção adequados (Moreno, et al., 2011; Moreno, et al., 2009).

Em jeito de epílogo, sabemos que intervenções em idades mais precoces poderão ser determinantes na diminuição de comportamentos negligentes, assim como no potenciamento de um desenvolvimento otimizado da criança. Relativamente aos comportamentos negligentes já instalados, há necessidade de os erradicar, ou diminuir. Por outro lado, nos casos em que existam comportamentos negligentes, cujos progenitores, não tenham consciência do mesmo, podem ser desde cedo travados, diminuindo o impacto das repercussões que podem advir de tais comportamentos (Albers, et al., 2010).

Na verdade, de acordo com os dados encontrados, consideramos que deve ser delineado um programa que promova de aconselhamento relativamente às Práticas Educativas Adequadas aos pais que utilizam Práticas Educativas Desadequadas (Coutinho, et al., 2012; Jouriles et al., 2010), pois ao pensarem que controlam o comportamento das crianças baseado em sanções externas (i.e., sendo uma forma de controlo direto), esta conduta não levará a criança a compreender as implicações das suas ações, não favorecendo a mudança do comportamento por parte destas. Assim sendo, além de não contribuir para a adoção de padrões de comportamento adequados, o uso frequente de estratégias coercivas tende a fazer com que as crianças se comportem de igual forma coerciva (Jouriles et al., 2010).

Consideramos que a grande contribuição do nosso estudo para o panorama de intervenção actual é a possibilidade de realçar a importância do papel do terapeuta da fala nas equipas multidisciplinares que acompanham estas crianças e suas famílias, e desenhar programas de intervenção ecológica (no domicílio e contextos educativos), de forma a prevenir/diminuir a negligência infantil, e maximizar as potencialidades desenvolvimentais da criança (Boyce, & Maholmes, 2013, Snow, et al., 2012; Snow, 2009; Spratt et al., 2012).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, V. M., Moreno, A., Ramos, V., Quintana, A. & Espino, O. (2003). *Avaliação da Linguagem: Teoria e prática do processo de avaliação do comportamento linguístico infantil*. São Paulo: Livraria Santos Editora.
- Albers, E. M., Riksen-Walraven, J. M., & Weerth, C. (2010). Developmental stimulation in child care centers contributes to young infants`cognitive development. *Infant Behavior & Development*, 33, pp. 401-408.
- Alberto, I. (2008). Maltrato infantil: Entre um destino e uma história. In A. Matos et al. (Coord.). *A Maldade Humana* (pp.107-130). Coimbra: Almedina.
- Allen, R. E., & Oliver, J. M. (1982). The effects of child maltreatment on language development. *Child Abuse and Neglect*, 6, pp. 299-306.
- Algood, C. L. , Hong, J. S., Gourdine, R. M, & Williams, A. B. (2011), Maltreatment of children with developmental disabilities: An ecological systems anaiysis. *Children and Youth Services Review*, 33, pp. 1142-1148.
- Allin, H., Wathen, N., & MacMillan, H. (2005). Treatment of child neglect: A systematic review. *Can J Psychiatry*, 50, pp. 497-504.
- Almeida, M. A. C. A. (2011). *Direitos e interesse superior da criança. Criança em Perigo: face visível dos não direitos*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga – ISMT). Coimbra: ISMT
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2007). Praticas educativas maternas e problemas de comportamento pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 3, pp. 449-460.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), pp. 449-460.
- Appleton, J. V. (2012). Perspectives of neglect. *Child Abuse Review*, 21, pp.77-80.
- Aragão, J. (2011). Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. *Revista Práxis*, 3 (6), pp. 59-62.
- Arruabarrena, M. & Paul, J. (1998). El maltrato infantil: detección, notificación, investigación y evaluación. *Salud Pública de México*, 40, 1, pp. 1-8.

- Assis, A., Lucas, V. A. (2009). A influência dos pais na aprendizagem das crianças, *Revista Teoria e Prática da Educação* 12, 2, pp. 199-208.
- Ateah, C. A. (2003). Disciplinary practices with children: parental sources of information, attitudes, and educational needs. *Comprehensive Pediatric Nursing* 26(2), pp. 89-101. (doi:10.1080/01460860390197853).
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), pp. 211-229.
- Bassett, J.F., & Snyder, T.L. (2013). “Parenting” in the classroom: University students' evaluations of hypothetical instructors as a function of teaching styles and parenting styles. *North American Journal of Psychology*, 3, pp. 447-462.
- Bastos, A., & Nunes, F. (2009). Child poverty in Portugal: Dimensions and dynamics. *Childhood*, 16, pp. 67-87.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, pp. 887-907.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4(1), 2.
- Baumrind, D. (1983). Rejoinder to Lewis's reinterpretation of parental firm control effects: Are authoritative families really harmonious? *Psychological Bulletin*, 94, pp. 132-142.
- Baumrind, D., & Blau, A. (1967). Socialization practices associated with dimensions of competence in preschool boys and girls. *Child Development*, 38, pp. 291-327.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment.: A developmental – Ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, pp. 413-434.
- Benetti, S. P. C., & Balbinotti, M. A. A. (2003). Elaboração e estudo de propriedades psicométricas do inventário de práticas parentais. *Psico-USF*, Jul./Dez., 8(2), pp. 103-113.
- Berger, L. M., Paxson, C., Waldfogel, J. (2009). Mothers, men, and child protective services involvement. *Income and Child Development*. Aug, 14(3), pp. 263-276.
- Berliner, L. & Elliott, D. M. (1996). Sexual abuse of children. In J. Briere, L. Berliner, J. Bulkley, C. Jenny & T. Reid (Eds.). *The APSAC Handbook on Child Maltreatment*. Estados Unidos da América: Sage Publications.

- Bernales, S. (2013). Negligencia familiar y negligencia institucional consideraciones desde la intervención psicossocial. *De Familias y Terapias*, 22(34), Agost., pp. 23-48.
- Besharat, M. A., Azizi, K., & Poursharifi, H. (2011). The relationship between parenting styles and children`s academic achievement in a sample of Iranian families. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 15, pp. 1280-1283.
- Blanchard, D., Bouchard, C., Hélie, S., & Mayer, M. (2002). La negligence des enfants: des impacts sociaux importants. *Gravité*, 64.
- Bolsoni-Silva, A. T., Marturano, E. M., Barbosa, C. G., Paiva, M. M., Costa, N. L., & Santos, L. C. (2010). Práticas parentais e repertório infantil: Caracterização da demanda por atendimento e predição de abandono. *Aletheia*, 32, pp. 121-133.
- Boyce, C. A., & Maholmes, V. (2013). Attention to the neglected: Prospects for research on child neglect for the next decade. *Child Maltreatment*, 18(1), pp. 65-68.
- Bronfenbrenner, V. (1979). *La ecología del desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.
- Calheiros, M. M. (2013). Parent`s beliefs on the causes of child maltreatment. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 13(1), Marz, pp. 1-14.
- Calheiros, M. M., Garrido, M., & Santos, S. (2012). *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (Vol. II). Lisboa: Edições Silabo.
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau-trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Calheiros, M., & Monteiro, M. B. (2000). Mau trato e negligência parental. Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, dez. pp. 1-21, versão impressa ISSN 0873-6529.
- Camilo, C., & Garrido, M. V. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes. Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 3 (XXXI), pp. 245-268.
- Canha, J. (2003). *Criança maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospectivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Carmo, H. e Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação. Guia para a Autoaprendizagem* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Catarino, H. C. B. P. (2007). Atitudes e conhecimentos dos educadores sobre mau trato infantil. *Revista INFAD: Psicología del Desarrollo*, XIX, 2 (1), pp. 273-283.
- Cecconello, A. M., Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicol. Estud.* 8, pp.1-15.
- Centeno, J. M. (2013). *A negligência parental: representações sociais de profissionais de CPCJ na área metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado na Especialidade em Política Social. Apresentada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: ISCSP.
- Cerón, I. R., & Cruz, J. A. G. (2002). Impacto psicológico de la negligencia familiar (leve versus grave) en un grupo de niños y niñas. *Anales de Psicología*, 18(2), pp. 261-272.
- Chan, T. W., & Koo, A. (2011). Parenting style and youth outcomes in the UK. *European Sociological Review*, 27(3), pp. 385-399.
- Chen, W., Glasser, S., Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., Tzur, S., & Lerner-Geva, L. (2010). The contribution of a hospital child protection team in determining suspected child abuse and neglect: Analysis of referrals of children aged 0-9. *Children and Youth Services Review*, 32, pp. 1664-1669.
- Cicchetti, D., Rogosch, F.A., Toth, S. L., & Spagnola, M. (1997). Affect, cognition, and the emergence of self-knowledge in the offspring of depressed mothers. *J Exper Child Psychol.* 67, pp. 338-362.
- Clegg, J. & Ginsborg, J. (2006). *Language and Social Disadvantage: Theory into Practice*. United Kingdom: Wiley.
- CNPCJR - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. (2011). Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. Guia de Orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo. Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco & Instituto da Segurança Social. Retirado da web, a partir de: [http://www.cnpcjr.pt/%5Cguias%5CGuia\\_FS\\_AGO2011.pdf](http://www.cnpcjr.pt/%5Cguias%5CGuia_FS_AGO2011.pdf), em 21 /06 de 2014.

- CNPCJR - Comissão Nacional de Protecção e Jovens em Risco (2010). *Promoção e protecção dos direitos da criança: Guia de orientações para os profissionais da saúde na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*. Sem cidade. CNPCJR
- CNPCJR - Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco. (2007). *Síntese do relatório anual de avaliação da actividade das CPCJ – 2005*. Lisboa: CNPCJR.
- Crittenden, P. M. (1988). Maternal language input and child maltreatment. *Infant Mental Health Journal*, 9(4), pp. 272-286.
- Coley, R. L. (1998). Children`s socialization experiences and functioning in single-mother households: The importance of fathers and other men. *Child Development*, 9(1), pp. 219-230.
- Coohy, C., Renner, L. M., Hua, L., Zhang, Y. J., Whitney, S. D. (2011). Academic achievement despite child maltreatment: A longitudinal study. *Child Abuse & Neglect*, 35, pp. 688-699.
- Collins, W., & Russell, G. (1991). Mother-child and father-child relationships in middle childhood and adolescence: a developmental analysis. *Developmental Review*, 11, pp. 99-136.
- Costa, F., Teixeira, M. A., & Gomes, W. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), pp. 465-473.
- Costa, F., Teixeira, M. A., & Gomes, W. (1998). Construção de um instrumento de avaliação de estilos parentais: Uma continuação [Resumo]. Sociedade Brasileira de Psicologia [SBP] (Org.), *Resumos de Comunicações Científicas: XXVIII Reunião Anual de Psicologia* (p.127). Ribeirão Preto: SBP
- Coutinho, C. P. (2004). Quantitativo *versus* qualitativo: Questões paradigmáticas na pesquisa em avaliação. *Actas do XVII Colóquio ADMEE-Europa* -18-20 Nov. 2004.
- Coutinho, I. C., Santos, M. J., & Gaspar, M. F. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, 4, pp. 405-420.
- Crittenden, P. M. (1988). Maternal language input and child maltreatment. *Infant Mental Health Journal*, 9(4), pp. 272-286.

- Culp, R. E., Watkins, R., Lawrence, H., Letts, D., Kelly, D. J., & Rice, M. L. (1991). Maltreated children's language and speech development: abused, neglected, and abused and neglected. *First Language*, 11, pp. 377-389.
- Daly, M., & Wilson, M. I. (1996). Violence against stepchildren. Current directions in *Psychological Science*, 5, pp. 77-81.
- Damashek, A., Nelson, M. M., & Bonner, B. L. (2013). Fatal child maltreatment: Characteristics of deaths from physical abuse versus neglect. *Child Abuse & Neglect*, 37, pp. 735-744.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, pp. 487-496.
- Delgado, P. (2006). Os Direitos da Criança - Da Participação à Responsabilidade. O sistema de protecção e educação das crianças e jovens. Porto: Profedições.
- DePanfilis, D. & Dubowitz, H. (2005). Family connections: a program for preventing child neglect. *Child Maltreatment*. 10(2), pp. 108-123.
- Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Direcção Geral de Saúde [DGS] (2012). *Acção de saúde para crianças e jovens em risco: comissão de acompanhamento. Relatório de 2011*. DGS.
- Direcção Geral de Saúde [DGS] (2011). *Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco*. Fevereiro. DGS.
- Direcção Geral de Saúde [DGS] (2008). *Maus tratos em crianças e jovens. Intervenção da saúde: documento técnico*. Documento elaborado a partir do despacho do Ministério da saúde datado de 16/01/2006.
- Donoso, M. T. V., & Ricas, J. (2009). Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico. *Rev. Saúde Pública*, 43(1), pp. 78-84.
- Duarte, A. P. M. (2011). *As práticas educativas parentais e as birras das crianças*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga – ISMT. Orientador Professor Doutor António Fragão. Coimbra.
- Dubowitz, H. (2009). Tackling child neglect: A role for pediatricians. *Pediatr Clin N Am*, 56, pp. 363-378.

- Dubowitz, H. (2006). Where's dad? A need to understand father's role in child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 30, pp. 461-465.
- Dubowitz, H., Pitts, S.C., & Black, M. M. (2004). Measurement of three major subtypes of child neglect. *Child Maltreatment*, 9(4), 344-356.
- Dubowitz, H., Papas, M.A., Black, M. M., & Starr, R. H. (2002). Child neglect: outcomes in high-risk urban preschoolers. *Pediatrics*, 109(6), pp. 1100-1107.
- Dubowitz, H., Black, M. M., Cox, C. E., Kerr, M. A., Litrownik, A. J., Radhakrishna, A., English, D. J., Schneider, M. W., & Runyan, D. K. (2001). Father involvement and children's functioning at age 6 years: A multisite study. *Child Maltreatment*, 6(4), pp. 300-309.
- Dubowitz, H., Black, M., Starr, R. H., & Zuravin, S. (1993). A conceptual definition of child neglect. *Criminal Justice and Behavior*, 20, pp. 8-26.
- Dufour, S., Lavergne, C., Larrivée, M.-C., & Trocmé, N. (2008). Who are these parents involved in child neglect? A differential analysis by parent gender and family structure. *Children and Youth Services Review*, 30, pp. 141-156.
- Edwards, A., Shipman, K., & Brown, A. (2005). The socialization of emotional understanding: A comparison of neglectful and nonneglectful mothers and their children. *Child Maltreatment*, 10(3), pp. 293-304.
- Egeland, B., Sroufe, A., & Erickson, M. (1983). The development consequence of different patterns of maltreatment. *Child Abuse Negl.* pp. 459-469.
- Eigsti, I-M., & Cicchetti, D. (2004). The impact of child maltreatment on expressive syntax at 60 months. *Developmental Science*, 7(1), pp. 88-102.
- English, D. J., Thompson, R., Graham, J. C., & Briggs, E. C. (2005). Toward a definition of neglect in young children. *CHILD MALTREATMENT*, 10(2), May, pp. 190-206. DOI: 10.1177/1077559505275178.
- English, D. J. (1998). The extent and consequences of child maltreatment. *The Future of Children*, 8, 1, pp. 31-53.
- Erickson, M. F., & Egeland, B. (2002). Child neglect (2<sup>th</sup> Ed.). In Myers, J. E. B., Berliner, L., Briere, J., Hendriz, C. T., Jenny, C. & Reid, T. A. Editors. *The APSAC handbook on child maltreatment*. Sage Publications. Thousand Oaks.

- Fallon, B., Trocmé, N., Fluke, J., MacLaurin, B., Tonmyr, L., & Yuan, Y-Y. (2010). Methodological challenges in measuring child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 34, pp. 70-79.
- Fantuzzo, J. & Perlman, S. (2007). The unique impact of out-of-home placement and the mediating effects of child maltreatment and homelessness on early school success. *Children and Youth Services Review*, 29, pp. 941-960.
- Fernández, J., Fuertes, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Pirámide.
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, pp. 5-20.
- Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of childhood abuse in Portuguese parents. *Child Abuse & Neglect*, 28, pp. 669-682.
- Finzi, R., Cohen, O., Sapir, Y., & Weizman, A. (2000). Attachment styles in maltreated children: A comparative study. *Child Psychiatry and Human Development*, 31(2), Winter, pp. 113-128.
- Fortin, M-F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fox, L., Long, S., Langlois, A. (1988). Patterns of language comprehension. Deficit in abused and neglected children. *Journal of Speech and Hearing Disorders*, 53, pp. 239-244.
- Fullerton, C. S., McCarroll, J. E., Feerick, M., McKibben, J., Cozza, S., Ursano, R. J., & Child Neglect Workgroup (2011). Child neglect in army families: A public health perspective. *Military Medicine*, 176(12), pp. 1432-1439.
- Gable, S. (1998). School-age and adolescent children's perceptions of family functioning in neglectful and non-neglectful families. *Child Abuse & Neglect*, 22(9), pp. 859-867.
- Garbarino, J. (1986). Can we measure success in preventing child abuse?. Issues and policies programs in research. *Child Abuse and Neglect*, 10, pp. 140-156.
- Garrido, M. V., & Camilo, C. (2012). Negligência parental: Uma abordagem experimental a problemas comunitários. *In-Mind-Portugês*, 3(1-4), pp. 1-14.

- Gaudin, J. M., Polansky, N. A., Kilpatrick, A. C., & Shilton, P. (1996). Family functioning in neglectful families. *Child Abuse & Neglect*, 20(4), pp. 363-377.
- Gaudin, J. M. (1993). Effective intervention with neglectful families. *Criminal Justice and Behavior*, 20, pp. 66-89.
- Gershoff, E. T. (2002). Physical punishment by parents and associated child behaviors and experiences: A meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, 128, pp. 539-579.
- Gersten, M., Coster, W., Schneider-Rosen, K., Carlson, V., & Cicchetti, D. (1986). The socio-emotional bases of communicative function: quality of attachment, language development, and early abuse. In M. Lamb, A. L. Brown, & Rogoff (Eds.), *Advances in developmental psychology* (pp.105-151). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Giles-Sims, J., Straus, M. A., & Sugarman, D. B. (1995). Child, maternal and family characteristics associated with spanking. *Family Relations*, 44, pp. 170-176.
- Glasgow, K., Dornbusch, S., Troyer, L., Steinberg, L., & Ritter, P. (1997). Parenting styles, adolescent's attributions and educational outcomes in nine heterogeneous high schools. *Child Development*, 68, pp. 507-529.
- Hanson, J. L., Adluru, N., Chung, M. K., Alexander, A. L., Davidson, R. J., & Pollak, S. D. (2013). Early neglect is associated with alterations in white matter integrity and cognitive functioning. *Child Development*. 84(5), pp. 1566-1578.
- Harrington, D., Zuravin, S., DePanfilis, D., Ting, L. & Dubowitz, H. (2002). The Neglect Scale: confirmatory factor analyses in a low-income sample. *Child Maltreatment*, 7, 1, pp. 359-368.
- Hart, C. H., Ladd, G. W., & Burleson, B. R. (1990). Expectations of the outcomes of social strategies. Relations with socioeconomic status and maternal disciplinary styles. *Child Development*, 61, pp. 127-137.
- Hart, C. H., Nelson, D. A., Robinson, C. C., Olsen, S. F., & McNeilly-Choque, M. K. (1998). Overt and relational aggression in Russian nursery-school-age children: Parenting styles and marital linkages. *Developmental Psychology*, 34, pp. 687-697.

- Hibbard, D. R., & Walton, G. E. (2014). Exploring the development of perfectionism: The influence of parenting style and gender. *Social Behavior and Personality*, 42 (2), pp. 269-278.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hlady, J. (2004). Child neglect: Evaluation and management. *BC Medical Journal*, 46(2), 77-80.
- Hoff, E. (2006). How social contexts support and shape language development. *Developmental Review*, 26, pp. 55-88.
- Hoff, E., Laursen, B., & Tardif, T. (2002). Socioeconomic status and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (2<sup>th</sup> ed.), pp. 231-252. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum association.
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, pp. 228-239.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30, pp. 26-28.
- Hoffman-Plotking, D., & Twentyman, C. T. (1984). A multimodal assessment of behavioral and cognitive deficits in abused and neglected preschoolers. *Child Development*, 55, pp. 794-802.
- Holt, N. L., Tamminen, K. A., Black, D. E., Mandigo, J. L., & Fox, K. R. (2009). Youth sport parenting styles and practices. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 31, pp. 37-59.
- Hornor, G. (2014). Child neglect: Assessment and intervention. *Journal of Pediatric Health Care*, 28 (2), March/April, pp. 186-192.
- Hua, J., Mu. Z., Nwaru, B. I., Gu, G., Meng, W., & Wu, Z. (2014). Child neglect in one-child families from suzhou city of Mainland China. *BMC International Health & Human Rights*, 14(8), pp.1-8.
- Hubmer, E. P. (2010). Input materno e aquisição da linguagem: Análise das díades comunicativas entre mães e filhos. *Boletim de Psicologia*, LX, 132, pp. 29-43.
- Huttenlocher, J., Vasilyeva, M., Cymerman, E., & Levine, S. (2002). Language input at home and at school: Relation to child syntax. *Cognitive Psychology*, 45, pp. 337-374.

- Huttenlocher, J., Haight, W., Bryk, A., Selyzer, M., & Lyons, T (1991). Early vocabulary growth: Relation to language input and gender. *Developmental Psychology*, 27, pp. 236-248.
- Jago, R., Davison, k. k., Brockman, R., & Page, A. S. (2011). Parenting styles, parenting practices, and physical activity in 10 to 11 year olds. *Preventive Medicine*, 52, pp. 44-47.
- Jonson-Reid, M., Drake, B., & Zhou, P. (2013). Neglect Subtypes, race, and poverty: Individual, family, and servisse characteristics. *Child Maltreat*, 18(1), pp. 30-41.
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Rosenfield, D., Spiller, L., Corbitt-Shindler, D., Norwood, W. D., Stephens, N., Ehrensaft, M. (2010). Improving parenting in families referred for child maltreatment: A randomized controlled trial examining effects of project support. *Journal of Family Psychology*, 24(3), pp. 328-338.
- Jungmeen, K., & Dante, C. (2010). Longitudinal pathways linking child maltreatment, emotion regulation, peer relations, and psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. 51(6), pp. 706-716.
- Kantor, G. K., Holt, M. K., Mebert, C. J., Straus, M. A., Drach, K. M., Ricci, L. R., MacAllum, C. A. & Brown, W. (2004). Development and preliminary psychometric properties of the Multidimensional Neglectful Behavior Scale-Child Report. *Child Maltreatment*, 9, 5, pp. 409-428.
- Kaufman Kantor, G., Holt, M. K., Merbert, C., Straus, M. A., Drach, K. M., Ricci, L. R., & Macallum, C., & Brown, W. (2004). Development and psychometric properties of the Child Self-report multidimensional neglectful behavior scale (MNBS-CR). *Child Maltreatment*. 9(4), pp. 409-429.
- Keller, J. (2008). On the development of regulatory focus: The role of parenting styles. *European Journal of Social Psychology*, 38, pp. 354-364.
- Kelleher, K. J., Hazen, A. L., Coben, J. H., Wang, Y., McGeehan, J., Kohl, P. L., & Gardner, W. P. (2008). Self-reported disciplinary practices among women in the child welfare system: Association with domestic violence victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32(8), pp. 811-814.

- Knutson, J. F., DeGarmo, D., Koepl, G. & Reid, J. B. (2005). Care neglect, supervisory neglect, and harsh parenting in the development of children's aggression: a replication and extension. *Child Maltreatment*, 10, 2, pp. 92-107.
- Kotch, J. B., Lewis, T., Hussey, J. M., English, D., Thompson, R., Litrownik, A. J., Runyan, D. K., Bangdiwala, S. I., Margolis, B., & Dubowitz, H. (2008). Importance of early neglect for childhood aggression. *Pediatrics*, 121(4), pp. 725-731.
- Lamborn, S., Mounts, N., Steinberg, L., & Dornbusch, S. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, 62, pp. 1049-1065.
- Landy, S. (2004). Understanding the personality characteristics of neglectful parents and developing appropriate interventions. *Newsletter of the Infant Mental Health Promotion Project*, 40, pp. 1-6.
- Larzelere, R., & Kuhn, B. (2005). Comparing child outcomes of physical punishment and alternative disciplinary tactics: A meta-analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 8, pp. 1-37.
- Laukkanen, J., Ojansuu, U., Jolvanen, A., Alatupa, S., & Aunola, k. (2014). *Child's difficult temperamento and mothers' parenting styles. Jornal of Child and Family Studies*, 23, pp. 312-323.
- Law, J., & Conway, J. (1992). Effect of abuse and neglect on the development of children's speech and language. *Developmental Medicine and Child Neurology*, 34, pp. 943-948.
- Lee, S., Bellamy, J. L., & Guterman, N. B. (2009). Fathers, physical child abuse, and neglect. Advancing the knowledge base. *Child Maltreatment*, 14(3), pp. 227-231.
- Lee, K. S., & Kim, S. H. (2012). Socioeconomic background, maternal parenting style, and the language ability of five-and six-year-old children. *Social Behavior and Personality*, 40(5), pp.767-782.
- Lewis, C. C. (1981). The effects of parental firm control: a reinterpretation of the findings. *Psychological Bulletin*, 90, pp.547-563.
- Lombo, M. (2000). *Maus-tratos às crianças: abuso e negligência, estudo das representações de pediatras, psicólogos, professores, educadores de infância e*

*técnicos de serviço social*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação: Universidade do Porto.

- Lopes, R., Ferreira, H., & Gesta, C. (2009). Julho de 2009 Apresentação de um poster intitulado, padrões alimentares parentais e comportamento alimentar Juvenil em obesos, nas jornadas de actualização- Perturbação do comportamento alimentar, Porto, Ordem dos Médicos, 3 e 4 de Julho, Portugal.
- Lounds, J. J., Borkowski, J. G. & Whitman, T. L. (2004). Reliability and validity of the Mother-Child Neglect Scale. *Child Maltreatment*, 9, 4, pp. 371-381.
- Loprinzi, P. D., Cardinal, B. J., Loprinzi, K. L., & Lee, H. (2012). Parenting practices as mediators of child physical activity and weight status. *Obes Facts*, 5, pp. 420-430.
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2008). *Manual da Escala de Crenças sobre Punição física (E.C.P.F.) e do Inventário de Práticas Educativas Parentais (I.P.E.)* (2.<sup>a</sup> Ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Machado, C. (2003). Abuso sexual de crianças. In Machado, C. & Abrunhosa, R. *Violência e vítimas de crime. Vol. 2 – Crianças*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2003). Escala de Crenças sobre Punição Física (E.C.P.F.). In M. Gonçalves, M. Simões, L. Almeida & C. Machado (Coords.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa*, Vol.I (pp.81-98). Coimbra: edições Quarteto.
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2000). *Manual da Escala de Crenças sobre Punição física (E.C.P.F.) e do Inventário de Práticas Educativas Parentais (I.P.E.)*. Braga: Psiquilíbrios.
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the contexto of the family: Parent-child interaction. Em P.H. Mussen, & E. Hetherington (Orgs.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality and social development* (pp.1-101).New York:Wiley.
- Magalhães, B. S. A. (2012). *Avaliação das práticas educativas parentais em famílias negligentes e/ou abusivas*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e Saúde, Sub-área de Especialização em Psicologia Forense sob Orientação da Professora Doutora Isabel Marques Alberto. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- Mallett, C. A. (2012). The school success program: Improving maltreated children`s academic and school-related outcomes. *Children & Schools*, 34(1), January, pp. 13-26.
- Manly, J. T., Lynch, M., Oshri, A., Herzog, M., & Wortel, S. N. (2013). The impact of neglect on initial adaptation to school. *Child Maltreatment*, 19(3), pp. 155-170.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011). Práticas educativas maternas e paternas aos 24 e aos 72 meses de vida da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Out.Dez, 27(4), pp. 419-427.
- Mattar, F. (2006). *Pesquisa de Marketing* (vol. II, 3.ª Ed.). São Paulo: Atlas Editora.
- Mayer, M., Dufour, S., Lavergne, C., Girard, M., & Trocmé, N. (2003). *Comparing parental characteristics regarding child neglect: na analysis of cases retained by child protection services in Quebec*. Child and Youth Health, 3rd World Congress, May 11-14, Vancouver, Bristish Columbia.
- McCauley, R. J. (2001). *Assessment of language disorders in children*. New Jersey:Lawrence Erlbaum associates.
- Mennen, F. E., Kim, K., Sang, J., & Trickett, P. K. (2010). Child neglect: Definition and identification of youth`s experiences in official reports of maltreatment. *Child Abuse Negl.* September, 34(9), pp. 647-658.
- Milan, S. E. & Pinderhughes, E. E. (2000). Factors influencing maltreated children`s early adjustment in foster care. *Development and Psychopathology*, 12, pp. 63-81.
- Milot, T., St-Laurent, D., Éthier, L. S., & Provost, M. A. (2010). Trauma-Related symptoms in neglected preschoolers and affective quality of mother-child communication. *Child Maltreatment*, 15(4), pp. 293-304.
- Minty, B., & Pattinson, G. (1994). The nature of child neglect. *British Journal of Social Work*, 24, pp. 733-747.
- Monteiro, S. R. T. (2010). *Maltrato por omissão de conduta a negligência parental na infância – Estudo de caso. Uma década e diferentes visões do desenrolar de histórias de vidas*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal. Submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. Orientador Juiz conselheiro Professor Doutor Armando

Leandro & Co-Orientação Francisco Maia Neto. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.

- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., Blázquez, M., & Romero, J. M. (2013). Semantic disorders and adaptation problems in children in residential care. *J Child Fam Stud*, published online. DOI: 10.1007/s10826-013-9894-z
- Moreno, J. M. M., García-Baamonde, M. E. S., & Blázquez, M. B. (2012). Morphosyntactic development and educational style of parents in neglected children. *Children and Youth Service Review*, 34, pp. 311-315.
- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., & Blázquez, M. (2011). Design of a language stimulation program for children suffering abuse. *Children and Youth Services Review*, 33, pp. 1325-1331.
- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., & Blázquez, M. (2010). Desarrollo lingüístico y adaptación escolar en niños en acogimiento residencial. *Anales de Psicología*. 26(1), Enero, pp. 189-196.
- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., Guerrero, E., & Blázquez, M. (2010a). Competencia pragmática y adaptación psicossocial en niños sujetos a medidas de protección infantil. *Salud Mental*, 33, pp. 333-340.
- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., Blázquez, M., & Guerrero, E. (2010b). Pragmatic language development and educational styles in neglect children. *Children and Youth Services Review*, 32, pp. 1028-1034.
- Moreno, J. M., & García-Baamonde, M. E. (2009). Adaptación personal y desarrollo lingüístico niños víctimas de maltrato. *Boletín de Psicología*, 96(6), pp. 17-34.
- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., & Blázquez, M. (2009). Social adaptation and communicative competence in children in care. *Children and Youth Service Review*, 31, pp. 642-648.
- Moreno, J. M., García-Baamonde, M. E., & Blázquez, M. (2008). Habilidades psicolingüísticas y dimensiones de inadaptación en niños en situación de acogimiento residencial. *Revista de Logopedia, Foniatría y Audiología*, 28(3), pp. 166-177.
- Moreno, J. M. M., García-Baamonde, M. J., & Rabazo, M. J. (2007). Evaluación del lenguaje mediante el BLOC-C en niños privados de afecto. In

M. Puyuelo (Ed.), BLOC. *Aplicación a poblaciones con necesidades educativas específicas* (pp.243-270). Barcelona: Elsevier Masson.

- Moreno, J. M. M. (2006). Revisión de los principales modelos teóricos explicativos del maltrato infantil. *Enseñanza e Investigación en Psicología*. Julio-diciembre, 11(2), pp. 271-292.
- Moreno, J. M. M., & Méndez, M. J. R. (2006). Intervención psicopedagógica en niños maltratados: Estimulación del lenguaje. *Revista Electrónica de Investigación Psicoeducativa*. 8, 4(1), pp. 155-176.
- Moreno, J. M., Rabazo, M. J., & García-Baamonde, M. E. (2006). Competencia lingüística y estilo cognitivo en niños institucionalizados. *Revista de Logopedia, Foniatría y Audiología*, 26(2), pp. 115-125.
- Moreno, J. M. M. (2005). Estudio sobre las consecuencias del maltrato infantil en el desarrollo del lenguaje. *Anales de Psicología*, 21, pp. 224-230.
- Moreno, J. M. (2003). Estudio sobre las repercusiones lingüísticas del maltrato y abandono emocional infantil. *Revista de Logopedia, Foniatria y Audiología*, 23(4), pp. 211-222.
- Moreira, P. (2007). *Guia do educador face aos maus-tratos*. Porto: Porto Editora.
- Morrissey, T. W. (2010). Sequence of child care type and child development: What role does peer exposure play? *Early Childhood Research Quarterly*, 25, pp. 33-50.
- Mussen, P. H., Conger, J. J., Kagan, J., & Huston, A. C. (1990). *Child development e Personality*. New York: Harper & Row.
- Neaum, S. (2012). *Language and literacy for the early years*. London: Sage.
- Nikulina, V., & Widom, C. S. (2014). Do race, neglect, and childhood poverty predict physical health in adulthood? A multilevel prospective analysis. *Child Abuse & Neglect*, 38, pp. 414-424.
- Nunes, P., & Raminhos, I. (2010). Maus –tratos infantis: a realidade de um hospital distrital. *Acta Med Port*, 23: pp. 413-418.
- Oliván, G. (2003). Catch – up growth assessment in long-term physically neglected and emotionally abused preschool age male children (2003). *Child Abuse & Neglect*, 27, pp. 103-108.

- Oliveira-Formosinho, J., & Araújo, S. B. (2002). Entre o risco biológico e o risco social: Um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, 28(2), pp. 87-103.
- Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T., & Rossato, C. (2004). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2002, 15(1), pp. 1-11.
- Oliveira, P., & Simões, A. (2014). Maus-tratos à infância: As referências dos técnicos das comissões de protecção de crianças e Jovens (CPCJ). *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, (Ed. Esp.1), 82-89.
- Owens, R., E., Metz, D. E., & Haas, A. (2007). Childhood language impairments (cap. 5). In R. E., Owens, D. E., Metz, & A., Haas. *Introduction to communication disorders: A lifespan perspective. A lifespan perspective (3<sup>rd</sup> Edt.)*. Boston: PEARSON, pp. 91-139.
- Pacheco, J., Teixeira, M. & Gomes, W. (1999). Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência . *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15, 2, pp. 117-126.
- Pacheco, J. T. B., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (1999). Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Mai-Ago, 15(2), pp. 117-126.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como protecção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 21(1), Jan-Jun, 29-40.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educ. Pesqui.*, 38(4), pp. 981-996.
- Petrenko, C. L.M., Friend, A., Garrido, E.F., Taussig, H. N., & Culhane, E. (2012). Does subtype matter? assessing the effects of maltreatment on functioning in preadolescent youth in out-of-home care. *Child Abuse Negl.* 36(9), pp. 633-644.
- Piccinini, C. A., Frizzo, G. B., Alvarenga, P., Lopes, R. S., & Tudge, J. (2007). Práticas educativas de pais e mães de crianças aos 18 meses de idade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), pp. 369-378.

- Pires-Lima, C., Lopes, R., & Gesta, C. (2006). *Estudo Inter-institucional: Crianças em risco*. XVIII Reunião do Hospital de Crianças Maria Pia. Hotel Ipanema Park Porto, 6 -8 de Novembro, Portugal.
- Polansky, N. A., Chalmers, M. A., Bittenwieser, E., & Williams, D. P. (1981). *Damaged parents: An anatomy of child neglect*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ratner, K. (2014). The role of parenting and attachment in identity style development. *The University of Central Florida: Undergraduate Research Journal*. 7(1), pp. 15-26.
- Reed, V. A. (2005). Adolescents with language impairment (Chap. 5). In V. A. Reed (Ed.), *An introduction to children with language disorders* (pp.168-219). New York: Pearson.
- Reis, V. J. O. (2009). *Crianças e Jovens em Risco. Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco*. Tese de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Repetti, R. L., Taylor, S. E., & Seeman, T. E. (2002). Risky families: family social environments and the mental and physical health of offspring. *Psychological Bulletin*, 128, pp. 330-366.
- Roberts, G., & Anderson, M. (2014). Task structure complexity and goal neglect in typically developing children. *Journal of Experimental. Child Psychology*, 120, pp. 59-72.
- Rogeness, G. A., Amrung, S. A., Macedo, C. A., Harris, W. R., & Fisher, C. F. (1986). Psychopathology in abuse or neglected children. *Journal of American academy of Child Psychiatry*. 25(5), pp. 659-665.
- Ruivo, A. C., & Sani, A. I. (2002). Suporte parental: Percepções de crianças em situação de risco. *Infância e Juventude*, 3 (Julh./Agost.), pp. 109-148.
- Ruiz-Casares, M. Trocmé, N., Fallon, B. (2012). Supervisory neglect and risk of harm. Evidence from the Canadian child welfare system. *Child Abuse & Neglect*, 36, pp. 471-480.
- Sedlak, A., Mettenburg, J., Basena, M., Petta, I., McPherson, K., Greene, A., Li, S. (2010). *Fourth National incidence study of child abuse and neglect (NIS*

- 4). Report to Congress. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Administration for Children, Youth and Families.
- Sears, R. R., Maccoby, E. E., & Levin, H. (1970). The child rearing process. In J. Duffy & G. Giuliani. *Selected readings in child psychology*. Berkeley, CA: McCutchan Press.
  - Serra, A. (2006). O risco de transgredir: Estudo prospectivo longitudinal acelerado numa perspectiva desenvolvimental. Dissertação de Doutoramento em Psicologia sob a orientação do Professor Doutor João Teixeira Marques. Apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
  - Shin, H. Y., & Kim, M. S. (2008). Parent`s attitudes towards emergent literacy, home literacy activity and children`s language ability in low-income families. *The Korean association of Child Studies*, 20, pp. 199-212.
  - Silva, A. R. P. G. (2013). *Birras infantis, estilos educativos parentais e comportamentos de punição*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da educação, Desenvolvimento e aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Cristina Petrucci Albuquerque. Apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
  - Skuse, D. (1992). The relationship between deprivation, physical growth and the impaired development of language. In Fletcher, P. Hall, D. (eds.). *Specific Speech and Language disorders in children*. London: Whurr Publishers, pp. 29-50.
  - Snow, P. C. (2009). Child maltreatment, mental health and oral language competence: Inviting speech-language pathology to the prevention table. *International Journal of Speech-Language Pathology*, 11(2), pp. 95-103.
  - Snow, P. C., Powell, M. B., & Sanger, D. D. (2012). Language and communication disorders in adolescents. Oral language competence, young speakers, and the law. *Language, Speech, and Hearing Services in Schools*. 43, Oct., pp. 496-506.
  - Sousa, V. D., Driessnack, M., & Mendes, I. A. C. (2007). Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: Parte 1: Desenhos de pesquisa quantitativa. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. 2007, vol.15, n.3, pp. 502-507. ISSN 0104-1169.

- Spratt, E. G., Friedenberg, S., LaRosa, A., Bellis, M. D., Macias, M. M., Summer, A. P., Hulsey, T. C., Runyan, D. K., & Brandy, K. T. (2012). The effects of early neglect on cognitive, language and behavioral functioning in childhood. *Psychology*, 3(2), pp. 175-182.
- Sprinthall, N. A., & Sprinthall, R. C. (1993). *Psicologia Educacional. Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Stacks, A. M., Beeghly, M., Partridge, T., & Dexter, C. (2011). Effects of placement type on the language developmental trajectories of maltreated children from infancy to early childhood. *Child Maltreat Published*, online 5 December, 1-13, DOI:10.1177/1077559511427957.
- Steinberg, L., & Blatt-Eisengart, I., & Cauffman, E. (2006). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful homes: A replication in a sample of serious juvenile offenders. *J Res Adolesc.* March, 1, 16(1), pp. 47-58.
- Steinberg, L., Lamborn, S. D., Darling, N., Mounts, N. S., & Dornbusch, S. M. (1994). Over-time changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 65, pp. 754-770.
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Ijzendoorn, M. H. V. (2013). The neglect of child neglect: a meta-analytic review of the prevalence of neglect. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol.* 48, pp. 345-355.
- Strathearn, L. (2011). Maternal neglect: Oxytocin, dopamine and the neurobiology of attachment. *J Neuroendocrinol*, 23(11), pp. 1054-1065.
- Straus, M. A., & Stewart, J. H. (1999). Corporal punishment by American parents: national data on prevalence, chronicity, severity, and duration, in relation to child and family characteristics. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2(2), pp. 55-70.
- Sullivan, M. W., Carmody, D. P., & Lewis, M. (2010). How neglect and punitiveness influence emotion knowledge. *Child Psychiatry Hum Dev*, 41, pp. 285-298.
- Sua Kay, E., & Santos, M. E. (2003). *Grelha de observação da linguagem – Nível escolar*. Lisboa: Escola Superior de Saúde de Alcoitão.

- Sylvestre, A., & Mérette, C. (2010). Language delay in severely neglected children: A cumulative or specific effect of risk factors? *Child Abuse & Neglect*, 34, pp. 414-428.
- Tamis-Lemonda, C. & Rodriguez, E. (2009). Parents' role in fostering young children's learning and language development. *Encyclopedia on Early Childhood Development*, pp. 1-9.
- Taussig, H. N., Culhane, S. E., Garrido, E., Knudtson, M. D., & Petrenko, C. L. M. (2012). Does severity of physical neglect moderate the impact of an efficacious preventive intervention for maltreated children in foster care? *Child Maltreatment*, 18(1), pp. 56-64.
- Torres, A., Pegado, E., Sousa, I., & Cruz, R. (2008). *Estudo de diagnóstico e avaliação das comissões de proteção de crianças e jovens*. Centro de Investigação e estudos de Sociologia e da Empresa – CIES; e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE
- Trocmé, N., Fallon, B., Sinha, V., Wert, M. V., Kozlowski, A., & MacLaurin, B. (2013). Differentiating between child protection and family support in the Canadian child welfare system's response to intimate partner violence, corporal punishment, and child neglect. *International Journal of Psychology*, 48(2), pp. 128-140.
- Trocmé, N., MacMillan, H., Fallon, B., & Marco, R. (2003). Nature and severity of physical harm caused by child abuse and neglect: Results from the Canadian Incidence Study. *JAMC*, Oct 169(9), pp. 911-915.
- Turner, E. A., Chandler, M., & Heffer, R. W. (2009). The influence of parenting styles, achievement motivation, and self-efficacy on academic performance in college students. *Journal of College Student Development*, 50(3), May/June, pp. 337-346.
- Uji, M., Sakamoto, A., Adachi, k., Kitamura, T. (2014). The Impact of Authoritative, Authoritarian, and Permissive Parenting Styles on Children's Later Mental Health in Japan: Focusing on Parent and Child Gender. *Journal of Child and Family Studies*, 23, pp. 293-302.
- Vale, M. J., Borges, T., Alexandrino, A., Gesta, C., Casanova, C., Lunet, N., & Dias, C. P. (2006). Criança em risco: estudo multicêntrico. *Nascer e Crescer revista do Hospital de Crianças Maria Pia*, 15(4), pp. 255-261.

- Valentini, F., & Alchieri, J. C. (2009). Modelo clínico de estilos parentais de Jeffrey Young: Revisão da literatura. *Contextos Clínicos*, 2(2), pp. 113-123.
- Vasta, R. (1982). Physical child abuse: A dual-component analysis. *Developmental*.
- Veldhuis, L., Grieken, A. V., Renders, C. M., HiraSing, R. A., & Raat, H. (2014). Parenting style, the home environment, and screen time of 5-year-old children; The “Be active, eat right” study. *PLOS ONE*, Feb., 9(2), pp. 1-9.
- Wadsby, M., Sydsjo, G., & Svedin, C. G. (2001). Evaluation of an intervention programme to support mothers and babies at psychosocial risk: assesment of mother/child interaction and mother's perceptions of beneficic. *Health and Social Care in the Community*, 9 (3), pp. 125-133.
- Watabe, A., & Hibbard, D. R. (2014). The influence of authoritarian and authoritative parenting on children's academic achievement motivation: A comparison between the United states and Japan. *North American Journal of Psychology*, 16, 2, pp. 359- 382.
- Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004a). Identificação de estilos parentais: O ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), pp. 323-331.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004b). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), pp. 227-237.
- Wekerle, C. & Wolfe, D. A. (2003). Child Maltreatment. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Ed.) *Child Psychopathology* (2<sup>nd</sup> Ed.). Estados Unidos da América: The Guilford Press.
- Wentzel, K. R. (1994). Relations of social goal pursuit to social acceptance, classroom behavior, and perceived social support. *Journal of Educational Psychology*, 86, pp. 173-182.
- Westby, C. E. (2007). Child maltreatment: A global issue. *Language, Speech and Hearing Services in Schools*. 38(20), pp. 140-148.
- Widom, C. S., Czaja, S., Wilson, H. W., Allwood, M., Chauhan, P. (2012). Do the long-term consequences of neglect differ for children of different races and ethnic backgrounds?. *Child Maltreatment*, 18, pp. 1-14.

- Wilkerson, D., Johnson, G., & Johnson, R. (2008). Children of neglect with attachment and time perception deficits: strategies and interventions. *Education*, 129(2), pp. 343-352.
- Young, R., Lennie, S., Minnis, H. (2011). Children`s perceptions of parental emotional neglect and control and psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 52(8), pp. 889-897.
- Young, J. C., & Widom, C. S. (2014). Long –term effects of child abuse and neglect on emotion processing in adulthood. *Child Abuse & Neglect*, Aug, 38(8), pp. 1369-1381. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.03.008.
- Zilberstein, K. (2011). Mulyiple attachment representations in clinical practice: case study of a six-year-old maltreated child. *Psychoanalytic Social Work*, 18, pp. 23-38.

# **ANEXOS**

**ANEXO -I**

**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

## QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Todas as perguntas apresentadas neste questionário serão usadas apenas nesta investigação científica, sendo as respostas do mesmo tratadas de forma anónima e confidencial.

**Por favor, preencha de acordo com a sua situação familiar:**

Data da recolha de informação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Sujeito nº: \_\_\_\_

### I – CARACTERIZAÇÃO DO MENOR

1. Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

2. Sexo: M  F

3. Nacionalidade:

a) Português  b) Inglês  c) Francês

d) Alemão  e) Outro?

Qual? \_\_\_\_\_

4. Fratria (nº de irmãos): \_\_\_\_\_

5. Ano de escolaridade: \_\_\_\_\_

6. Nº de retenções na escola: \_\_\_\_\_

## II – CARACTERIZAÇÃO DOS CUIDADORES

### 1. Cuidadores:

1.1. Pai (Cuidador 1)		1.4. Outro: Qual ? _____	
1.2. Mãe (Cuidador 2)		1.5. Desconhecido	
1.3. Pais			

2. Número de pessoas no agregado (excluindo o menor): \_\_\_\_\_

### 3. Idades:

3.1. Cuidador 1: \_\_\_\_\_ 3.2. Cuidador 2 (quando se aplique): \_\_\_\_\_

### 4. Situação Profissional:

Cuidador 1		Cuidador 2 (quando se aplique)	
5.1. Empregado (a)		5.1.1. Empregado (a)	
5.2. Desempregado (a)		5.1.2. Desempregado (a)	
5.3. Estudante		5.1.3. Estudante	
5.4. Reformado (a)		5.1.4. Reformado (a)	
5.5. Outra		5.1.5. Outra	
5.6. Desconhecido		5.1.6. Desconhecido	

### 5. Profissão/Habilitações Literárias:

Cuidador 1		Cuidador 2 (quando se aplique)	
4.1. Profissão: _____		4.1.1. Profissão: _____	
4.2. Habilitações literárias: _____		4.1.2. Habilitações literárias: _____	

## 6. Estado civil:

Cuidador 1		Cuidador 2 (quando se aplique)	
6.1. Solteiro (a)		6.1.1. Solteiro (a)	
6.2. Casado (a) / União de facto		6.1.2. Casado (a) / União de facto	
6.3. Divorciado / Separado (a)		6.1.3. Divorciado / Separado (a)	
6.4. Viúvo (a)		6.1.4. Viúvo (a)	
6.5. Outra		6.1.5. Outra	
6.6. Desconhecido		6.1.6. Desconhecido	

## 7. Tipo de família:

7.1. Nuclear		7.5. Adoptiva	
7.2. Monoparental		7.6. Instituição	
7.3. Alargada		7.7. Outra	
7.4. Reconstituída		7.8. Desconhecido	

## 8. Rendimento do agregado Familiar:

8.1. Menos de 400 euros mensais		8.5. Mais de 3000 mensais	
8.2. De 401 a 1000 euros mensais		8.6. Outro	
8.3. De 1001 a 2000 euros mensais		8.7. Desconhecido	
8.4. De 2001 a 3000 mensais		8.8. Não se aplica	

**9. Hábitos de consumo:**

<b>Cuidador 1</b>		<b>Cuidador 2 (quando se aplique)</b>	
<b>9.1. Álcool</b>		<b>9.1.1. Álcool</b>	
<b>9.2. Drogas</b>		<b>9.1.2. Drogas</b>	
<b>9.3. Outros</b>		<b>9.1.3. Outros</b>	
<b>9.4. Desconhecido</b>		<b>9. 1.4. Desconhecido</b>	
<b>9.5. Não se aplica</b>		<b>9. 1. 5. Não se aplica</b>	

**OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**

**ANEXO -II**

**FICHA DE CONSULTA DE CRIANÇAS E JOVENS EM**

**RISCO**

# FICHA DA CONSULTA DE CRIANÇAS E JOVENS

HOSPITAL DE \_\_\_\_\_

PN: \_\_\_\_\_

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO MENOR

1.1. IDADE \_\_\_\_\_

1.2 SEXO: M  F

1.2. RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

1.3. DATA DA SINALIZAÇÃO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

## 2. INFORMAÇÃO CLÍNICA DO UTENTE

### 2.1. ATENDIMENTO HOSPITALAR:

2.1.1. Consulta Externa de Pediatria e Nutrição	
2.1.2. Consulta Externa de Pedopsiquiatria	
2.1.3. Serviço de Urgência	
2.1.4. Outro	

### 2.2. MOTIVO DA SINALIZAÇÃO:

2.2.1. Risco	
2.2.2. Negligência Isolada	
2.2.3. Maus Tratos Físicos	
2.2.4. Maus Tratos Psicológicos	
2.2.5. Abandono	
2.2.6. Abuso Sexual	
2.2.7. Outro	

### **2.3. AGENTE CAUSADOR DO RISCO:**

<b>2.3.1.</b> Pai	
<b>2.3.2.</b> Mãe	
<b>2.3.3.</b> Pais	
<b>2.3.4.</b> Outro Familiar	
<b>2.3.5.</b> Extra Familiar	

### **2.4. RISCO DE VIDA**

<b>2.4.1.</b> Sim	
<b>2.4.2.</b> Não	

### **2.5. HISTORIAL DE SINALIZAÇÕES**

<b>2.5.1.</b> Primeiro Episódio	
<b>2.5.2.</b> Episódios Anteriores	
<b>2.5.3.</b> Episódios Múltiplos	

### **2.6. SINALIZAÇÕES ANTERIORES**

<b>2.6.1.</b> Sim	
<b>2.6.2.</b> Não	

### **2.7. RESPONSÁVEL À DATA DA ALTA HOSPITALAR**

<b>2.7.1.</b> Família Nuclear	
<b>2.7.2.</b> Família Monoparental	
<b>2.7.3.</b> Família Reconstituída	
<b>2.7.4.</b> Família Alargada	
<b>2.7.5.</b> Acolhimento Institucional	
<b>2.7.6.</b> Outros	

## **ANEXO III**

### **CONSENTIMIENTO INFORMADO**

## **Declaração de Consentimento Informado.**

### **Apresentação e designação do estudo**

No âmbito da disciplina de Projeto de Graduação, a aluna finalista Rute Lopes, do curso de Terapêutica da Fala da Universidade Fernando Pessoa, encontra-se a desenvolver um estudo sobre “ Práticas Educativas Parentais e Linguagem em Crianças em Idade Escolar (1º Ciclo), sob a orientação da Mestre Vânia Peixoto.

O referido estudo pretende contribuir para o esclarecimento da relação entre as práticas educativas parentais e o desenvolvimento de perturbações de linguagem em crianças em Idade Escolar, através do Inventário de práticas Educativas –I.P.E. (Gonçalves, Machado & Matos, 2000) e a grelha de observação da linguagem nível escolar –GOL-E (Sua Kay & Santos, 2006).

É nesse sentido que vimos, junto de V. Ex., solicitar se digne autorizar a avaliação de linguagem do seu educando, assim, como pedir o preenchimento de um questionário socio-demográfico e um questionário sobre práticas educativas.

Todas as respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial e os dados obtidos serão agregados e publicados de forma conjunta.

O estudo a ser realizado é de cariz não invasivo e sem riscos para os participantes.

Assim, pretendemos, por este meio, solicitar a sua participação voluntária, bem como a do seu filho (a), nesta investigação, sendo o seu contributo inestimável para esta investigação. Se concordar em participar, por favor, assine a declaração abaixo.

Desde já agradecemos a sua disponibilidade e colaboração neste estudo.

O investigador responsável,  
Rute Patrícia Lopes

### **Consentimento informado**

Eu encarregado de educação, \_\_\_\_\_, declaro que antes de optar por participar, me foram prestados todos os esclarecimentos que considere importantes para decidir participar na investigação que se intenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído.

Especificamente, de acordo com as recomendações da declaração de Helsínquia, fui informado/a do objectivo e procedimentos do estudo, foi-me garantido que os dados serão tratados de forma confidencial e usados para fins científicos.

Igualmente, tinha o direito de recusar participar ou cessar a minha participação a qualquer momento, sem qualquer consequência para mim e para o meu educando (a).

Por isso, declaro ao assinar no final da presente declaração, que aceito participar e consinto que lhe seja aplicada ao meu educando (a) a avaliação proposta pela aluna finalista de Terapia da Fala.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Encarregado de Educação (assinatura): \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

#### **A orientadora do Projeto:**

Mestre Vânia Peixoto

#### **O investigador responsável:**

Rute Lopes

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**ANEXO IV**

**ESTADÍSTICA DESCRIPTIVA DOS PARTICIPANTES**

**Tabela i-** Caracterização sociodemográfica da criança.

<b>Criança</b>					
<b>Grupo Experimental</b>			<b>Grupo Controlo</b>		
<b>Escolaridade</b>			<b>Escolaridade</b>		
	<b>F</b>	<b>%</b>		<b>F</b>	<b>%</b>
1º Ano	52	30.1	1º Ano	29	16.8
2º Ano	53	30.6	2º Ano	46	26.6
3º Ano	59	34.1	3º Ano	60	34.7
4º Ano	9	5.2	4º Ano	38	22
<b>Retenções</b>			<b>Retenções</b>		
	<b>F</b>	<b>%</b>		<b>F</b>	<b>%</b>
Nenhuma	156	90.2	Nenhuma	163	94.2
Uma	17	9.8	Uma	10	5.8
<b>Fratrã</b>			<b>Fratrã</b>		
	<b>F</b>	<b>%</b>		<b>F</b>	<b>%</b>
Nenhum Irmão	61	35.3	Nenhum Irmão	52	30.1
Um Irmão	37	21.4	Um irmão	71	41
Dois Irmãos	46	26.6	Dois Irmãos	30	17.3
Três Irmãos	21	12.1	Três Irmãos	19	11
Quatro Irmãos	4	2.3	Quatro Irmãos	1	6
Cinco Irmãos	1	0.6	Cinco Irmãos	-	-
Seis Irmãos	3	1.7	Seis Irmãos	-	-

**Tabela ii-** Caracterização clínica da criança.

<b>Grupo Experimental</b>					
<b>Quem originou a situação de risco</b>			<b>Atendimento hospitalar</b>		
	<b>F</b>	<b>%</b>		<b>F</b>	<b>%</b>
Pai	15	8.7	Consulta Externa de Pediatria e Nutrição	110	63.6
Mãe	38	22	Consulta externa de Pedopsiquiatria	54	31.2
Pais	105	60.7	Outros	9	5.2
Outro Familiar	12	6.9	<b>Historial de sinalizações</b>		
Extra Familiar	3	1.7		<b>F</b>	<b>%</b>
<b>Risco de vida</b>			Primeiro Episódio	150	86.7
	<b>F</b>	<b>%</b>	Episódios Anteriores	17	9.8
Sim	19	11	Episódios Múltiplos	6	3.5
Não	154	89	<b>Responsável à data da alta</b>		
<b>Sinalizações anteriores</b>				<b>F</b>	<b>%</b>
	<b>F</b>	<b>%</b>	Família Nuclear	57	32.9
Sim	23	13.3	Família Monoparental	38	22
Não	150	86.7	Família Reconstituída	23	13.3
			Família Alargada	47	27.2
			Acolhimento Institucional	5	2.9
			Outros	3	1.7

**Tabela iii** – Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, no total dos participantes do grupo Experimental.

		<b>N</b>	<b>Mediana (P50)</b>	<b>P25</b>	<b>P75</b>	<b>Mín.</b>	<b>Máx.</b>
<b>Grupo Experimental</b>	<b>Negligência Emocional</b>	173	44.0	41.0	56.0	36.0	61.0
	<b>Negligência Cognitiva</b>	173	20.0	16.0	27.0	6.0	30.0
	<b>Negligência Supervisão</b>	173	70.0	60.0	82.5	54.0	90.0
	<b>Negligência Física</b>	173	40.0	25.0	46.0	16.0	80.0
	<b>Total – Negligência Familiar</b>	173	177.0	163.0	191.0	127.0	244.0

**Tabela iv** – Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, com o género no grupo Experimental.

		<b>Género</b>	<b>N</b>	<b>Mediana (P50)</b>	<b>P25</b>	<b>P75</b>	<b>Mín.</b>	<b>Máx.</b>
<b>Grupo Experimental</b>	<b>Negligência Emocional</b>	<b>M</b>	97	44.0	40.5	56.0	36	61
	<b>Negligência Cognitiva</b>	<b>F</b>	76	45.0	41.0	55.8	36	60
	<b>Negligência Supervisão</b>	<b>M</b>	97	20.0	16.0	27.0	6	30
	<b>Negligência Física</b>	<b>F</b>	76	19.0	15.0	26.8	6	30
	<b>Total – Negligência Familiar</b>	<b>M</b>	97	70.0	59.5	83.0	54	90
		<b>F</b>	76	70.5	62.3	82.0	54	89
		<b>M</b>	97	40.0	27.5	45.0	16	80
		<b>F</b>	76	39.5	23.0	46.8	16	80
		<b>M</b>	97	177.0	164.5	191.0	136	244
		<b>F</b>	76	177.5	161.2	191.5	127	244

**Tabela v** – Estatística descritiva do questionário de Negligência Familiar, relativamente à severidade e frequência de negligência.

<b>Severidade da Negligencia</b>							
					<b>F</b>	<b>%</b>	
Leve					0	0	
Moderada					130	75.1	
Grave					43	24.9	
<b>Grupo Experimental</b>	<b>Frequência da Negligencia Emocional</b>			<b>Frequência da Negligencia Cognitiva</b>			
						<b>F</b>	<b>%</b>
	Pouco Frequente					0	0
	Frequente					87	50.3
	Muito Frequente					86	49.7
	<b>Frequência da Negligencia Supervisão</b>			<b>Frequência da Negligencia Física</b>			
						<b>F</b>	<b>%</b>
	Pouco Frequente					0	0
	Frequente					62	35.8
	Muito Frequente					111	64.2

**Tabela vi** – Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, relativamente ao género e o grau de Severidade Moderada no Grupo Experimental.

<b>Grupo Experimental</b>		<b>Género</b>	<b>N</b>	<b>Mediana (P50)</b>	<b>P25</b>	<b>P75</b>	<b>Mín.</b>	<b>Máx.</b>
<b>Severidade Moderada</b>	<b>Negligência Emocional</b>	<b>M</b>	72	44.0	39.0	56.0	36	61
		<b>F</b>	58	44.5	41.0	54.3	36	60
	<b>Negligência Cognitiva</b>	<b>M</b>	72	20.0	16.0	26.8	6	30
		<b>F</b>	58	20.0	15.8	27.0	6	30
	<b>Negligência Supervisão</b>	<b>M</b>	72	68.0	58.0	70.8	54	90
		<b>F</b>	58	68.5	59.8	78.0	54	89
	<b>Negligência Física</b>	<b>M</b>	72	37.0	27.0	43.0	16	63
		<b>F</b>	58	31.0	21.5	43.0	16	52
	<b>Total – Negligência Familiar</b>	<b>M</b>	72	170.0	160.3	179.0	136	189
		<b>F</b>	58	172.0	156.0	181.3	127	196

**Tabela vii** – Resultados obtidos no questionário de Negligência Familiar, relativamente ao género e o grau de Severidade Grave no Grupo Experimental.

<b>Grupo Experimental</b>		<b>Género</b>	<b>N</b>	<b>Mediana (P50)</b>	<b>P25</b>	<b>P75</b>	<b>Mín.</b>	<b>Máx.</b>
<b>Severidade Grave</b>	<b>Negligência Emocional</b>	<b>M</b>	25	51.0	44.0	56.0	36	61
		<b>F</b>	18	48.0	39.8	58.0	36	60
	<b>Negligência Cognitiva</b>	<b>M</b>	25	25.0	15.5	27.0	9	30
		<b>F</b>	18	18.5	14.8	23.8	12	29
	<b>Negligência Supervisão</b>	<b>M</b>	25	85.0	78.5	87.5	55	90
		<b>F</b>	18	82.5	69.0	88.0	56	88
	<b>Negligência Física</b>	<b>M</b>	25	48.0	43.0	63.0	30	80
		<b>F</b>	18	50.5	46.0	76.3	43	80
	<b>Total – Negligência Familiar</b>	<b>M</b>	25	200.0	195.0	206.5	191	244
		<b>F</b>	18	200.5	194.0	209.0	192	244

**Tabela viii-** Caracterização sociodemográfica da família.

<b>Progenitores</b>							
<b>Grupo Experimental</b>				<b>Grupo Controlo</b>			
<b>Estatuto Profissional</b>	<b>Pai</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Estatuto Profissional</b>	<b>Pai</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Empregado		85	49.1	Empregado		122	70.5
Desempregado		67	38.7	Desempregado		47	27.2
Reformado		4	2.3	Reformado		1	0.6
Estudante		1	6	Estudante		2	1.2
Outro		16	9.2	Outro		1	0.6
<b>Estatuto Profissional</b>	<b>Mãe</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Estatuto Profissional</b>	<b>Mãe</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Empregado		74	42.8	Empregado		116	67.1
Desempregado		73	42.2	Desempregado		46	26.6
Reformado		6	3.5	Reformado		3	1.7
Estudante		7	4	Estudante		2	1.2
Outro		13	7.5	Outro		6	3.5
<b>Habilitações</b>	<b>Pai</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Pai</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
1º Ciclo		77	44.5	1º Ciclo		16	9.2
2º Ciclo		28	16.2	2º Ciclo		36	20.8
3º Ciclo		41	23.7	3º Ciclo		68	39.3
Secundário		12	6.9	Secundário		39	22.5
Licenciatura		4	2.3	Licenciatura		13	7.5
Outro		11	6.4	Outro		1	0.6
<b>Habilitações</b>	<b>Mãe</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Mãe</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
1º Ciclo		72	41.6	1º Ciclo		22	12.7
2º Ciclo		32	18.5	2º Ciclo		47	27.2
3º Ciclo		38	22	3º Ciclo		57	32.9
Secundário		20	11.6	Secundário		32	18.5
Licenciatura		3	1.7	Licenciatura		9	5.2
Outro		8	4.6	Outro		1	0.6
Desconhecido		-	-	Desconhecido		3	1.7
Bacharel		-	-	Bacharel		2	1.2
<b>Estado civil</b>	<b>Pai</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Pai</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Solteiro		51	29.5	Solteiro		43	24.9
Casado/União de Facto		85	49.1	Casado/União de Facto		117	67.6
Divorciado/Separado		37	21.4	Divorciado/Separado		12	6.9
Viúvo		-	-	Viúvo		1	0.6
<b>Estado civil</b>	<b>Mãe</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Mãe</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Solteiro		51	29.5	Solteiro		39	22.5
Casado/União de Facto		85	49.1	Casado/União de Facto		117	67.6
Divorciado/Separado		37	21.4	Divorciado/Separado		10	5.8
Viúvo		-	-	Viúvo		1	0.6
<b>Rendimento do agregado familiar</b>		<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Rendimento do agregado familiar</b>		<b>F</b>	<b>%</b>
Menos de 400 euros mensais		69	39.9	Menos de 400 euros mensais		31	17.9
De 401 a 1000 euros mensais		79	47.7	De 401 a 1000 euros mensais		83	48
De 1001 a 2000 euros mensais		25	14.5	De 1001 a 2000 euros mensais		52	30.1
De 2001 a 3000 mensais		-	-	De 2001 a 3000 mensais		7	4
<b>Tipologia familiar</b>		<b>F</b>	<b>%</b>	<b>Tipologia familiar</b>		<b>F</b>	<b>%</b>
Nuclear		59	34.1	Nuclear		102	59
Monoparental		40	23.1	Monoparental		25	14.5
Alargada		49	28.3	Alargada		12	6.9
Reconstituída		25	14.5	Reconstituída		27	15.6
Adoptiva		-	-	Adoptiva		1	0.6
Outra		-	-	Outra		6	3.5

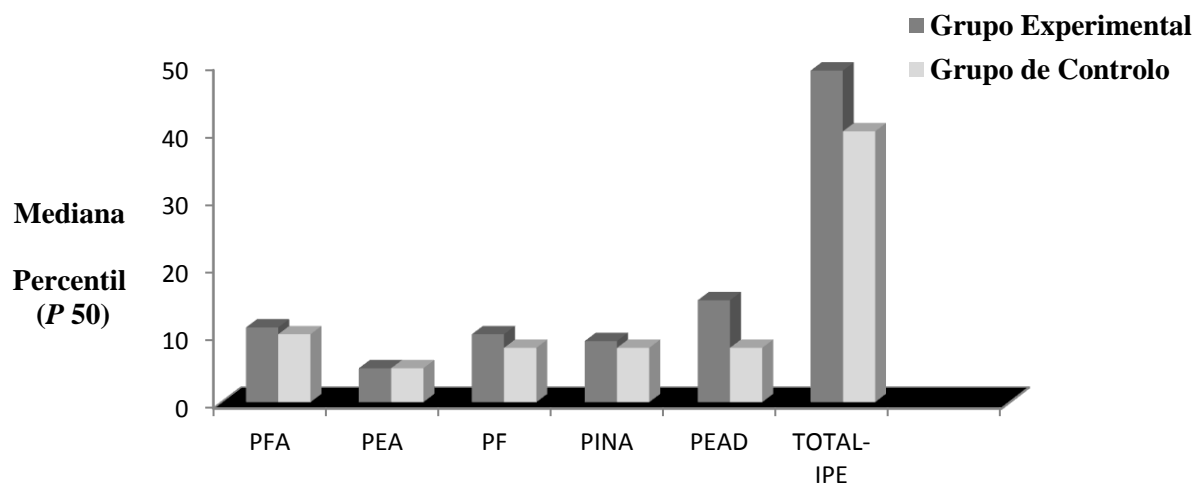
**ANEXO V**

**GRÁFICOS DOS VALORES DESCRITIVOS**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS NO GE E NO GC**

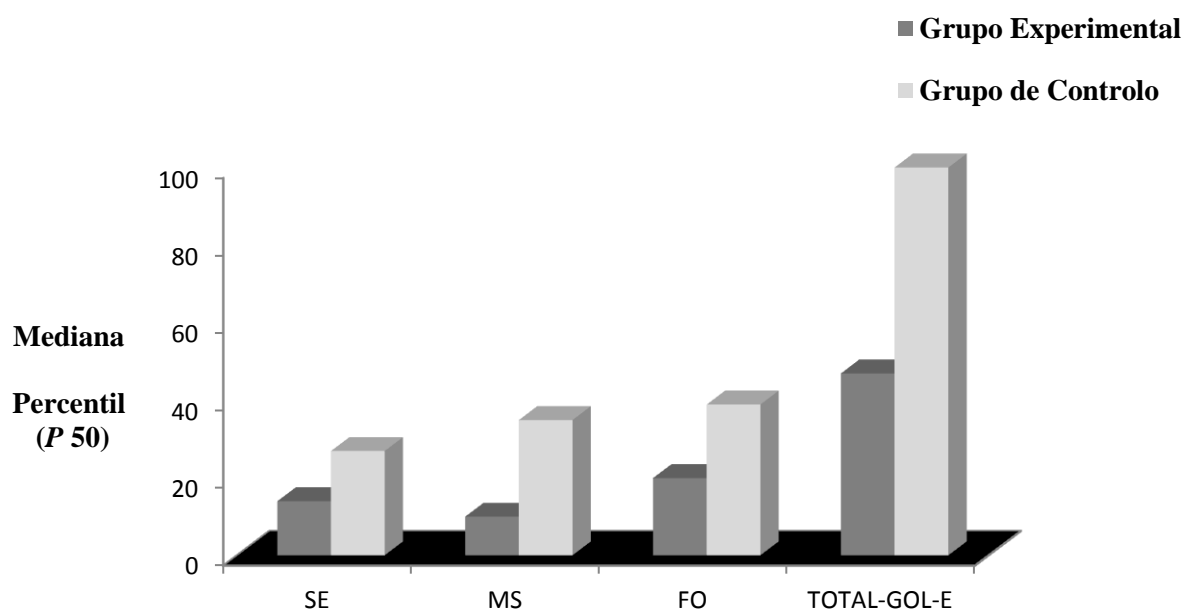
**DESEMPENHO LINGUÍSTICO NO GE E NO GC**

**Gráfico 1.** Resultados obtidos no Inventário de Práticas Educativas (IPE), em ambos os grupos, tendo em conta a *Mediana* (i.e., *Percentil P 50*).



**Legenda - IPE:** **PFA** (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); **PEMA** (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); **PF** (i.e., Punição física); **PINA** (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); **PEAD** (i.e., Práticas Educativas Adequadas); **TOTAL-IPE** (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas).

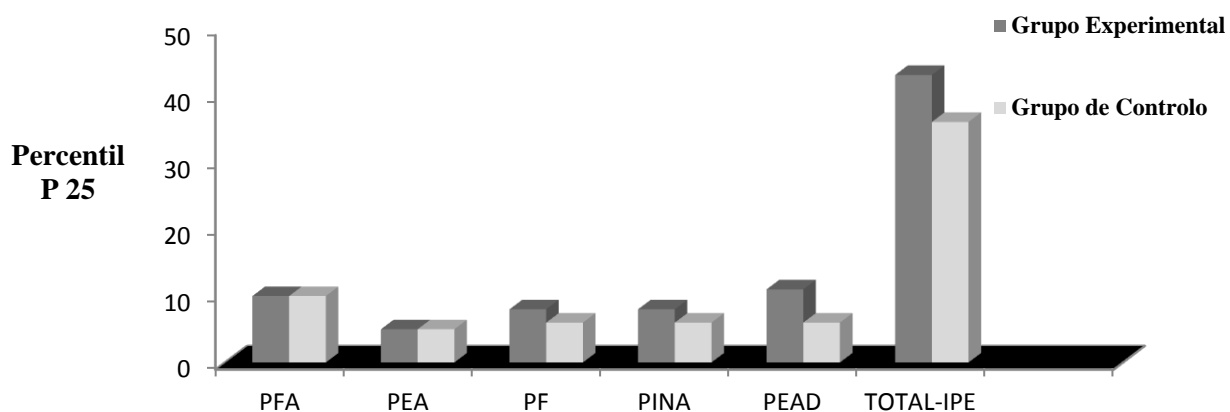
**Gráfico 2.** Resultados obtidos no desempenho linguístico GOL – E em ambos os grupos, tendo em conta a *Mediana* (i.e., *Percentil P 50*).



---

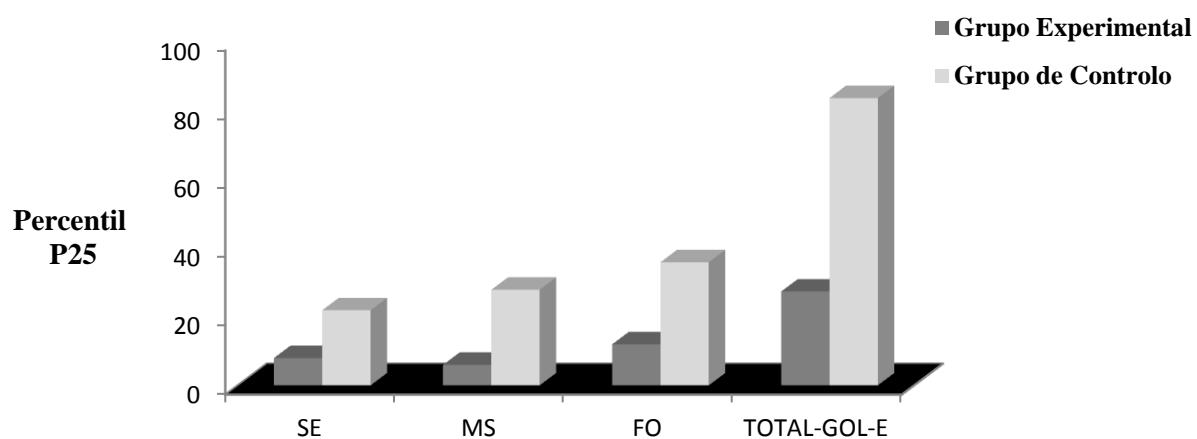
**Legenda:** GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem GOL-E): **S** (i.e., Semântica); **M** (i.e., Morfossintaxe); **F** (i.e., Fonologia); **T-GOL-E** (i.e., Total da Grelha de observação da Linguagem).

**Gráfico 3.** Resultados obtidos no Inventário de Práticas Educativas (IPE) em ambos os grupos, tendo em conta a *Mediana* (i.e., *Percentil P 25*).



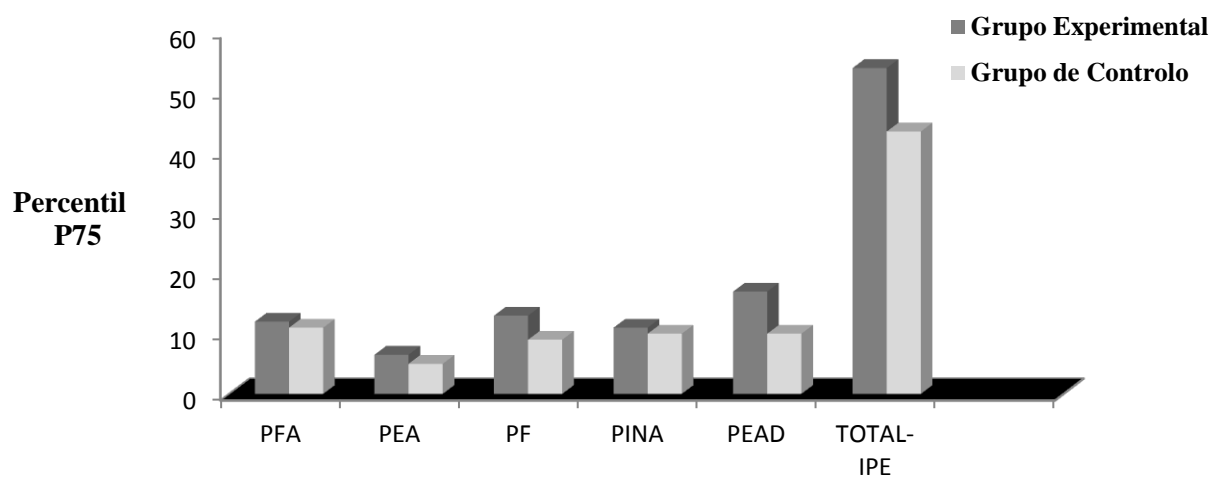
**Legenda - IPE:** **PFA** (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); **PEMA** (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); **PF** (i.e., Punição física); **PINA** (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); **PEAD** (i.e., Práticas Educativas Adequadas); **TOTAL-IPE** (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas).

**Gráfico 4.** Resultados obtidos no Desempenho Linguístico GOL – E em ambos os grupos, tendo em conta a *Mediana* (i.e., *Percentil P 25*).



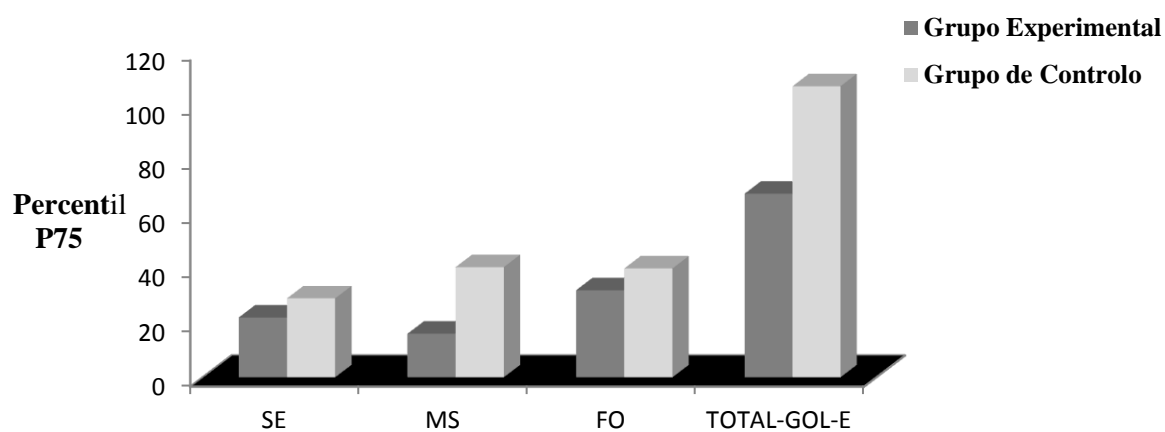
**Legenda:** GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem GOL-E): S (i.e., Semântica); M (i.e., Morfossintaxe); F (i.e., Fonologia); T-GOL-E (i.e., Total da Grelha de observação da Linguagem).

**Gráfico 5.** Resultados obtidos no Inventário de Práticas Educativas (IPE), em ambos os grupos, tendo em conta a *Mediana* (i.e., *Percentil P 75*).



**Legenda - IPE:** **PFA** (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); **PEMA** (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); **PF** (i.e., Punição física); **PINA** (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); **PEAD** (i.e., Práticas Educativas Adequadas); **TOTAL-IPE** (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas).

**Gráfico 6.** Resultados obtidos no desempenho linguístico GOL – E em ambos os grupos, tendo em conta a *Mediana* (i.e., *Percentil P 75*).



**Legenda:** GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem GOL-E): **S** (i.e., Semântica); **M** (i.e., Morfossintaxe); **F** (i.e., Fonologia); **T-GOL-E** (i.e., Total da Grelha de observação da Linguagem).

**ANEXO VI**

**RESULTADOS OBTIDOS NAS CORRELAÇÕES DE**

**SPERMAN**

**Tabela ix-** Correlações da Idade com a Grelha de Observação da Linguagem – GOL-E  
(objectivo 3, alínea a).

Grupo Experimental (GE)					Grupo Controlo (GC)				
<u>GOL-E</u> <u>IDADE</u>	Total-GOL- E	S	M	F	Total – GOL-E	S	M	F	
Idade	<i>R</i>	<b>.77**</b>	<b>.79**</b>	<b>.68**</b>	<b>.71**</b>	<b>.60**</b>	<b>.55**</b>	<b>.55**</b>	<b>.36**</b>
	<i>P</i>	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173

Total Participantes (GE+GC)					
<u>GOL-E</u> <u>IDADE</u>	Total-GOL- E	S	M	F	
Idade	<i>R</i>	<b>.64**</b>	<b>.70**</b>	<b>.57**</b>	<b>.55**</b>
	<i>P</i>	.000	.000	.000	.000
	<i>N</i>	346	346	346	346

**Nota:** Correlação significativa para os níveis; \**P.* <. 05; \*\**P.* <. 01; \*\*\**P.* <. 001; *NS*- Não significativos. **Legenda:** GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem): **Total da Gol-E, S- Semântica, M-Morfossintaxe, e F – Fonologia.** Correlação de *Spearman*.

**Tabela x-** Correlações da Idade com o Inventário de Práticas Educativas – IPE (objetivo 3, alínea a).

<b>IDADE</b> <b>IPE</b>		<b>Grupo Experimental</b> <b>(GE)</b>	<b>Grupo Controlo</b> <b>(GC)</b>	<b>Total Participantes</b> <b>(GE+GC)</b>
<b>PFA</b>	<b>R</b>	-.04ns	-.20 ns	-.15 ns
	<b>P</b>	.598	.009	.007
	<b>N</b>	173	173	346
<b>PEA</b>	<b>R</b>	.02 ns	-.04 ns	-.05 ns
	<b>P</b>	.793	.578	.33
	<b>N</b>	173	173	346
<b>PF</b>	<b>R</b>	.00 ns	-.13 ns	<b>-.14*</b>
	<b>P</b>	.999	.100	.011
	<b>N</b>	173	173	346
<b>PINA</b>	<b>R</b>	.04 ns	-.04 ns	-.06 ns
	<b>P</b>	.564	.586	.296
	<b>N</b>	173	173	346
<b>PEAD</b>	<b>R</b>	.13 ns	.09 ns	-.04 ns
	<b>P</b>	.084	.241	.430
	<b>N</b>	173	173	346
<b>Total</b> <b>IPE</b>	<b>R</b>	0.6 ns	-.12 ns	<b>-.13*</b>
	<b>P</b>	.413	.118	.014
	<b>N</b>	173	173	346

**Nota:** Correlação significativa para os níveis; \**P.* <. 05; \*\**P.* <. 01; \*\*\**P.* <. 001; *NS*- Não significativos.**Legenda:** **IPE** (i.e., Inventário de Práticas Educativas); **PFA** (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); **PEA** (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); **PF** (i.e., Punição física); **PINA** (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); **PEAD** (i.e., Práticas Educativas Adequadas); **T-IPE** (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas). Correlação de *Spearman*.

**Tabela xi-** Correlações do género com a Grelha de Observação da Linguagem – GOL-E  
(objectivo 3, alínea b).

Grupo Experimental (GE)					Grupo Controlo (GC)				
<b>GOL-E</b>	<b>Total-GOL-E</b>	<b>S</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>Total – GOL-E</b>	<b>S</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	
<b>Género</b>									
<b>Género</b>	<i>R</i>	.05ns	.07ns	.06ns	.04ns	.05ns	-.06ns	.09ns	-.04ns
	<i>P</i>	.552	.372	.473	.612	.485	.459	.225	.633
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173

Total Participantes (GE+GC)					
<b>GOL-E</b>	<b>Total-GOL-E</b>	<b>S</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	
<b>Género</b>					
<b>Género</b>	<i>R</i>	.05ns	-.03ns	.02ns	-.02ns
	<i>P</i>	.924	.590	.728	.752
	<i>N</i>	346	346	346	346

**Nota:** Correlação significativa para os níveis; \**P.* < .05; \*\**P.* < .01; \*\*\**P.* < .001; *NS*- Não significativos. **Legenda:** GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem): **Total da Gol-E, S- Semântica, M-Morfossintaxe, e F – Fonologia.** Correlação de *Spearman*.

**Tabela xii-** Correlações do Género com o Inventário de Práticas Educativas – IPE (objetivo 3, alínea b).

<b>Género</b> <b>IPE</b>		<b>Grupo Experimental</b> <b>(GE)</b>	<b>Grupo Controlo</b> <b>(GC)</b>	<b>Total Participantes</b> <b>(GE+GC)</b>
<b>PFA</b>	<i>R</i>	.01ns	-.02ns	.04ns
	<i>P</i>	.216	.840	.512
	<i>N</i>	173	173	346
<b>PEA</b>	<i>R</i>	.09ns	.07ns	.08ns
	<i>P</i>	.235	.366	.128
	<i>N</i>	173	173	346
<b>PF</b>	<i>R</i>	.09ns	.12ns	.06ns
	<i>P</i>	.254	.108	.116
	<i>N</i>	173	173	346
<b>PINA</b>	<i>R</i>	.12ns	.08ns	.10ns
	<i>P</i>	.109	.272	.059
	<i>N</i>	173	173	346
<b>PEAD</b>	<i>R</i>	-.04ns	-.01ns	-.02ns
	<i>P</i>	.576	.946	.975
	<i>N</i>	173	173	346
<b>Total</b> <b>IPE</b>	<i>R</i>	.06ns	.19ns	.08ns
	<i>P</i>	.448	.158	.118
	<i>N</i>	173	173	346

**Nota:** Correlação significativa para os níveis; \**P.* < . 05; \*\**P.* < . 01; \*\*\**P.* < . 001; *NS*- Não significativos.**Legenda:** **IPE** (i.e., Inventário de Práticas Educativas); **PFA** (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); **PEA** (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); **PF** (i.e., Punição física); **PINA** (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); **PEAD** (i.e., Práticas Educativas Adequadas); **T-IPE** (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas). Correlação de *Spearman*.

Tabela xiii– Correlações entre o Inventário de Práticas Educativas e a Grelha de Observação da Linguagem GOL-E. (objetivo 3, alínea c).

IPE \ GOL-E		Grupo Experimental				Grupo Controlo				Total Participantes (GE +GC)			
		Total-GOL- E	S	M	F	Total – GOL-E	S	M	F	Total GOL-E	S	M	F
PFA	<i>R</i>	.02ns	-.02ns	-.01ns	.06ns	-.23**	-.22**	-.21ns	-.06	-.20**	-.19**	-.21**	-.15ns
	<i>P</i>	.802	.802	.919	.476	.003	.004	.006	.472	.000	.000	.000	.007
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	346	346	346	346
PEA	<i>R</i>	-.05ns	-.06ns	.03ns	-.06ns	-.04ns	-.02ns	-.07ns	.03ns	-.20**	-.16**	-.20**	-.18**
	<i>P</i>	.509	.456	-.719	.445	.652	.760	.390	.675	.000	.003	.000	.001
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	346	346	346	346
PF	<i>R</i>	.09ns	.07ns	.08ns	.11ns	-.20ns	-.19*	-.16*	-.09ns	-.29**	-.24**	-.30**	-.25**
	<i>P</i>	.246	.353	.295	.144	.009	.011	.032	.266	.000	.000	.000	.000
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	346	346	346	346
PINA	<i>R</i>	.03ns	.02ns	.05ns	.03ns	-.06ns	-.11ns	-.05ns	.06ns	-.19**	-.18**	-.18**	-.16**
	<i>P</i>	.715	.839	.506	.737	.453	.163	.533	.466	.000	.001	.001	.003
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	346	346	346	346
PEAD	<i>R</i>	.06ns	.04ns	.02ns	.09ns	.15*	.14ns	.141ns	.07ns	-.38**	-.26**	-.40**	-.40**
	<i>P</i>	.425	.60	.770	.245	.048	.063	.064	.399	.000	.000	.000	.000
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	346	346	346	346
Total	<i>R</i>	.04ns	.01ns	.04ns	.08ns	-.13ns	-.15ns	-.18ns	-.00ns	-.40**	-.32**	-.40**	-.34**
	<i>P</i>	.577	.851	.591	.299	.095	.050	.125	.976	.000	.000	.000	.000
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	346	346	346	346

Nota: Correlação significativa para os níveis; \**P* < .05; \*\**P* < .01; \*\*\**P* < .001; NS- Não significativos.

Legenda: GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem): Total da GOL-E, S- Semântica, M-Morfossintaxe, e F – Fonologia.

IPE (i.e., Inventário de Práticas Educativas): PFA (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); PEA (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); PF (i.e., Punição física); PINA (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); PEAD (i.e., Práticas Educativas Adequadas); T-IPE (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas). Correlação de Spearman.

**Tabela xiv** – Correlação entre as diferentes tipologias de negligência no grupo experimental, com as Práticas Educativas Parentais (PEP) e o Desempenho Linguístico na GOL-E. (objetivo 4).

		Participantes do Grupo Experimental									
IPE GOL-E		S	M	F	TOTAL GOL-E	PFA	PEA	PF	PINA	PEA	Total IPE
	NE	<i>R</i>	.02 ns	-.01 ns	-.03 ns	-.01 ns ns	-.03 ns	.08 ns	.01 ns	.01 ns	-.01 ns
<i>P</i>		.820	.869	.671	.850	.732	.385	.857	.929	.855	.614
<i>N</i>		173	173	173	173	173	173	173	173	173	173
NC	<i>R</i>	-.03 ns	.00 ns	-.04 ns	-.02 ns	<b>-.17*</b>	-.01 ns	.04 ns	.10 ns	.02 ns	.04 ns
	<i>P</i>	.744	.971	.621	.809	.029	.914	.593	.189	.772	.637
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	173	173
NS	<i>R</i>	.03 ns	-.01 ns	.03 ns	.02 ns	-.03 ns	-.10 ns	-.12 ns	-.10 ns	-.50 ns	-.06 ns
	<i>P</i>	.662	.907	.657	.789	.659	.194	.171	.205	.525	.447
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	173	173
NF	<i>R</i>	-.03 ns	-.08 ns	.02 ns	-.02 ns	-.03 ns	.02 ns	<b>.17*</b>	.09 ns	.02 ns	<b>.21**</b>
	<i>P</i>	.680	.287	.832	.760	.676	.829	.030	.221	.757	.007
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	173	173
Total QNF	<i>R</i>	-.01 ns	-.07 ns	-.02 ns	-.03 ns	-.07 ns	-.05 ns	.10 ns	.07 ns	-.01 ns	<b>.17*</b>
	<i>P</i>	.899	.379	.844	.708	.377	.522	.184	.364	.931	.030
	<i>N</i>	173	173	173	173	173	173	173	173	173	173

**Nota:** Correlação significativa para os níveis; \**P.* < .05; \*\**P.* < .01; \*\*\**P.* < .001; NS- Não significativos.

**Legenda:** GOL-E (i.e., Grelha de Observação da Linguagem): **Total da GOL-E, S- Semântica, M-Morfossintaxe, e F – Fonologia.**

**IPE** (i.e., Inventário de Práticas Educativas); **PFA** (i.e., Práticas Fisicamente Abusivas); **PEA** (i.e., Práticas Emocionalmente Abusivas); **PF** (i.e., Punição física); **PINA** (i.e., Práticas Inadequadas mas não Abusivas); **PEAD** (i.e., Práticas Educativas Adequadas); **T-IPE** (i.e., Total do Inventário de Práticas Educativas).

**QNF** (i.e., Questionário de Negligência Familiar); **NE** (i.e., Negligência Emocional); **NC** (i.e., Negligência Cognitiva); **NS** (i.e., Negligência de Supervisão); **NF** (i.e., Negligência Física); **QNF** (i.e., Total do Questionário de Negligência Familiar). Correlação de *Spearman*.

**Tabela xv:** Associações entre as diferentes dimensões que compõem o questionário de Negligência Familiar –QNF, no Grupo Experimental.

<b>Participantes do Grupo Experimental</b>							
		QNF	NE	NC	NS	NF	TOTAL-QNF
	QNF						
<b>NE</b>	<b>R</b>	-	-.12 ns	-.06 ns	-.11 ns		<b>.23**</b>
	<b>P</b>	-	.122	.468	.139		.002
	<b>N</b>	173	173	173	173		173
<b>NC</b>	<b>R</b>	-.12 ns	-	-.03 ns	.07 ns		<b>.21**</b>
	<b>P</b>	.122	-	.705	.380		.005
	<b>N</b>	173	-	173	173		173
<b>NS</b>	<b>R</b>	-.06 ns	-.03 ns	-	.03 ns		<b>.56**</b>
	<b>P</b>	.468	.705	-	.739		.000
	<b>N</b>	173	173	173	173		173
<b>NF</b>	<b>R</b>	-.11 ns	.07 ns	.03 ns	-		<b>.67**</b>
	<b>P</b>	.139	.380	.739	-		.000
	<b>N</b>	173	173	173	173		173
<b>TOTAL -QNF</b>	<b>R</b>	<b>.23**</b>	<b>.21**</b>	<b>.56**</b>	<b>.67**</b>		-
	<b>P</b>	.002	.005	.000	.000		-
	<b>N</b>	173	173	173	173		173

**Nota:** Correlação significativa para os níveis; \**P.* < .05; \*\**P.* < .01; \*\*\**P.* < .001; *NS*- Não significativos.

**Legenda:** **QNF** (i.e., Questionário de Negligência Familiar); **NE** (i.e., Negligência Emocional); **NC** (i.e., Negligência Cognitiva); **NS** (i.e., Negligência de Supervisão); **NF** (i.e., Negligência Física); **QNF** (i.e., Total do Questionário de Negligência Familiar). Correlação de *Spearman*.